



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**TESSITURA DA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE:  
MÚLTIPLOS OLHARES**

**CÂNDIDA LUÍSA PINTO CRUZ**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**

**2016**

**CÂNDIDA LUÍSA PINTO CRUZ**

**TESSITURA DA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE:  
MÚLTIPLOS OLHARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cácia Santos Souza

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**

**2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Cruz, Cândida Luísa Pinto  
C957t Tessitura da inclusão na Universidade Federal de Sergipe :  
múltiplos olhares / Cândida Luisa Pinto Cruz ; orientadora Rita de  
Cácia Santos Souza. – São Cristóvão, 2016.  
164 f. : il.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal  
de Sergipe, 2016.

1. Educação inclusiva. 2. Ensino superior. 3. Deficientes –  
Orientação e mobilidade. 4. Universidade Federal de Sergipe. 5.  
Inclusão escolar. I. Souza, Rita de Cácia Santos, orient. II. Título.

CDU 376(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO



CANDIDA LUISA PINTO CRUZ  
“TESSITURA DA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SERGIPE: MÚLTIPLOS OLHARES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Educação da Universidade  
Federal de Sergipe e aprovada pela Banca  
Examinadora.

Aprovada em: 25. 10. 2016

*Rita de Cácia Santos Souza*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cácia Santos Souza (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

*Verônica dos Reis Mariano Souza*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Verônica dos Reis Mariano Souza  
Universidade Federal de Sergipe / UFS

*Ada Augusta Celestino Bezerra*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ada Augusta Celestino Bezerra  
Universidade Tiradentes/UNIT

SÃO CRISTÓVÃO (SE)  
2016

Às flores do meu jardim, Luísa Maria e Laura Maria!

A Luísa Maria, que convive com a diversidade em casa, reconheça em todos os ambientes a diversidade humana!

A Laura Maria que sendo diversa aprenda a conviver em uma sociedade diversa!

A ambas, que aprendam a conhecer as potencialidades de todos! E não as limitações!

## **AGRADECIMENTO ESPECIAL**

Acolhimento é uma palavra forte e delicada, ao tempo que também é inclusiva! Sendo assim, preciso agradecer, de forma especial, a três pessoas:

À minha Mãe Maria Rita Pinto Cruz, exemplo de estímulo à educação dos filhos. E que durante o mestrado adoeceu muito e por vezes achei que não resistiria, mas, forte como é, vem batalhando pela vida e nos ensinando muito. Uma das suas características era acolher os amigos dos filhos! Tanto que tenho irmãos de sangue e irmãos de consideração! Obrigada, mãe, por continuar a me ensinar! Beijo!

À Professora Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza, pelo acolhimento durante o mestrado! Grande abraço e beijo!

À Professora Dra. Rita de Cácia Santos Souza, pelo acolhimento durante o mestrado e pela decisão do colegiado da Pós-Graduação em Educação na indicação para ser minha orientadora!! Sei que dei trabalho, principalmente quando minha mãe adoecia. Desculpe-me pela falta. Ao tempo que lhe agradeço pela paciência e atenção durante nossa jornada no mestrado! Muito obrigada, um abraço caloroso e beijos!

Obrigada!

## AGRADECIMENTOS

Entrego, confio, aceito e agradeço! Estas palavras foram nosso suporte no caminhar desta pesquisa. São palavras simples, mas difíceis de serem seguidas. Foram as palavras que entoei e que me auxiliaram nos momentos turbulentos.

Começo a agradecer ao ser supremo, Deus, que permitiu a conclusão do mestrado, pela minha saúde e enfrentar as dificuldades pelas quais passei.

A minha mãe Maria Rita, e a meu pai José Luiz Cruz (in memoriam), responsáveis pela minha formação. Ao meu pai, por me ensinar a conhecer e respeitar as diferenças e a incluir aquelas pessoas com deficiência, principalmente no seio familiar.

A Carlos Henrique Santana companheiro, que aguentou minhas angústias, meu tempo à frente do computador ou dos livros! E eu dizia: “Não posso, tenho que terminar!” E ele me dizia que eu tinha que sair, espairar e viver! Obrigada pelo amor e compreensão!

As minhas filhas pela ausência nesses dois anos do Mestrado, agora podemos brincar, passear e ir à praia!

A minha família Pinto Cruz: Maria Clara, Marta Roseane, Inaldo, Luiz Antônio, Wellington, Marcelo, Manuel Francisco, João Paulo e Ovídio (in memoriam), os quais estiveram comigo antes e durante o mestrado, com palavras estimulantes e auxiliando nos cuidados com minhas filhas para que eu pudesse fazer as leituras e escrever a dissertação. Aos meus tios, tias, primos, cunhadas e sobrinhos, que me apoiaram nesse momento. A tia madrinha professora Zenilde Soares Pinto pelo estímulo ao estudo durante toda a minha vida.

Ao Dr. Luiz Anselmo Meneses Santos, pelo acolhimento como primeiro orientador e pelos ensinamentos e alertar, para pesquisar o que tenho paixão, que é a pessoa com deficiência e a inclusão. Obrigada!

A minha orientadora, Professora Dra. Rita de Cácia Santos Souza, pela orientação delicada, apoio, compreensão, confiança e por seus questionamentos que conduziram nos momentos de construção e por lapidar a presente dissertação.

Aos professores do Mestrado em Educação da UFS, que construíram nossa formação: Dra. Maria Neide Sobral, Dr. Paulo Sergio Marchelli, Dra Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Dr. Joaquim Tavares da Conceição, Dr. Bernard Jean Jacques Charlot, Dra. Isa Regina Santos dos Anjos e Dra. Rita de Cácia Santos Souza.

Às professoras Dra. Verônica dos Reis Mariano e Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra, pelas contribuições na qualificação, as quais foram fundamentais na melhoria do trabalho!

A turma 2014-2 do mestrado institucional: Anselmo, Ademir, André, Helma, Genivaldo, Mariza e Nemésio! Obrigada, amigos pela companhia, convivência, auxílio e compromisso com nossas instituições no sentido de investigar nosso objeto de pesquisa voltado para nossas instituições! A companhia de vocês fez o caminho tornar-se mais leve! Principalmente com nossos encontros regados a lanches e a cacetinhos e bolachões.

Ao momento de aprendizagem proporcionado pela participação no Tirocínio docente junto com a Profa. Dra. Rita de Cácia Santos Souza e a turma dos alunos da disciplina Fundamentos da Educação Inclusiva 2015-2 pela oportunidade de aprender, obrigada.

A Universidade Federal de Sergipe - UFS, campus da Saúde Hospital Universitário-HU, pela liberação nos últimos nove meses do mestrado para conclusão deste.

Aos colegas do Centro de Referência em Educação Especial do Estado de Sergipe-CREESE, pelas conversas, lembranças orais, histórias de um período importante para a Educação Especial e Inclusiva em Sergipe, agradeço especialmente a Graça Araújo e Lucimar Calazans.

Ao apoio incondicional à pesquisa, dada pelo DAIN-Divisão de Ações Inclusivas, na figura da Psicóloga Susana de Oliveira Santana e demais técnicos, nosso reconhecimento e agradecimento!

Aos entrevistados desta pesquisa, pela disponibilidade em contribuir com a Tessitura da Inclusão na UFS, desvelando o início do processo de inclusão, bem como a preocupação com as pessoas com deficiência na UFS!

Nosso especial agradecimento aos discentes com deficiências, discentes, docentes e aos acompanhantes, por construírem a tessitura da inclusão na UFS e os múltiplos olhares com diferentes perspectivas e objetivando a melhoria aos que virão!

Ao querido professor Ddo. Edivaldo da Silva Costa que realizou um sonho meu e nosso, ou seja, coletivo, a disseminação da Signwriting - escrita de sinais no meio acadêmico, contribuindo para tornar o nosso objetivo de ser uma dissertação acessível a todos, muito obrigada.

Ao professor Adilson Oliveira Almeida pela correção de português e a Juliano pela paciência em sempre me auxiliar na impressão das cópias para a banca em pleno feriado dos dias das crianças!

Ao leitor dessa dissertação que possa suscitar outros questionamentos e outras pesquisas, há muito que compreender na tessitura da inclusão, espero que lhe traga o desafio e a paixão.

## E CONTINUAREI...

*Professora Dra. Gizelda Santana Moraes<sup>1</sup>*

E continuarei  
transpondo abismos,  
palmilhando estradas,  
sangrando os pés nos caminhos da vida.

E continuarei  
pelos vales sombrios,  
por estreitos valados,  
sobre areias ferventes de desertos perdidos.

E continuarei  
passando ao lado  
da grande multidão  
que olha, que escuta, que comenta  
os passos agitados  
que pisam pelo chão.

Mas continuarei  
sorrindo, chorando,  
caindo e levantando.

Continuarei  
e chegarei assim,  
não sei se arrependida,  
triste ou satisfeita,  
ao ponto terminal  
da trilha em que vivi.

---

<sup>1</sup> Homenagem póstuma à docente, intelectual e poetisa sergipana.

# **TESSITURA DA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: MÚLTIPLOS OLHARES**

## **RESUMO**

A pesquisa em tela buscou conhecer a construção das primeiras iniciativas para inclusão da pessoa com deficiência na Universidade Federal de Sergipe. Nosso objetivo foi conhecer o processo de inclusão dos discentes com deficiência na UFS sob a ótica dos participantes desse processo: docentes, discentes com e sem deficiência e acompanhantes. Nesse sentido, foi necessário construir a tessitura que corresponde a uma rede que guia e entrelaça os fatos. Revela os personagens envolvidos, o convênio entre governo do Estado de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação com o governo cubano, assim como com o Departamento de Educação da UFS, tendo como foco as ações científicas para a formação de docentes e técnicos das redes estadual, municipal e federal para atender às pessoas com deficiência nas mais variadas etapas educacionais. O procedimento metodológico adotado foi o estudo de caso, numa pesquisa de abordagem qualitativa. Foram utilizadas como instrumentos para coleta de dados entrevistas semiestruturadas com os 22 sujeitos entrevistados. Delimitamos como lócus o Centro de Educação e Ciências Humanas-CECH/UFS, Campus São Cristóvão. Os resultados trazem à luz que o CECH iniciou o processo de inclusão de disciplina voltada para a temática no Departamento de Psicologia, mas é o Departamento de Educação que inicia o processo de formação de profissionais docentes na perspectiva inclusiva para atuarem nas redes públicas e particular do Estado de Sergipe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade. Discente com deficiência. Docência. Ensino superior. Inclusão.

# **WEAVING THE INCLUSION IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE: MULTIPLE PERSPECTIVES**

## **ABSTRACT**

This research aimed to know the construction of the first initiatives for inclusion of people with disabilities in the Federal University of Sergipe (FUS). The aim was to understand the process of inclusion of students with disabilities in the FUS under an approach of the participants of this process: teachers, students with and without disabilities and caregivers. In this sense, a building was necessary to guide and interweaves the facts. In this perspective, the agreement between the government of the State of Sergipe and the State Department of Education with the Cuban government was revealed, as well as the Department of Education of the FUS, focusing on scientific actions for the training of teachers and technicians from state networks and federal to meet people with disabilities in various educational stages. The methodological procedure adopted was the case study, a research approach qualitativa. Os instruments for data collection were semi-structured interviews with 22 subjects interviewed. It was defined as the search location the Center for Education and Human Sciences-CEHS / FUS, Campus São Cristovão. The results show that the CEHS started the discipline of inclusion focused on the subject in the Department of Psychology, but the Department of Education began the process of forming professional teachers; in an inclusive perspective, to work in the private and public networks of the State of Sergipe.

**KEYWORDS:** Accessibility. Students with disabilities. Teaching. Higher education. Inclusion.

**TESSITURA DA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE:  
MÚLTIPLOS OLHARES**

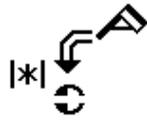
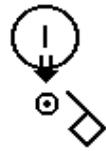
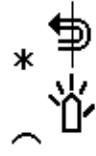
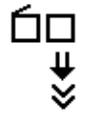
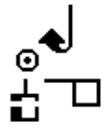
**RESUMO EM BRAILLE**

**TESSITURA DA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE:  
MÚLTIPLOS OLHARES**

**RESUMO EM SIGNWRITING - ESCRITA DE SINAIS<sup>2</sup>**

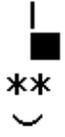
---

<sup>2</sup> Sistema de escrita para escrever línguas de sinais, criado pela Valerie Sutton em 1974, na Dinamarca. No Brasil ainda não foi regulamentada e coexiste com outras formas de escrita de sinais.









---

---

---

---

---

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01	Professora Dra. Gizelda Santana Moraes	75
-----------	--	----

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01-	Cursos do Centro de Educação e Ciências Humanas CECH/UFS	31
QUADRO 02-	Cursos de Licenciatura locados em outros Centros da UFS	32
QUADRO 03-	Dissertações desenvolvidas no Brasil com as palavras-chave: Inclusão, Ensino Superior, Acesso e Acessibilidade no Brasil, no período de 2011 a 2012.	37
QUADRO 04-	Teses desenvolvidas no Brasil com temática sobre Inclusão, Ensino Superior, Acesso e Acessibilidade, no Brasil no Período de 2011 a 2012.	38
QUADRO 05-	Dissertações sobre temática correlata desenvolvidas na Pós- Graduação em Educação da UFS	39
QUADRO 06-	Dissertações sobre temática correlata desenvolvidas em Pós- Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da UFS	40
QUADRO 07	Dissertação sobre temática correlata desenvolvidas na Pós- Graduação em Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia- Lisboa-Pt.	
QUADRO 08-	Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação com temáticas que envolvem a inclusão (PPGED\UFS)-Período de 1999 a 2016	41
QUADRO 09	Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Matemática com temáticas que envolvem a inclusão (NPGEICIMA \UFS)-Período de 2010 a 2016	43
QUADRO-10	Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Direito com temáticas que envolvem a inclusão (PRODIR \UFS) -Período de 2014 A 2016	45
QUADRO 11-	Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual (PPGPI\UFS), com temáticas que envolvem a inclusão-Período de 2010 a 2016	46
QUADRO 12-	Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFS, com temáticas que envolvem a inclusão (PPGEF \UFS)-Período de 2014 a 2016	47
QUADRO 13-	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) com temáticas que envolvem a inclusão (Dissertações e Tese).	49
QUADRO 14-	Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas com temática que envolve a inclusão (PROCFIS/UFS) – 2015-2016	50
QUADRO 15-	Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação com temática que envolve a inclusão – (PROCC /UFS) - Período de 2014 a 2016	51
QUADRO 16-	Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia com temática que envolve a inclusão (PPGA/UFS)- Período de 2012 a 2014	53
QUADRO 17-	Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Letras com temática que envolve a inclusão (PPGL/UFS) - Período de 2011 a 2016	53
QUADRO 18-	Legislações que iniciaram o processo de reconhecimento dos direitos humanos;	58
QUADRO 19-	Legislações sobre Políticas de atenção à pessoa com deficiência	59
QUADRO 20-	Classificação dos Tipos de Acessibilidade	65

QUADRO 21-	Total de alunos na Graduação da UFS	73
QUADRO 22-	Total de alunos na Graduação da UFS com deficiência	87
QUADRO 23-	Acompanhantes dos discentes com deficiência	89
QUADRO 24-	Discentes com Deficiência	89
QUADRO 25-	Docentes	89
QUADRO 26-	Discentes sem deficiência	90
QUADRO 27-	Sugestões Acessibilidade Diversos Tipos	126
QUADRO 28-	Sugestões Acessibilidade Comunicativa	126
QUADRO 29-	Sugestões Acessibilidade Pedagógica	127

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Dissertações PPGED/UFS2016.....	43
Gráfico 02 -	Dissertações NPGEICIMA/UFS 2016.....	44
Gráfico 03 -	Dissertações PRODIR/UFS 2016.....	45
Gráfico 04 -	Dissertações PPGPI/UFS 2016.....	46
Gráfico 05 -	Dissertações PPGEF/UFS 2016.....	48
Gráfico 06 -	Dissertações PPGCS /UFS 2016.....	49
Gráfico 07 -	Dissertações PROCFIS/UFS 2016.....	50
Gráfico 08 -	Dissertações PROCC/UFS 2016.....	52
Gráfico 09 -	Dissertações PPGA/UFS 2016.....	53
Gráfico 10 -	Dissertações PPGL/UFS 2016.....	54
Gráfico 11 -	Panorama da produção científica na UFS até junho de 2016.....	55
Gráfico 12	Total de alunos na Graduação-UFS e alunos no CECH	86
Gráfico 13 -	Alunos ativos na Graduação da UFS 2016.....	87

## LISTA DE SIGLAS

CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENEESP	Centro Nacional de Educação Especial
CONEP	Conselho de Ensino, da Pesquisa e da Extensão
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPGD	Coordenação de Pós-Graduação
CODAE	Coordenação de Assistência e Integração do Estudante
CPG	Comissão de Pós-Graduação
CELAEE	Centro Latino-Americano de Educação Especial de Cuba
CREESE	Centro de Referência em Educação Especial de Sergipe
DAIN	Divisão de Ações Inclusivas/UFS
DED	Departamento de Educação/CECH/UFS
DIEESP	Divisão de Educação Especial/SEED/SE
EE	Educação Especial
EI	Educação Inclusiva
GEPEAD	Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Educação, Arte e Diversidade
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
NUPIEPED	Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência
ONU	Organização das Nações Unidas
POSGRAP	Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa
PAF	Políticas de Ações Afirmativas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>24</b>
	O CAMINHAR METODOLÓGICO DA PESQUISA	<b>30</b>
<b>2</b>	<b>RUMO AO ESTADO DO CONHECIMENTO</b>	<b>36</b>
<b>3</b>	<b>CENÁRIO HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, LEGISLAÇÃO E ACESSIBILIDADE.</b>	<b>56</b>
3.1	ACESSIBILIDADE: EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES	63
<b>4</b>	<b>CENÁRIO DA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE</b>	<b>67</b>
4.1	TRAJETÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE A INCLUSÃO	69
4.2	A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO INCLUSIVO NA UFS	74
4.3	A DOCÊNCIA INCLUSIVA	79
<b>5</b>	<b>CENÁRIO DA ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>84</b>
5.1	ACOMPANHANTES	90
5.2	DOCENTES	98
5.3	DISCENTES COM DEFICIÊNCIA	110
5.4	DISCENTES SEM DEFICIÊNCIA	119
	<b>PARA NÃO CONCLUIR</b>	<b>127</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>131</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>140</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>153</b>

## INTRODUÇÃO

*“Artesã  
Fosse eu  
Igual Aracne  
Passava os dias a fio  
Tramando  
Tecendo  
Fiando  
Tudo quanto é cor e linha e fio  
Poeta que sou  
Tramo a vida in(di)visível  
Como as aranhas em suas teias de amor  
Escondo em meus versos  
O fio, a linha e a cor.”*

Fernanda Rechenberg<sup>3</sup>

A presente pesquisa insere-se na temática da Educação Inclusiva no Ensino Superior. Buscamos conhecer o processo de inclusão dos discentes com deficiência na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Para tanto, julgamos ser necessário construir a tessitura, que corresponde a uma rede que abrange, guia e entrelaça os fatos. Nessa perspectiva, o referencial teórico que sustenta a investigação em tela, os personagens que participaram do processo de inclusão na instituição, as interações entre os grupos nos diferentes contextos, as legislações, os departamentos e o Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe foram nosso foco.

Para o detalhamento da pesquisa utilizamos os seguintes objetivos específicos: Identificar a compreensão dos docentes a respeito da inclusão das pessoas com deficiência na UFS; Compreender o que há em comum e divergente na narrativa dos docentes, discentes, discentes com deficiência e os acompanhantes sobre o processo de inclusão no ensino superior; Conhecer o processo de inclusão dos alunos com deficiência na UFS; Identificar como as políticas acadêmicas da UFS abordam ou orientam as práticas pedagógicas para a inclusão.

E como questões norteadoras da pesquisa, elencamos: Como ocorre o processo de inclusão no Centro de Educação e Ciências Humanas-CECH/UFS? Quais as dificuldades enfrentadas pelos docentes, discentes, discentes com deficiência e acompanhantes no processo de inclusão na UFS?

---

<sup>3</sup>Professora adjunta de Antropologia na Universidade Federal de Alagoas-UFAL, mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No intuito de conhecer a construção do processo inclusivo na UFS, buscou-se saber qual centro ou departamento vem, ao longo do tempo, propiciando a inclusão de disciplinas, ações e pesquisas com o objetivo de desenvolver o conhecimento para atendimento às demandas do processo de inclusão. Inicialmente é necessário sair do senso comum e conhecer a nomenclatura recebida pelas pessoas com deficiência, compreendendo que hoje a denominação adequada é pessoa com deficiência.

Termos distintos têm sido utilizados para nomear as pessoas com deficiência ao longo do tempo. Hoje o termo utilizado é pessoa com deficiência. Os nomes utilizados, anteriormente, eram: excepcional, portador de deficiência, pessoa com necessidades especiais, pessoa com necessidades educativas especiais, aleijado, louco, doente mental, vítima da sorte, entre outros.

As políticas públicas para a inclusão das minorias na sociedade têm, ao longo do tempo, seu papel de levar a pessoa à educação igualitária, a uma sociedade mais justa, permitir-lhe acesso aos bens de consumo, respeitar os seus direitos como cidadão. Os aspectos das políticas públicas, sociais, econômicas, culturais, trabalhistas e legais devem ser respeitados.

A Declaração Mundial de Educação para todos esclarece que todas as pessoas devem ter acesso à escola: a) inclusão de todos em escolas de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outros, e b) garantir-lhes a permanência, bem sucedida, no processo educacional escolar desde a educação infantil até a universidade. O ingresso na universidade está respaldado por documentos internacionais e estes garantem a presença das pessoas com deficiência. Cabe instrumentalizar todos os que fazem parte da universidade (servidores, alunos e docentes) a compreenderem a importância da educação de todos.

Nesse sentido, é necessário compreender quem faz parte dos grupos denominados de minoritários e em estado de desvantagens. Para Carvalho (2010, p. 97):

são meninos e meninas na rua, as crianças e adolescentes que trabalham, a todos os que abandonam a escola precocemente, aos que têm doenças crônicas, aos encarcerados, às prostitutas, aos analfabetos, aos que vivem no campo, às populações nômades, às minorias linguísticas, aos negros, mulatos, aos desempregados, às crianças, jovens e adultos oriundos das camadas populares, pobres ou miseráveis, com ou sem dificuldades de aprendizagem.

Sobre a educação especial, Carvalho, (2010, p. 20) compreende que ela tem sido entendida pela sociedade como:

modalidade de educação porque perpassa todos os níveis de ensino seria até vantajoso, mas, em nossa cultura, traduz-se como uma outra modalidade, o que nos leva, equivocadamente, a pensar que convivemos com uma duplicidade de educações, cujas finalidades e objetivos não são os mesmos para todos, variando em função das características da clientela.

A compreensão de que a educação está separada da educação especial e que da mesma forma, a educação inclusiva encontra-se separada das demais, só contribuiu para um processo de diferenciação na educação e entre as pessoas, compreendida como exclusão.

Essa a mesma autora Carvalho, (2010, p. 21) compreende a educação especial como:

um conjunto de recursos que todas as escolas devem organizar e disponibilizar para remover barreiras para a aprendizagem de alunos que, por características biopsicossociais, necessitam de apoio diferenciado daqueles que estão disponíveis na via comum da educação escolar.

Essa separação da Educação entre a Educação especial está presente hoje em dia, com a perspectiva da inclusão, pois a educação compreende a educação especial, que, por sua vez, compreende uma educação onde todos com suas diferenças estejam. A inclusão na educação,

compreendida no âmbito específico da educação implica, antes de mais, rejeitar, por princípio, a exclusão ( presencial ou acadêmico) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e partilhado- e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação. (RODRIGUES, 2006, p. 301)

Outro conceito sobre a educação, e especificamente a das pessoas com deficiência, é a inclusão definida por Freitas, et al. (2005, p.188):

Significa a provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os indicados serviços complementares, auxílios e apoio, em classes adequadas à idade, em escolas da vizinhança, a fim de poder prepará-los para uma vida produtiva, como membros plenos da sociedade.

Essa construção na sociedade para compreender as pessoas com deficiência, como sujeitos de direito, requer uma quebra de paradigma ao longo do tempo, pois não acontecerá de forma rápida, mas gradual, ao tempo que as pessoas com deficiência vão adentrando em lócus diferentes e quebrando paradigmas.

Sobre a quebra de paradigma, Kuhn, (1998, p. 161). em A Estrutura das Revoluções Científicas descreve a evolução das ciências e a busca do conhecimento no transcorrer da história. Para ele, o paradigma consiste em quebrar rupturas, e o conhecer é quebrar paradigmas. A inclusão das pessoas com deficiência na sociedade é uma ruptura, uma quebra de paradigma.

“O que muda com o paradigma é a interpretação que os cientistas dão às observações que estão fixadas de uma vez por todas pela natureza do meio ambiente e pelo aparato perceptivo” KUHN, (1998, p. 161).

Durante uma revolução científica, uma quebra de paradigma a reinterpretção dos dados, percepções pessoais ou coletivas que podem ser estáveis e fixas ou flexíveis e modificáveis. Romper com o paradigma construído na sociedade durante anos através dos preconceitos, menosprezo, exclusão, segregação, ao advento do processo de inclusão de todas as pessoas em situação de risco, minorias, pessoas com deficiência, idosos ou pessoas em situação de vulnerabilidade, não é algo fácil de ser exercido, realizado. A sociedade e as pessoas precisam de tempo para romper paradigmas, aceitar e conviver com as diferenças, construir e transformar os paradigmas de uma sociedade que necessita aprender a conviver com a diversidade.

Assim sendo, articular Kuhn com nossa pesquisa dá-se de forma a investigar as relações entre as pessoas na comunidade, na cultura, na sociedade e nas mudanças educacionais e tecnológicas, vistos a partir da relação entre docência, deficiência e sua relação com o ensino superior. Impõe exaustiva reflexão com o processo de inclusão na atualidade e a busca de elementos que expõem paradigmas conhecidos ou propiciem rupturas e o surgimento de novos paradigmas. Um outro estudioso e pesquisador Santos, (1995, p. 07), recomenda:

Voltar às coisas simples, formular perguntas simples, como uma criança faz. Einstein colocava que essas perguntas são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade. No século XVIII, pontua que a ciência moderna, que saiu da revolução científica do séc. XVI, pelas mãos de Copérnico, Galileu e Newton, começavam a deixar os cálculos esotéricos dos seus cultores para transformar técnica e social sem precedentes na história da humanidade. Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que é e o que aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática.

Os preconceitos e as divisões são frutos de uma sociedade que cresceu e se desenvolveu tendo apenas o corpo e a inteligência valorizados, sem valorizar os outros tipos de inteligências, ou seja, pensamos de forma compartimentada e fragmentada. Compreendemos que as leituras de Kuhn e de Santos propiciaram um diálogo que se complementa, e assim é possível compreender melhor a crise e a quebra de paradigma na atualidade.

Os avanços ocorridos na educação especial, com perspectiva inclusiva, são frutos de décadas de lutas e do fato de se tornarem visíveis às pessoas com deficiência antes invisíveis diante do paradigma imposto pela sociedade que as considerava incapazes. A possibilidade e necessidade de todos produzirem economicamente impuseram a escolarização também a eles e passaram a ser alvos de políticas construídas ao longo das últimas décadas versando sobre a

educação e potencialidades para aqueles que antes eram considerados improdutivo. A esse respeito Amaral (1994, p.42) faz relação com a segregação e a Política do “avis-struthio”<sup>4</sup>. Ou melhor, “*não vejo, logo não existe, logo não me agride, não me incomoda, não, não....*”. Essa política persiste? Talvez. Mas as pessoas com deficiência estão adentrando em diferentes lócus e expondo sua visibilidade.

As pessoas com deficiência tinham acesso apenas às escolas especiais e eram poucas as escolas regulares com acompanhamento. A expectativa dos professores e técnicos que lidavam com a educação da pessoa com deficiência era a conclusão dos estudos por esses alunos no ensino fundamental, médio e ensino superior. Hoje, após as cotas, programas de ações afirmativas e o acesso democratizado ao ensino superior configuram-se como mais uma batalha a ser travada para o ingresso, permanência e a conclusão do curso no ensino superior. É uma quebra de paradigma a pessoa com deficiência estar chegando ao ensino superior. A educação tem importância na formação de cidadãos, e as pessoas com deficiência têm vislumbrado um caminho através do acesso à educação no ensino superior. Esse processo requer uma rede de apoio para assegurar a inclusão a todos: os negros, quilombolas, índios, pessoas com deficiência, idosos, nômades, pobres, entre outros.

Ao buscar conhecer as percepções dos docentes, discentes, discentes com deficiência e acompanhantes dos alunos inclusos, entende-se que é necessário conhecer e garantir aos discentes com deficiência e aos docentes uma rede de apoio que promova a permanência de discentes com deficiência no ensino superior. Sobre o processo de inclusão pelo docente, Lima reflete:

Pensar o sentido inclusivo em formação de professores é visualizar o ser humano nas suas possibilidades, nos seus desejos, nas suas buscas, percebendo a deficiência como uma condição humana, que não define o ser na deficiência, mas define a especificidade da mediação fundante para eliminar barreiras. (LIMA, 2012, p.84)

Um dos fatores determinantes no processo inclusivo é a preparação do espaço, receber informações sobre o funcionamento da instituição. Os discentes e docentes precisam ser informados, receber orientações e formação sobre a área. Todos precisamos aprender a conviver com as diferenças. Outro fator que requer ser enaltecido é o empoderamento que o indivíduo desenvolve ao ter acesso à educação, perpassando todos os níveis, culminando com a sua formação em nível superior e adentrando no mercado de trabalho.

---

<sup>4</sup> Termo latino que se refere ao avestruz

Vale ressaltar que, desde a Constituição Federal de 1988, no artigo 205, temos: "*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*". Portanto, saber sobre nossos direitos é o primeiro passo para sairmos da passividade em que nós brasileiros fomos educados. O reconhecimento do Estado de direito do cidadão com deficiência e de todos os brasileiros de forma geral, quanto à garantia dos seus direitos e os das minorias em diferentes aspectos, é uma mudança de paradigma.

Esta pesquisa pretende conhecer a inclusão na UFS, transcrevendo os avanços institucionais em relação ao processo de inclusão. Questionamos: Será que a UFS proporciona acesso dos alunos com deficiência a espaços, locais, metodologias diferenciadas? Está consciente da importância de formar o indivíduo como cidadão de direito ao estudar, progredir na vida, ter uma profissão, família, trabalho?

Hoje após as cotas, programas de ações afirmativas e o acesso democratizado ao ensino superior configuram-se mais uma árdua batalha a ser travada, a entrada, permanência e a conclusão do curso. A educação tem importância na formação de cidadãos, as pessoas com deficiência têm vislumbrado um caminho com o advento da inclusão e o acesso a educação no ensino superior.

Há alguns anos, a expectativa dos professores e técnicos que lidavam com a inclusão era a conclusão dos estudos pelos alunos no ensino fundamental e médio. O estudo traz para discussão temática complexa, multifacetada, e buscou conhecer as vivências entre os atores desta pesquisa: o docente, discentes com deficiência, discentes e os acompanhantes (tradutores e intérpretes de libras, leitores, orientadores de mobilidade, monitores e auxiliar).

Os motivos que impulsionaram esta pesquisa foram de ordem pessoal, profissional e social. Buscamos compreender quais as falas expressas pelos docentes com alunos inclusos e suas dificuldades no ensino superior, bem como os discentes e acompanhantes. Este é um tema atual e com necessidade de mais investigações para compreender o fenômeno da inclusão. É necessário conhecer e garantir aos discentes com deficiência e aos docentes uma rede de apoio que promova a permanência dos alunos com deficiência no ensino superior, na perspectiva inclusiva.

## 1.1 O CAMINHAR METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa percorremos os seguintes caminhos:

- 1) Aceite institucional para realização da pesquisa (Anexo 01);
- 2) Apreciação do Projeto pelo Comitê de Ética, tendo sua aprovação em dezembro de 2015 (Anexo 02);
- 3) Delimitação do espaço da investigação: Universidade Federal de Sergipe – UFS, instituição pública de ensino superior, sendo o lócus o CECH–Centro de Educação e Ciências Humanas (Anexo 03);
- 4) Pesquisa sobre as legislações e a história da UFS;
- 5) Contato com a direção da Divisão de ações inclusivas-DAIN da UFS, docentes, discentes, discentes com deficiência e os acompanhantes que auxiliam no processo de inclusão (Anexo 06);
- 6) Entrevista com os docentes, discentes, discentes com deficiência e acompanhantes<sup>5</sup> para a escolha do melhor dia para realização do trabalho de entrevista (Apêndices E, F, G e H);
- 7) Entrevista com professores (as) que participaram do processo de inclusão na UFS (Apêndice I);

Nosso lócus da pesquisa é a UFS - Universidade Federal de Sergipe, que conta com 10 centros espalhados em cinco *campi* distintos: o de São Cristóvão, Itabaiana, Lagarto, Sertão e da Saúde. A escolha do lócus da pesquisa é o Campi de São Cristóvão, especificamente o Centro de Educação e Ciências Humanas-CECH/UFS. Este Centro é responsável por disciplinas na área de formação de professores. Buscamos os alunos com deficiência regularmente matriculados na instituição em cursos de formação de professor. O quadro a seguir descreve os departamentos integrantes do Centro de Educação e Ciências Humanas, bem como os cursos ofertados. O Centro de Educação e Ciências Humanas conta com diferentes cursos ofertados e que referenciam nossa investigação. A seguir elencamos os cursos:

---

<sup>5</sup> Os acompanhantes são estudantes da UFS, selecionados para serem monitores em diferentes funções, tais como: de orientação e mobilidade, copistas, que fazem audiodescrição, auxiliares na reprodução de textos para visão subnormal ou que necessite de ampliação, além dos intérpretes de Libras, transcritor e revisor de Braille.

QUADRO 01-Cursos do Centro de Educação e Ciências Humanas-CECH/UFS

<b>DEPARTAMENTOS</b>	<b>CURSOS</b>	<b>TOTAL DE ALUNOS</b>
Departamento de Artes Visuais e Design	Artes Visuais Licenciatura e Bacharelado em Design	460
Departamento de Ciências Sociais	Ciências Sociais	210
Departamento de Comunicação Social	Comunicação Social	612
Departamento de Educação	Pedagogia	458
Departamento de Filosofia	Filosofia	279
Departamento de Geografia	Geografia	873
Departamento de História	História	1022
Departamento de Letras Estrangeiras	Letras Espanhol Letras Inglês Letras Francês Letras Libras	1426
Departamento de Letras Vernáculas	Letras Português	955
Departamento de Música	Música	251
Departamento de Psicologia	Psicologia Licenciatura e Bacharelado	239
Núcleo de Graduação em Ciências da Religião	Ciências da Religião Licenciatura	173
Núcleo de Teatro	Teatro	203
	<b>TOTAL DE ALUNOS</b>	<b>7.161</b>

Fonte: Relatório Graduação SIGAA – UFS/DAA em 22/06/2016.

Existem cursos de licenciatura em outros centros, mas as disciplinas na área de formação de professores estão alocadas no Centro de Educação e Ciências Humanas. No quadro que se segue estão elencados os cursos, para efeito de conhecimento, os quais estão em outros centros.

QUADRO 02-Cursos de Licenciatura locados em outros centros da UFS

<b>CENTRO</b>	<b>CURSO</b>	<b>TOTAL DE ALUNOS</b>
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde-CCBS	Licenciatura em Ciências Biológicas;	375
	Licenciatura em Educação Física;	192
	Licenciatura em Enfermagem; <sup>6</sup>	05
Centro de Ciências Exatas e Tecnológica-CCET	Licenciatura em Química;	267
	Licenciatura em Matemática e	446
	Licenciatura em Física.	366
	<b>TOTAL DE ALUNOS</b>	<b>1.651</b>

Fonte: UFS em números: 2015-2016 /2016

Para reconstruir o objeto de pesquisa neste estudo inspiramo-nos na abordagem fenomenológica, pois esta leva em consideração a subjetividade do pesquisado e pesquisador. A fenomenologia fundamenta-se em diversos autores e tem como objeto básico as percepções individuais subjetivas e as significações que o indivíduo atribui a eles (preocupa-se como se percebem os fenômenos).

O estudo de caso foi escolhido, pois permite, segundo YIN, (1984, p.23), “investigar um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, utilizando múltiplas fontes de evidência.” A opção pelo estudo de caso nesta pesquisa surge da necessidade de compreender fenômenos sociais complexos.

Como instrumento para a coleta de dados, optou-se pela entrevista, Lüdke e André, (1986, p.33) escrevem que “a entrevista representa um dos instrumentos básicos para coleta de dados, dentro da perspectiva da pesquisa em educação”. Podemos compreender que a entrevista objetiva o reconhecimento de informações sobre o conteúdo pesquisado nas suas relações e história de vida.

Diante do exposto, a entrevista como instrumento de coleta de dados foi adequada na obtenção de informações sobre como os entrevistados percebem as pessoas, notadamente aquelas com convivência e conhecimento sobre o objeto de estudo investigado: a tessitura da inclusão na

<sup>6</sup> O Curso de Enfermagem encontra-se no Campus de Aracaju, existe o bacharelado e a licenciatura e o aluno faz a opção, optamos por inserir esse curso por tratar-se de um curso de formação de professor na área da saúde,

Universidade Federal de Sergipe: múltiplos olhares. Assim, buscamos conhecer os diferentes olhares.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos responsáveis e transcritas em protocolos específicos, possibilitando um mapeamento que subsidiou as análises. Foi necessário, durante a entrevista a um dos consultados, o auxílio de um tradutor e intérprete em Libras. Ressaltamos que os sujeitos participantes tiveram garantidos seus dados pessoais e mantidos em total sigilo, como também liberdade para desistir da participação da pesquisa a qualquer tempo. Para tanto, elaboramos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido –TCLE (Apêndice A), que informou aos entrevistados sobre a justificativa da pesquisa, os objetivos e os procedimentos utilizados. Esse termo, após leitura e esclarecimento de dúvidas pelos participantes, foi assinado por estes e pelo pesquisador, ficando cada um com uma cópia, atendendo assim ao que define a Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde.

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com número de parecer **CAAE**: 49747515.0.0000.5546, sendo aprovada pelo parecer substanciado do Comitê de Ética e Pesquisa-CEP com o número: 1.370.677 (Anexo 2).

No decorrer dos estudos encontramos uma via de mão dupla com a Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, tanto como lócus de atuação dos licenciados após sua formação, como também na tessitura da inclusão entre o Departamento de Educação-DED/UFS e a Secretaria de Estado da Educação-SEED/SE, através de convênios e curso de capacitação com os professores cubanos, realizado na segunda metade dos anos 90, do século XX, na Universidade Federal de Sergipe-UFS.

A investigação de campo ocorreu entre dezembro de 2015 e junho de 2016, nessa fase, solicitamos a anuência da coordenadora do CECH e realizamos as entrevistas com os docentes, discentes, discentes com deficiência e os acompanhantes.

A coleta de dados foi realizada em comum acordo entre os entrevistados, com agendamento de dia e horário para a realização. Na sua maioria, as entrevistas foram realizadas no DAIN-Divisão de Ações Inclusivas, pois neste setor há intérpretes de Libras. Também foi observada a disponibilidade de todos os envolvidos para que a entrevista fosse realizada sem pressa, primando pela qualidade e a escuta do outro como fatores importantes na realização da pesquisa e valorização dos pesquisados. A amostra foi constituída de 22 participantes, sendo cinco docentes, cinco discentes sem deficiência, cinco discentes com deficiência e cinco

acompanhantes, além de duas professoras que deram início ao processo de inclusão na UFS. O universo da nossa pesquisa era composto por 8.812 discentes nos diversos cursos do CECH, 272 docentes do CECH e 270 acompanhantes de alunos com deficiência nos diversos cursos na UFS.

Com o objetivo de captar as percepções dos envolvidos na pesquisa sobre a inclusão da pessoa com deficiência na UFS, utilizamos a entrevista tipo semiestruturada. Existem influências importantes na vida das pessoas de natureza social, cultural, econômica, política e educacional, que emergem nas entrevistas e devem ser considerados na análise das percepções pessoais de cada entrevistado.

Podemos compreender que a entrevista visa ao reconhecimento de informações sobre o conteúdo pesquisado nas suas relações e história de vida. Nesse sentido, a utilização da entrevista com os sujeitos pesquisados teve o intuito de obter respostas a nossa indagação: Que percepções têm os docentes, discentes, discentes com deficiência e acompanhantes sobre o processo de inclusão no ensino superior da UFS?

As percepções individuais dos entrevistados demonstram como estes veem o processo de inclusão em diferentes contextos e as modificações em curto prazo e em longo prazo. As transformações das pessoas com deficiência no ensino superior e em todos os ambientes podem promover mudanças significativas no convívio com a diversidade humana.

Para a análise das entrevistas, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo, que Bardin, (2011, p. 15) entende como: “Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis e em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. A análise de conteúdo aplica-se a diferentes áreas e contextos.

Seguimos nesta pesquisa o roteiro: realização e transcrição das entrevistas, leitura das entrevistas, logo em seguida, leitura com marcação das falas relevantes e relacionadas a nossa temática, o que permitiu elencar as categorias, vislumbradas durante as leituras como categorias educacionais e de acessibilidade, importantes no desenvolvimento da inclusão no ensino superior.

As categorias foram constituídas por: docente, discentes e ensino superior, e na categoria da acessibilidade encontram-se os tipos de acessibilidade curricular, comunicacional, arquitetura, atitudinal, entre outras, pois fazem parte do dia a dia do aluno com deficiência. Na análise dos

dados lançamos mão das transcrições das entrevistas selecionadas, que foram analisadas à luz dos teóricos utilizados nesta pesquisa.

Esta dissertação está estruturada em cinco seções, sendo que a introdução discorre sobre a temática da pesquisa, apontando o problema, a justificativa, metodologia e apresentação das seções.

Na segunda seção apresentamos o estado da arte, com levantamento de pesquisas já desenvolvidas sobre a temática no Brasil e em Sergipe, tendo como foco a UFS e seus programas de Pós-Graduação. Investigamos as pesquisas ligadas à temática da pessoa com deficiência e em áreas correlatas, cujos propósitos são avançar nas pesquisas e melhorar a qualidade de vida e ações voltadas às minorias.

Na terceira seção a tessitura entre as legislações que iniciaram o processo de reconhecimento do direito do homem no mundo. Buscamos as legislações no Brasil sobre as políticas de ações afirmativas e a Lei Brasileira de Inclusão - LBI. A acessibilidade e seus diferentes tipos e a estruturação para a inclusão da pessoa com deficiência ser de fato incluso.

Na quarta seção abordaremos o surgimento da Universidade Federal de Sergipe, sua história, cursos, principais personagens e a demanda de educação da população sergipana, as resoluções que propiciaram o acesso da pessoa com deficiência na UFS, os órgãos responsáveis e sua estruturação.

Na quinta seção apresentamos as análises e discussões dos resultados das entrevistas, e logo em seguida para não concluir, visto que nossas considerações finais são frutos da nossa pesquisa hoje e no futuro podem ser mutáveis, as referências, anexos e apêndices.

## 2 RUMO AO ESTADO DO CONHECIMENTO

*"Você não sabe o quanto eu caminhei, pra chegar até aqui" (Cidade Negra).*

Nesta seção apresentamos um levantamento de pesquisas já desenvolvidas sobre a temática no Brasil e em Sergipe, tendo como foco a UFS e seus programas de Pós-Graduação, investigando as pesquisas sobre a temática da pessoa com deficiência e em áreas correlatas, cujo princípio é avançar nas pesquisas, melhorando a qualidade de vida e ações voltadas às minorias.

Realizar a pesquisa sobre o estado da arte foi indicada por Lüdke (1984, p. 80), como “um marco histórico”, de uma área de conhecimento, possibilitando verificar sua evolução. O termo estado da arte resulta de uma tradução literal do inglês, e, conforme a autora, tem por objetivo realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área.

Há interesse crescente de pesquisas envolvendo diferentes temas sobre educação, educação inclusiva, formação de professores, entre outros, realizadas durante as formações inicial e continuada, além dos estudos publicados em revistas científicas da área, apresentados em congressos.

Definida a temática, realizamos pesquisa no banco de teses do portal da CAPES, que contém informações sobre teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação no Brasil. No portal da CAPES foi realizada consulta de 2000 até o ano de 2015. Inicialmente utilizamos o descritor com as palavras: Inclusão (a), Ensino Superior (b), Acesso (c) e Acessibilidade (d). Os resultados apontaram 205 ocorrências para a primeira palavra-chave (inclusão), as quais abrangem diversas áreas do campo da educação e educação especial; e para a segunda palavra referente ao ensino superior foram encontrados 936 trabalhos. A terceira palavra buscada foi “acesso” e foram encontrados 440 trabalhos, e na quarta palavra, “acessibilidade”, foram encontrados 156 trabalhos.

No portal da CAPES, quando colocamos os descritores: (Inclusão, Ensino Superior, Acesso e Acessibilidade); foi encontrado um total de 13 trabalhos, quatro das quais foram teses de doutorado e nove dissertações de mestrado distribuídos da seguinte forma: seis trabalhos de mestrado em Educação; um trabalho de mestrado em Psicologia; um trabalho de mestrado em Administração de Empresas e um trabalho de mestrado em Engenharia Urbana.

Quadro 03 -Dissertações desenvolvidas com as palavras-chave: Inclusão, Ensino Superior, Acesso e Acessibilidade no Brasil.

<b>PESQUISADOR</b>	<b>UNIVERSIDADE</b>	<b>TEMA</b>
PROVIN, Priscila.	Mestrado em Educação; UNISINOS; 2011	O Imperativo da Inclusão nas Universidades Comunitárias Gaúchas: Produzindo Atitudes de Inclusão.
NASCIMENTO, Vera Creusa de Gusmão do.	Mestrado em Educação; UFPB; 2011	As vozes de pessoas com deficiência sobre o processo de inclusão no ensino popular.
MELO, Isaac Samir Cortez de.	Mestrado em Educação; UFRN; 2011	Um estudante cego no curso de licenciatura em música da UFRN: questões de acessibilidade curricular e física.
SANTOS, Yvonete Bazbuz da Silva.	Mestrado em Educação UFC; 2011	As Políticas Públicas de Educação para a pessoa com deficiência: a proposta dos Institutos Federais
AZEVEDO, Maria Carolina Albuquerque de.	Mestrado em Educação UFPB; 2012	Políticas de Acesso para discentes com Deficiência Visual no Ensino Superior: um estudo de caso.
NOGUEIRA, Fábio Luiz Benício Maia.	Mestrado em Administração de Empresas; UNIFOR; 2012	Políticas Institucionais e Ações Inclusivas nas Universidades: análise das condições de acesso para discentes surdos
BARDI, Tatiana Queiroz.	Mestrado em Engenharia Urbana; UEM; 2012	Acessibilidade no Meio Urbano: um estudo de caso no Jardim Universitário em Maringá-PR '
CARNEIRO, Cristina Rodrigues.	Mestrado em Psicologia UFAM; 2012	Análise da Acessibilidade Urbana em Manaus/AM: um olhar sobre a criação de espaços acessíveis para a pessoa com deficiência
SANTOS, Antônio Carlos Nogueira.	Mestrado em Educação UFS; 2012	Acessibilidade da pessoa com deficiência física: o caso da Universidade Federal de Sergipe, Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos. '

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br/> Abril de 2016.

A temática da inclusão no ensino superior da pessoa com deficiência é carente de pesquisas, o que fortalece a relevância deste nosso estudo. Outro dado encontrado na observação sistemática do quadro acima é o papel do mestrado em Educação com a liderança de pesquisas na área envolvendo essa temática.

As teses elencadas com as palavras-chave: Inclusão, Ensino Superior, Acesso e Acessibilidade, já no doutorado, foram dois trabalhos em Educação Especial, um trabalho em Serviço Social e um em Ciências da Informação, conforme especificadas no quadro a seguir.

Quadro 04-Teses desenvolvidas com temática sobre Inclusão, Ensino Superior, Acesso e Acessibilidade, no Brasil.

<b>PESQUISADOR</b>	<b>CURSO</b>	<b>TEMA</b>
GUERREIRO, Elaine M. Bessa Rebello	Doutorado em Educação Especial; UFSCAR; 2011.	Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFSCAR;
SANTOS, Nadja Maria Coda dos	Doutorado em Serviço Social; PUC/SP; 2011.	Educação e Prouni: Política de Inclusão Social na Perspectiva Transdisciplinar.
CASTRO, Sabrina Fernandes de.	Doutorado em Educação Especial; UFSCAR; 2011.	Ingresso e Permanência de alunos com deficiência em Universidades Públicas Brasileiras
MALEANE, Susana Otilia Tómas	Doutorado em Ciências da Informação; UNB; 2012.	Tecnologias de Informação e Comunicação como meio de Inclusão e Exclusão Social em Moçambique: o caso do Ensino Superior

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br> Abril de 2016.

Como se verifica nesse quadro as temáticas são diversas na área da educação e apresentam várias áreas, principalmente a da Acessibilidade em diferentes contextos e de acesso ao ensino superior pelas minorias e não apenas da pessoa com deficiência.

A pós-graduação tem realizado investigações e produzido conhecimento sobre a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente universitário, com diferentes objetos de estudo. A esse respeito, é necessário conhecer as pesquisas desenvolvidas sobre ensino superior e pessoas com deficiência na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Cabe destacar as orientações realizadas pela Profa. Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza, que se encontra em dois programas de Pós-Graduação, fomentando pesquisas na área. Outros profissionais estão entrando nas pós-graduações tendo como foco a pessoa com deficiência e por certo também começam a ampliar o número de pesquisas na área, como as profas. Dras. Isa Regina dos Anjos, Rita de Cácia Santos Souza, Denize da Silva Souza, entre outros. É importante frisar que outros professores e programas têm pesquisas na área, mas não foram localizadas outras pesquisas com foco no ensino superior.

Destacamos outros professores que também desenvolvem pesquisas na área: professoras Dras. Anamaria Goncalves Bueno de Freitas, Anne Alilma Silva Souza Ferrete, Rosana Carla do Nascimento Givigi e Veleida Anahi da Silva, como também os professores Dr. José Mário Aleluia Oliveira e Henrique Nou Schneider.

Cabe salientar que muitos dos professores que estão no ensino superior da UFS vêm das redes pública estadual e ou municipal, com conhecimento e práxis junto à pessoa com

deficiência, ressalto, entre eles, as professoras Iara Maria Campelo de Lima, Rita de Cácia Santos Souza, Veronica dos Reis Mariano de Sousa, Isa Regina dos Anjos e Denize da Silva Souza, Maria Alzenira Aquino, Margarida Maria Teles, Valéria Simplício Silva, Mônica Gois, contribuindo na formação de profissionais na área de educação inclusiva.

Dado importante é a presença na Pós-Graduação em Educação da UFS da professora Mestre Larissa Silva Rebouças, primeira aluna surda no doutorado em Educação da UFS.

A seguir são enumeradas as dissertações seus objetivos, especificamente na Pós-Graduação em Educação e em Ensino de Ciências e Matemática da UFS, tendo como foco a Universidade Federal de Sergipe. Destarte, foram nessas duas pós-graduações onde encontramos pesquisas que mais se aproximaram com nosso objeto de pesquisa.

Quadro 05-Dissertações sobre temática correlata desenvolvida na Pós-Graduação em Educação da UFS

<b>Dissertação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Autor</b>
Educação e Acessibilidade: um estudo sobre estudantes com deficiência em Universidade Pública do estado de Sergipe	Conhecer os estudantes com deficiência que entram na Universidade com deficiência e sejam mulheres.	Flávia Augusta S. de Melo
Acessibilidade da pessoa com Deficiência Física: o caso da Universidade Federal de Sergipe-Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos-São Cristóvão	Analisar como se dá a acessibilidade da pessoa com deficiência física na Universidade Federal de Sergipe.	Antônio Carlos N. Santos
A implantação da Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular obrigatória na Universidade Federal de Sergipe	Analisar a implantação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular obrigatória na Universidade Federal de Sergipe (UFS), no período de 2005-2014.	Valéria Simplício da Silva
O uso de tecnologias assistivas no acesso à Web por alunos com deficiência visual da UFS	Conhecer as Tecnologias Assistivas de acesso à Web para facilitar o acesso autônomo ao conhecimento por parte dos estudantes com cegueira e com baixa visão da Universidade Federal de Sergipe.	Alberto Dantas de Souza

Fonte: Portal UFS. [www.ufs.br](http://www.ufs.br)

Como podemos inferir pesquisas que tem como mote a inclusão na UFS são poucas as que versam sobre essa temática, outro ponto que cabe destacar é que essa temática encontra pespego, desde quem queira pesquisar ao acesso as informações.

Quadro 06-Dissertações sobre temática correlata desenvolvidas na Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da UFS

<b>Dissertação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Autor</b>
As disciplinas de exatas e o processo de ensino para alunos com deficiência visual na Universidade Federal de Sergipe.	Analisar as metodologias e recursos utilizados pelos professores das disciplinas de exatas para alunos com deficiência visual na Universidade Federal de Sergipe.	Flavio Correia Santos
A inclusão dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe	Analisar o processo de inclusão de alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus de São Cristóvão.	Priscila Dantas Fernandes
Educação inclusiva no ensino superior: saberes e práticas dos professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática	Compreender os saberes e práticas dos professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe, sobre a inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior.	Ana Bárbara Assunção Vazquez Correia
Atendimento educacional a alunos com talento matemático e sua influência no desempenho escolar.	Analisar o Projeto Novo Talentos da Universidade Federal de Sergipe identificando sua influência no desempenho escolar dos participantes.	Micheline Idalga de Brito Simplicio

Fonte: Portal UFS. [www.ufs.br](http://www.ufs.br)

As pesquisas são diversas e estão focadas nas Ciências exatas, lócus de maior dificuldade para implementação da inclusão dos discentes com deficiência na UFS.

Quadro 07-Dissertação sobre temática correlata desenvolvidas na Pós-Graduação em Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia- Lisboa-Pt

<b>Dissertação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Autora</b>
Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Sergipe	Identificar os dispositivos e barreiras existentes na Universidade Federal de Sergipe em relação ao acesso, à aprendizagem e à permanência dos alunos com deficiência visual.	FERREIRA, Rose Maria Tavares Fagundes

Fonte: <http://www.ulusofona.pt/mestrados>

Cito a pesquisa desenvolvida pela servidora FERREIRA, Rose Maria Tavares Fagundes, com temática vinculada à inclusão de alunos com deficiência visual na UFS, orientada pela Dra. Rosa Serradas Duarte, defendida em 2015 que versa sobre as barreiras da inclusão dos alunos com deficiência visual no ensino superior na UFS.

A seguir descrevemos as pesquisas desenvolvidas nos cursos de mestrado e doutorado em diferentes áreas de estudo na UFS. Encontramos dissertações em outros programas de pós-graduação na UFS com temática nas áreas da deficiência, história, formação de professor, legislação, entre outros.

O Programa de Pós-Graduação em Educação (NPGED) da Universidade Federal de Sergipe tem os cursos de mestrado e doutorado em Educação. Os docentes são professores permanentes e colaboradores de diferentes departamentos da UFS. O curso de mestrado, já consolidado, iniciou-se no ano de 1994. A proposta de doutorado em Educação foi aprovada e implantada no início de 2008.

Ao pesquisar sobre as dissertações e teses produzidas na Pós-Graduação em Educação da UFS (PPGED), foram encontradas 409 trabalhos defendidos, desse total 18 dissertações foram relacionadas a pessoas com deficiência, o programa tem 25 anos de caminhada e um quantitativo pequeno quando comparados com o total de dissertações já defendidas. Durante o período de 2005 a 2010 não houve qualquer dissertação produzida sobre a temática da Educação Especial (EE) ou Educação Inclusiva (EI). Fica aqui o questionamento: Por que não houve dissertações produzidas nessa temática? Podemos entender essa ausência como um silenciamento ou ausência de professores que pudessem orientar.

Quadro 08-Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação com temáticas que envolvem a inclusão (PPGED\UFS)-Período de 1999 a 2016

<b>No.</b>	<b>Ano</b>	<b>Dissertação</b>	<b>Autor</b>
01	2000	Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas.	Rita de Cácia Santos Souza
02	2000	Vivência de Inclusão	Verônica dos Reis Mariano Souza
03	2004	Educação Sexual de deficientes mentais: experiência de professores do Ensino Fundamental em Aracaju	Marcos Ribeiro de Melo
04	2011	A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas	Josilene Souza Lima Barbosa
05	2011	Educação e acessibilidade: um estudo sobre estudantes com deficiência em Universidade	Flávia Augusta Santos de Melo

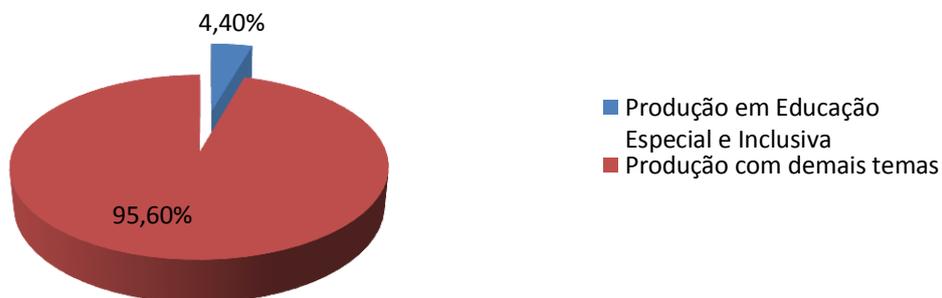
		Pública do Estado de Sergipe	
06	2012	Acessibilidade da pessoa com Deficiência Física: o caso da Universidade Federal de Sergipe-Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos-São Cristóvão	Antônio Carlos Nogueira Santos
07	2013	O processo Educacional do cego em Aracaju (1950 - 1970)	Patrícia Matos Souza Nunes
08	2013	A dança das mãos na significação da História: a Língua Brasileira de Sinais nas comunidades surdas de Aracaju\Sergipe (1962-2002)	Margarida Maria Teles
09	2014	As práticas de atendimento do centro de reabilitação Ninota Garcia: medicina e educação (1962-1996)	Iadrelhe Souza de Oliveira
10	2014	O uso de tecnologia assistiva no acesso à Web por alunos com deficiência visual da UFS	Alberto Dantas de Souza
11	2014	A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva: desvelando os fios da trama	Juliana Alcântara
12	2015	O Instituto Nacional de Educação de Surdos e a formação de professores para surdos em Sergipe (1959-1961)	Catharine Prata Seixas
13	2015	Ensino da Língua Portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental	Marleide dos Santos Cunha
14	2015	A implantação da Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular obrigatória na Universidade Federal de Sergipe	Valéria Simplício da Silva
15	2016	Gênese da educação de surdos em Delmiro Gouveia	Cristiano das Neves Vilela
16	2016	Comunicação e Facebook: a produção de conhecimento na mão do aluno surdo	Alex Reis dos Santos
17	2016	Um olhar acerca do aluno diagnosticado com deficiência intelectual: outros caminhos para o desvelamento do ser	Carla Ulliane Nascimento Santos
18	2016	Mídias comunicacionais e educacionais na pedagogia surda	Simone Lorena da Silva Pereira

Fonte: Secretaria do PPGED, Junho de 2016.

A partir de 2011 as produções nessa área têm se expandido, o que é um fator importante e fruto do trabalho de professores da graduação com experiência na área, os quais têm adentrado na Pós-Graduação, incentivado e fomentado discentes da graduação a pesquisarem sobre essa temática, estimulando a continuarem na Pós-Graduação, com total de 412 dissertações defendidas na pós-graduação em Educação, das quais são 18 dissertações na área de educação especial ou inclusiva defendidas.

Gráfico 01 – Dissertações do PPGED/UFS 2016

### Dissertações que abordam a Educação Especial e Inclusiva até 2016 do PPGED/UFS



Elaboração própria, 2016

Observa-se que há poucas produções envolvendo a temática da educação especial, inclusão ou docência inclusiva na UFS, por ser um novo paradigma no ensino superior e configurar a expansão das diferenças nesse nível de ensino. É pertinente observar que as produções vêm, nos últimos anos, crescendo em diferentes áreas de interesse e agregando novos conhecimentos, e assim o surgimento de mudanças de paradigmas no ensino superior tem contribuído para o redimensionamento desse contexto.

O Núcleo de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (NPGEICIMA) autorizado pela CAPES em 2008, com a proposta de aprofundar, junto aos professores, a base teórica dos estudos e pesquisas nestas áreas, vem desenvolvendo reflexões fundamentais sobre as perspectivas das diferentes linhas de pesquisa prioritárias na atualidade e incentivando trabalhos que permitam avançar na compreensão dos problemas relacionados com a aprendizagem e a divulgação científica. Pretende contribuir para a construção de um suporte teórico-metodológico que terá como fruto uma maior consistência política, pedagógica e científica para a apreensão dos problemas que perpassam o ensino. Conta, até junho de 2016, com 139 dissertações defendidas, 11 das quais com temáticas na área da educação especial ou inclusiva. A seguir, destacamos as dissertações defendidas no programa ora analisado, as quais se aproximam da nossa área de estudo.

QUADRO 09 - Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática com temáticas que envolvem a inclusão (NPGEICIMA/UFS) - Período de 2010 a 2016.

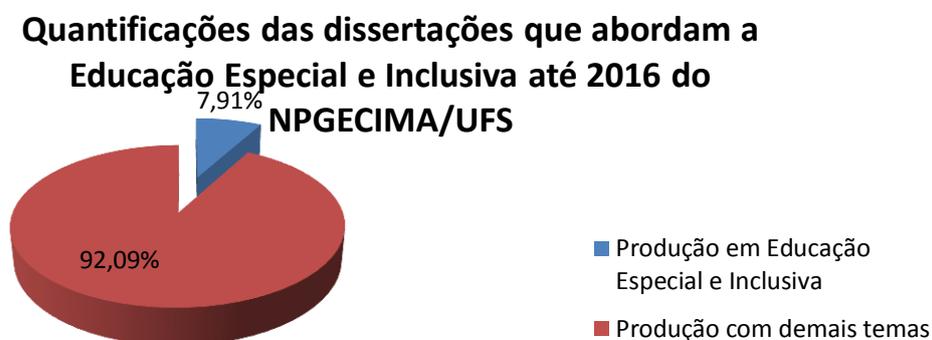
No.	Ano	Dissertação	Autor
01	2011	Intervenções de um professor de matemática cego	Enio Gomes Araujo

02	2013	Atendimento educacional a alunos com talento matemático e sua influência no desempenho escolar	Micheline Idalga de Brito Simplício
03	2014	Ensino de ciências em uma perspectiva inclusiva: utilização de tecnologia assistiva com alunos com deficiência visual	Tatiane Santos Silva
04	2014	A inclusão dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe	Priscila Dantas Fernandes
05	2014	O ensino de química e a Língua Brasileira de Sinais – sistema signwriting (libras-sw): monitoramento interventivo na produção de sinais científicos	Edivaldo da Silva Costa
06	2014	As disciplinas de exatas e o processo de ensino para alunos com deficiência visual na Universidade Federal de Sergipe	Flavio Correia Santos
07	2015	O ensino das quatro operações matemáticas para alunos surdos no ensino fundamental: estudo de caso	Ilvanir da Hora Santos
08	2015	Desempenho Escolar em Ciências: implicações relacionadas aos fatores ambientais e biológicos dos Transtornos Funcionais Específicos da Aprendizagem	Tiago Santos de Jesus
09	2015	Relação entre desempenho escolar em Ciências e possíveis indicadores de distúrbios de aprendizagem	Taciana de Lisboa Faria
10	2016	Relações com o saber e o universo explicativo da pessoa com cegueira total sobre a aprendizagem da geometria	Ildema Gomes Aragão
11	2016	Educação Inclusiva no ensino superior: saberes e práticas dos professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática	Ana Bárbara Assunção Vazquez Correa

Fonte: Secretaria do NPGECIMA Junho de 2016.

A seguir, a análise de percentual de pesquisas já produzidas pela pós-graduação, num total de 139 ( 92%) dissertações, e as pesquisas cujo foco é a pessoa com deficiência totalizam 11 ( 7,9%) dissertações.

Gráfico 02 – Dissertações NPGECIMA/UFS 2016



Convém colocar a importante contribuição do NPGECIMA\UFS na disseminação e produção de pesquisas na área de exatas, tendo como foco a pessoa com deficiência no processo inclusivo ou de atendimento especializado.

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PRODIR\UFS) da Universidade Federal de Sergipe foi criado em 2010, através da Resolução 45/2010/CONEPE, entrando em funcionamento em agosto de 2011. Esse Programa é regido pela Resolução 32/2014/CONEPE e conta com 47 dissertações defendidas até março de 2016, três das quais são de temática específica na área da pessoa com deficiência, conforme quadro a seguir.

QUADRO 10 -Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Direito com temáticas que envolvem a inclusão (PRODIR/UFS)-Período de 2014 a 2016

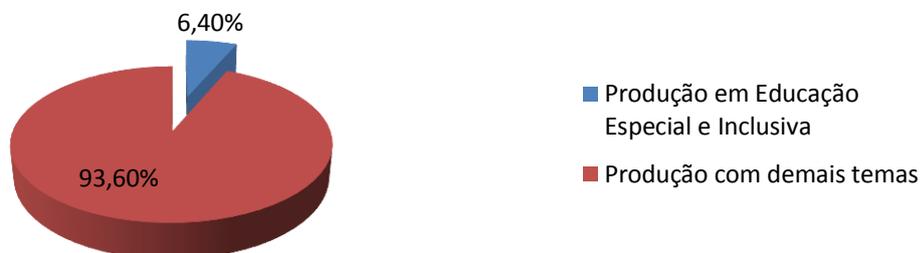
No.	Ano	Dissertação	Autor
01	2014	Dos deficientes físicos no mercado de trabalho mediante cotas: uma redefinição conceitual lastreada na hermenêutica constitucional	Layanna Maria Santiago Andrade
02	2014	A efetividade da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência no Brasil	Maria Lúcia Ribeiro dos Santos
03	2016	O direito fundamental ao trabalho da pessoa com deficiência no Brasil: caminhos para a eficácia social	Emerson Albuquerque Rezende

Fonte: Secretaria do PRODIR\UFS maio de 2016.

A seguir, a análise de percentual de pesquisas já produzidas pela pós-graduação e as pesquisas que têm como foco a pessoa com deficiência.

Gráfico 03 – Dissertações PRODIR/UFS 2016

### Dissertações que abordam a Educação Especial e Inclusiva até 2016 do PRODIR/UFS



Elaboração própria, 2016

Esta pós-graduação em Direito é recente na UFS, mas já demonstra sua importância nas temáticas desenvolvidas, propondo a atenção à pessoa com deficiência e o seu direito a ter direitos.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual (PPGPI\UFS) nasce com a criação dos cursos de mestrado e doutorado acadêmico em Propriedade Intelectual para a formação de recursos humanos, que vão atuar em diferentes lócus. Tem conceito 4 na CAPES e conduz ao grau acadêmico de Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual e Doutor em Ciência da Propriedade Intelectual. A seleção de candidatos em 2012 e iniciou suas atividades em 2013. Até junho de 2016 foram 28 dissertações defendidas, sendo uma com temática na área da Educação Especial e Educação Inclusiva.

No edital de seleção da Pós-graduação em Ciência da Propriedade Intelectual de 2016, pela primeira vez foi contemplado, no contexto geral da UFS, espaço para que os alunos declarassem sua necessidade no momento da inscrição para a seleção nas etapas de seleção, sendo o primeiro programa de pós-graduação na UFS a fazê-lo. Os Programas de Pós-graduações da UFS iniciaram a partir do Edital de Seleção de 2017 a contemplar a necessidade de atendimento especializado: oferecido a pessoa com deficiência ampliando o acesso ao ensino superior em todos os níveis, inclusive na Pós-Graduação.

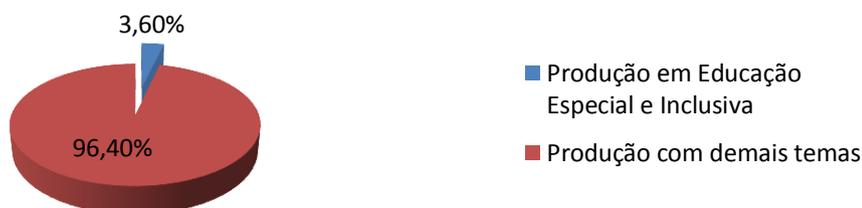
QUADRO 11-Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual (PPGPI\UFS), com temática que envolve a Tecnologia Assistiva e os direitos relativos às obras produzidas-Período de 2010 a 2016

No.	Ano	Dissertação	Autor
01	2015	Prospecção em Tecnologia Assistiva para Alunos com Surdez e Cegueira no Ensino Superior: Um Estudo de Futuro	Sandra de Andrade Santos

Fonte: Secretaria do PPGPI. junho de 2016.

Gráfico 04–Dissertações PPGPI/UFS 2016

### Dissertação que aborda a tecnologia assistiva e direitos relativos às obras produzidas até 2016 do PPGPI\UFS



Elaboração própria, 2016

As atividades referentes à Propriedade Intelectual compreendem o reconhecimento do cuidado autoral legal de patentes e o reconhecimento de documentos elaborados e patenteados pelo autor.

A Pós-Graduação em Educação Física (NPGEF/UFS) da Universidade Federal de Sergipe conta com o curso de Mestrado em Educação Física. O NPGEF tem estimulado os discentes e docentes à produção e divulgação de suas pesquisas, apresentando os resultados em periódicos de referência da área em capítulos de livros, livros e em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. A proposta de mestrado em Educação Física foi aprovada e implantada no início de 2012. Até o mês de junho de 2016 foram defendidas 35 dissertações, quatro das quais são específicas na nossa área de estudo, conforme quadro a seguir.

QUADRO 12 - Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFS, com temáticas que envolvem a pessoa com deficiência ou qualidade de vida. (PPGEF /UFS)-Período de 2014 a 2016

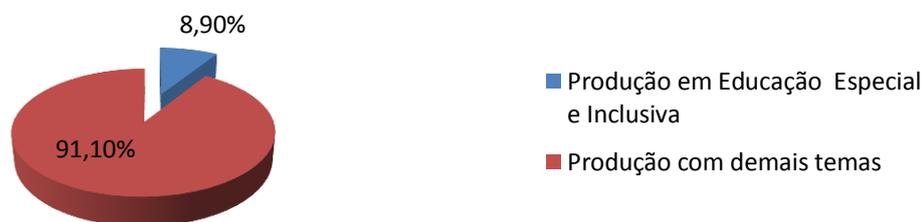
<b>No.</b>	<b>Ano</b>	<b>Dissertação</b>	<b>Autor</b>
01	2014	Fatores relacionados com o nível de atividade física em indivíduos amputados e a relação entre nível de atividade física com a qualidade de vida	Victor Hugo de Melo
02	2014	Qualidade de vida e funcionalidade de indivíduos amputados praticantes e não praticantes de esportes	Aristela de Freitas Zanona
03	2015	Impacto do acompanhamento nutricional nas mudanças antropométricas e dietéticas de atletas com deficiências motoras.	Talita Kizzy Barbosa Barreto
04	2015	Atividade física e qualidade de vida em amputados de membro inferior no município de Aracaju -SE	Rafael Araújo dos Santos Lima

Fonte: Secretaria do PPGEF. junho de 2016.

É preciso reconhecer as pesquisas na área da educação física e correlatas como as que têm contribuído decisivamente para a qualidade de vida das pessoas com deficiência ou com reduzida mobilidade, com doenças limitantes.

Gráfico 05 – Dissertações PPGEF/UFS 2016

**Dissertações que abordam temática envolvendo a qualidade de vida da pessoa com deficiência até 2016, do PPGEF/UFS**



Elaboração própria, 2016

Esse programa tem propiciado pesquisas para a qualidade de vida em pessoas amputadas, ao tempo em que pesquisa e estimula a prática de esportes adaptados aos alunos com deficiência atualmente na UFS.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) possui estrutura multidisciplinar em diversas áreas da saúde. O objetivo desse programa é formar docentes e pesquisadores em níveis de mestrado e doutorado, com capacidade de disseminar conhecimentos e desenvolver pesquisas nas áreas de Ciências da Saúde. Desenvolve pesquisas em diferentes contextos, auxiliando as pessoas com deficiência física, tipo nanismo, na cidade de Itabaianinha, e realiza estudos que têm melhorado a qualidade de vida das pessoas anãs dessa cidade, ao longo dos últimos 20 anos. Tem 382 dissertações e teses defendidas até junho de 2016, sendo seis trabalhos com temática correlata à busca da qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Quadro 13-Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) com temáticas envolvendo a pessoa com deficiência ou qualidade de vida. (Dissertações e Tese).

No.	Ano	Título do Trabalho	Autor
01	2008	O Comportamento Vocal entre Escolares com Queixas Vocais com e sem Situação de Rua em Aracaju-Sergipe, Brasil.	Neuza Josina Sales Dissertação
02	2008	Opinião de psicólogos sobre seu preparo profissional para atender às necessidades humanas básicas de crianças com	Maria das Graças Araujo

		deficiência	Dissertação
03	2009	Hidrocefalia: caracterização do cuidador em relação ao conhecimento	Débora Moura da Paixão Oliveira Dissertação
04	2010	Efeito da dançaterapia na função neuromuscular e qualidade de vida de pessoas com deficiência física	Lavínia Teixeira de Aguiar Machado Lacerda Dissertação
05	2010	Avaliação da função motora de crianças com hidrocefalia	Aida Carla Santana de Melo Costa Dissertação
06	2013	Fatores de Risco e Epidemiologia dos Distúrbios da Comunicação em Crianças de Cinco Anos de Idade da Coorte de Nascimento de 2005 em Aracaju/SE	Neuza Josina Sales Tese

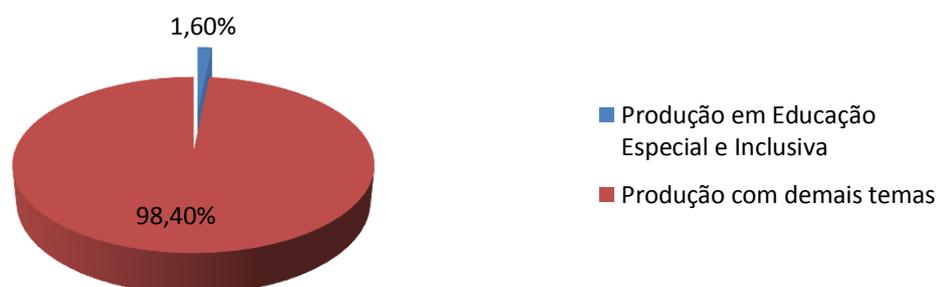
Fonte: Secretaria do PROCFIS, maio de 2016.

Os docentes são professores em diversas áreas prioritárias no Estado de Sergipe, dentro do campo da saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmacologia, Farmácia, Fisiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Imunologia, Medicina, Microbiologia, Nutrição, Odontologia e Saúde Coletiva), e buscam a interdisciplinaridade entre essas áreas.

É uma área prioritária na atenção a pessoa com deficiência mas com poucas pesquisas realizadas o que denota um campo de pesquisa que requer pesquisadores para adentrar em uma área tão carente. A seguir é feita a análise de percentual de pesquisas já produzidas pela pós-graduação e as pesquisas que têm como foco a pessoa com deficiência, ou áreas correlatas.

Gráfico 06 – Dissertações PPGCS/UFS 2016

### Dissertações e teses que abordam temática envolvendo a pessoa com deficiência até 2016, do PPGCS/UFS



Elaboração própria, 2016

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas (PROCFIS/UFS) oferece os cursos de mestrado e doutorado em Ciências Fisiológicas. Foi criado em 2011 em nível de mestrado, e em 2013, no nível de doutorado. Tem duas linhas de pesquisa: Produtos naturais e, Neurociência. Ambas possuem campo de estudo vasto tratando-se de temáticas que abrangem a qualidade de vida e cuidados com pessoas acometidas por doenças, como também tratamentos a todas as pessoas. A seguir destacamos as pesquisas já defendidas e as vinculadas à nossa temática. Possui 45 dissertações e teses defendidas até junho de 2016, sendo três com temática correlata à Educação Especial ou Educação Inclusiva.

QUADRO 14–Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas com temáticas que envolvem a qualidade de vida futura e a pessoa com deficiência. (PROCFIS/UFS) – 2015-2016

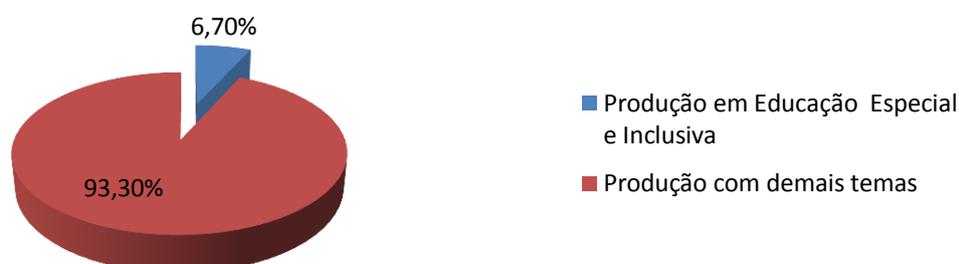
<b>No.</b>	<b>Ano</b>	<b>Dissertação</b>	<b>Autor</b>
01	2015	Alterações motoras, cognitivas e neuroquímicas causadas pela administração repetida da deltametrina em ratos	Marina Freire de Souza
02	2015	Funções nociceptiva, auditiva e motora em um modelo progressivo de parkinsonismo	Rachel Rocha Cintra
03	2016	Alterações motoras, comportamentais e histopatológicas após injeção intracerebroventricular de liquor de pacientes com esclerose lateral amiotrófica em ratos	Auderlan Mendonça de Gois

Fonte: Secretaria do Programa, maio 2016.

É importante esclarecer que essas pesquisas na área da Fisiologia têm como objetivo o atendimento às pessoas com deficiências motoras e físicas, que requerem reabilitação para a qualidade de vida atual e futura.

A seguir a análise de percentual de pesquisas já produzidas pela pós-graduação e as pesquisas cujo foco é a pessoa com deficiência.

**Dissertações que abordam temáticas envolvendo estudos para a qualidade de vida das pessoas com deficiência até 2016, do PROCFIS/UFS**



Elaboração própria, 2016

Mesmo sendo uma pós-graduação jovem na UFS, pois está funcionando há 5 anos, demonstra força quando já conta com o curso em nível de doutorado e tem conceito CAPES 04 desde 2013.

O programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação (PROCC/UFS) teve início em 2010 na UFS. Conta com as seguintes linhas de pesquisa: Computação Inteligente, Engenharia de Software e Sistemas de Informação, Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos. Tem conceito 03 na CAPES desde 2013. As dissertações que têm vínculo com nossa temática são as discriminadas abaixo, pois buscam interação entre o homem e a máquina (computador), auxiliando no desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência. Conta com 45 dissertações defendidas até junho de 2016, duas das quais aborda temática correlata à Educação Especial ou Educação Inclusiva.

**QUADRO 15 – Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação com temática envolvendo tecnologia entre Interação-Homem – Computador- (PROCC /UFS) -Período de 2014 a 2016**

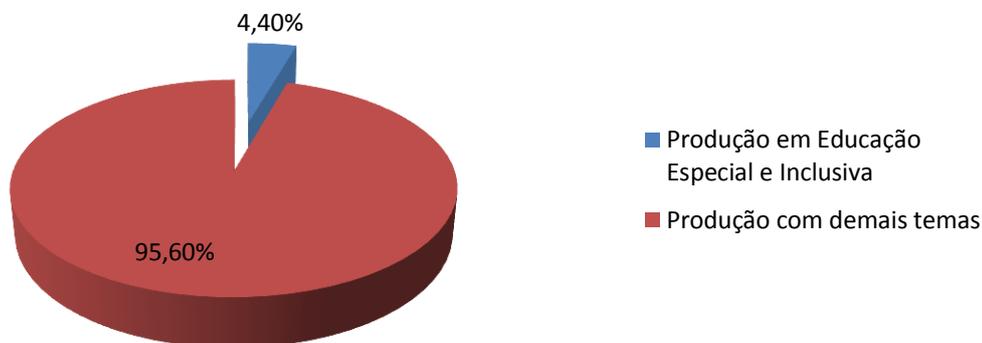
No.	Ano	Dissertação	Autor
01	2014	Sobre o uso do Contexto no Reconhecimento Automático de Fala	Abriel Ferreira Araujo
02	2016	Proposta de uma metodologia para obtenção de vocabulários de gestos intuitivos para a interação homem/robô	Clebeson Canuto dos Santos

Fonte: Secretaria do Programa, maio 2016

Os programas de computador possibilitam o estudo da interação entre homem e computador. Tem como foco desenvolver programas de computador que atendam às pessoas com deficiência e a lidar com as possibilidades da acessibilidade comunicacional, propiciando a interação entre homem e o computador. Ampliando o acesso a comunicação e dessa forma acesso aos bens produzidos pela humanidade.

Gráfico 08–Dissertações PROCC/UFS 2016

**Dissertações que abordam a tecnologia Interação homem-computador através de tecnologias assistivas, até 2016, do PROCC/UFS**



Elaboração própria, 2016

A Pós-Graduação em Ciências da Computação desenvolve relevante papel na possibilidade de interação entre o homem e a máquina, cujo objetivo é desenvolver tecnologias assistivas.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGA/UFS, foi criado em 2009, tem como área de concentração a Antropologia Social e conta com as seguintes linhas de pesquisa: Cultura, Identidades e Patrimônio e Poder, Rituais e Representações. Tem conceito 03 da CAPES desde 2013. Possui 51 dissertações defendidas até junho de 2016, sendo 2 com temática correlata à Educação Especial e Ações Afirmativas.

QUADRO 16 – Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia com temática envolvendo a pessoa com deficiência. (PPGA/UFS)-Período de 2012 a 2014

No.	Ano	Dissertação	Autor
01	2012	Os Surdos de Aracaju: observação do discurso cultural e identidade dentro do contexto social	Daisy Mara Moreira de Oliveira

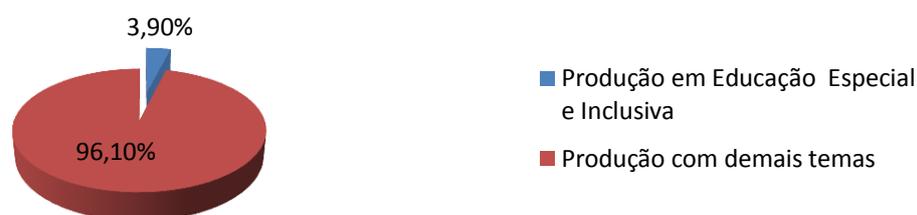
		ouvinte.	
02	2014	A Experiência das Ações Afirmativas na Universidade Federal de Sergipe: Os Cursos De Direito e Medicina	Yérsia Souza de Assis

Fonte: Secretaria do PPGA, junho 2016.

As pesquisas desenvolvidas pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFS, notadamente a da pesquisadora Daisy Oliveira, que buscou conhecer “a própria condição de incomunicabilidade, quando nascem em família que não utilizam a Libras, perdem muito do que se é transmitido pela via oral, ou seja, há um prejuízo de transmissão cultural do grupo no qual está inserido.” O programa desenvolveu essas duas pesquisas versando sobre as ações afirmativas e a identidade surda.

Gráfico 09 – Dissertações PPGA/UFS 2016

### Dissertações com temática que envolve a pessoa com deficiência ou minorias, até 2016, do PPGA/UFS



Elaboração própria, 2016

Programa de Pós-Graduação em Letras PPGL/UFS compreende duas áreas de concentração: uma em Estudos Linguísticos e a outra em Estudos Literários. O mestrado foi criado em 2008, e o doutorado foi aprovado em 2016. Tem 160 dissertações defendidas até junho de 2016, sendo seis com temática correlata à área da Educação Especial, notadamente a surdez e inclusão.

QUADRO 17 - Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Letras com temática que envolve a inclusão (PPGL/UFS)-Período de 2011 a 2016.

No.	Ano	Dissertação	Autor
01	2011	Procedimentos e recursos de coesão na produção escrita de surdos: estratégias de construção de sentidos	Monica de Gois Silva Barbosa
02	2012	Polidez e inclusão: o ser e o parecer no discurso de professores sobre a inclusão da pessoa com deficiência na escola	Jorge Henrique Vieira Santos
03	2013	De frente com a prática do ensino de português para	Alzenira Aquino de

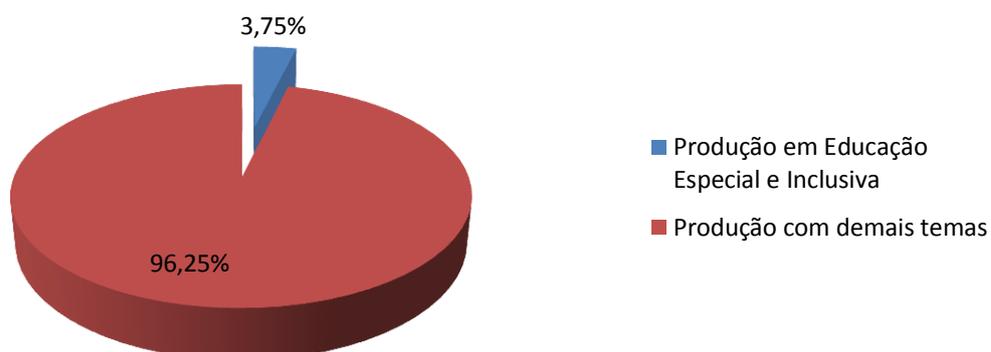
		surdos: estudo de caso	Oliveira
04	2014	Multiletramentos, diversidade e inclusão no livro didático de língua inglesa “links	Fernanda Gurgel Raposo
05	2016	Letramento de surdos em língua espanhola: uma construção possível?	Marília Silva Dias
06	2016	O suporte digital no ensino de língua portuguesa para a comunidade surda: o caso da obra “as aventuras de pinóquio” em línguas de sinais/portuguesa	Almir Barbosa dos Santos

Fonte: Secretaria do PPGL, maio 2016

É oportuno destacar a contribuição que a Pós-Graduação em Letras tem desenvolvido sobre a temática da pessoa com deficiência e estudos linguísticos, sobre a inclusão, Libras, bem como pesquisas que versam sobre a pessoa surda, tendo formado docentes que posteriormente são aprovados em concursos nas universidades.

Gráfico 10 – Dissertações PPGL/UFS 2016

### Dissertações que abordam a Educação Especial e Inclusiva até 2016, do PPGL/UFS

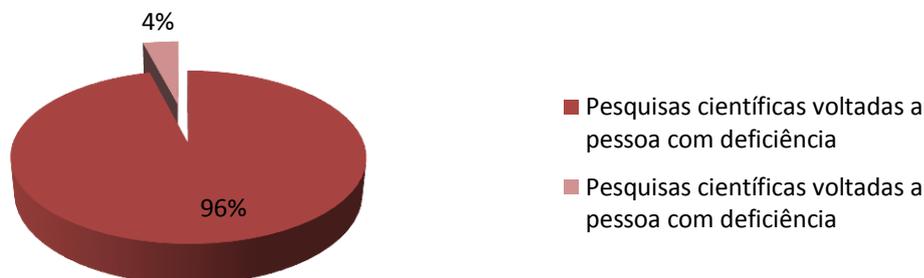


Elaboração própria, 2016

Como podemos observar nos Programas de Pós-Graduação existentes até junho de 2016, as temáticas Educação Especial, Educação Inclusiva ou educação das pessoas com deficiência ou da educação das minorias, bem como pesquisas que buscam estudar sobre a qualidade de vida e atenção à saúde, são incipientes quando relacionadas ao contexto geral de pesquisas na UFS, bem como tendo como foco a pessoa com deficiência. É importante essa visão na medida que colocamos a necessidade de desenvolvimento de mais pesquisas para atender às pessoas com deficiência, propiciando conhecimento científico na área. A seguir, ilustramos todas as pesquisas que versam sobre assuntos referentes a pessoas com deficiência.

Gráfico 11 – Panorama da produção científica na UFS até junho de 2016

## Panorama da Produção científica na UFS até junho de 2016



Elaboração própria, 2016

O gráfico acima demonstra, nesses últimos anos, desde o início das Pós-Graduações na UFS, a diversidade de temas pesquisados pelos diferentes programas e pesquisadores. De 1400 pesquisas nas diferentes pós-graduações da UFS elencadas anteriormente, temos 56 pesquisas que versam sobre educação especial, educação inclusiva e áreas correlatas. Temos então 96% de pesquisas em diferentes áreas e apenas 4% de pesquisas na área da pessoa com deficiência. Esse dado é significativo para vislumbrarmos todos os programas já descritos nesta pesquisa, uma vez que também demonstra a transversalidade de diferentes campos de conhecimento que a educação perpassa, mas na qual focamos nesta pesquisa na pessoa com deficiência e áreas afins.

É oportuno reconhecer o crescimento dos programas de pós-graduações na UFS, os quais promovem e ampliam as áreas de estudo e fomentam diferentes pesquisadores a construir conhecimento investigativo. Esse crescimento é perceptível nos últimos anos, dado que também coincide com a abertura de vários programas de pós-graduação na Universidade Federal de Sergipe, fomentando o desenvolvimento de várias pesquisas e dessa forma contribuindo com o crescimento sergipano.

Na próxima seção apresentamos o desenvolvimento das legislações que fundamenta a liberdade das pessoas e, por conseguinte a das pessoas com deficiência. A lei brasileira da inclusão-LBI, que garante a pessoa com deficiência direitos e garantias a sua vida e liberdade. E a acessibilidade como garantia à igualdade de superação a retirada de toda e qualquer barreira.

### 3 CENÁRIO HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, LEGISLAÇÃO E ACESSIBILIDADE

*No Parasitismo social encontram-se fenômenos análogos. (...) As sociedades humanas, nós vemos os indivíduos das classes serem, não só explorados no seu trabalho pelos grupos superiores, como compelidos a defendê-los nas guerras, a elegê-los para os cargos públicos etc.” (Manoel Bomfim, 2005, p.138)*

O propósito desta seção é descrever o percurso das transformações sociais, legais e de acessibilidade na sociedade para conviver com a diversidade humana. Teceremos as principais legislações e declarações que deram início ao processo de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência no mundo. O reconhecimento da pessoa como sujeito de direito foi iniciado por declarações.

Começo por questionar: A inclusão é uma meta? É somente uma lei? Utopia? A palavra utopia surgiu pela primeira vez em 1516, em uma obra de Thomas More, ao unir duas palavras: *não* e *lugar*. Seguindo este entendimento, será um lugar inexistente. Sua obra se tornou conhecida por propor uma organização política e social ideal, com igualdade de oportunidades. Desde então, entende-se, muitas vezes, a utopia como algo irrealizável. Acreditamos que a utopia é algo realizável! Para fundamentar nossa posição busco Bomfim (2005).

Utopia... Utopia... Repetirá a sensatez rasteira. Utopia, sim; sejamos utopistas, bem utopistas; contanto que não esterilizemos o nosso ideal, esperando a sua realização de qualquer força imanente à própria utopia; sejamos utopistas, contanto que trabalhemos. (BOMFIM. 2005, p.89)

Sejamos utopistas desde que trabalhemos; sejamos utopistas contanto que proporcionemos a possibilidade de acesso e permanência à educação e à profissionalização das pessoas em situação de deficiência, não por caridade, mas por dignidade do ser humano. Esse reconhecimento de direito de ter direito significa reconhecer que todos têm direitos à: educação, saúde, habitação, à vida, entre outros.

As declarações que iniciaram o reconhecimento do homem como um sujeito de direitos. Sobre isso encontramos as Organizações das Nações Unidas (ONU), em 1945, que adotou um documento que garantia que a barbárie e a tragédia recentemente ocorrida, não voltassem a acontecer. Esse documento foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), adotada pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. As legislações começaram a reconhecer os direitos das pessoas estão dispostas no quadro a seguir

Quadro 18-Legislações que iniciaram o processo de reconhecimento dos Direitos Humanos;

Ano	Legislação	Ideal
1777	Declaração da Independência dos Estados Unidos	“Direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade”
1787	Constituição dos Estados Unidos	“Define os direitos básicos dos cidadãos”
1789	Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França	“Estabeleceu a famosa trilogia da Revolução Francesa: Liberdade Igualdade e Fraternidade”
1791	Lei dos Direitos dos Estados Unidos	“Formalmente limita os direitos do Estado e protege os direitos dos cidadãos

Fonte: RODRIGUES (2016, p.10)

Outra legislação importante foram as Políticas de Ações Afirmativas (PAA), originárias da Índia após a Primeira Guerra Mundial, antes da independência desse país. A principal crítica às ações afirmativas advém das políticas provenientes do processo de independência dos países da África, da Ásia, do Caribe e do Pacífico Sul, popularizados após a Segunda Guerra Mundial. Nos Estados Unidos da América – EUA, as Políticas de Ações Afirmativas foram implantadas a partir de 1960, após longa luta pelos direitos dos negros norte-americanos.

No Brasil a votação do julgamento das Cotas Raciais pelo Superior Tribunal, Barbosa, 2012 afirma:

Ações afirmativas se definem como políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material à neutralização dos efeitos perversos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem. [...] Essas medidas visam a combater não somente manifestações flagrantes de discriminação, mas a discriminação de fato, que é absolutamente enraizada na sociedade e, de tão enraizada, as pessoas não a percebem.<sup>7</sup>

As ações afirmativas são um instrumento de inclusão social na medida em que minimizam todas as formas de discriminação, possibilitam ações que viabilizam o direito à igualdade e à diversidade entre as pessoas, assegurando um projeto democrático, objetivando o alcance da igualdade entre os grupos vulneráveis.

A III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul, contou com mais de 16 mil participantes de 173 países. É conhecida como Conferência de Durban. O

<sup>7</sup>Joaquim Barbosa, ministro do Superior Tribunal durante seu voto no julgamento das Cotas Raciais em 2012. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/04/stf-decide-por-unanimidade-pela-constitucionalidade-das-cotas-raciais.html>

artigo a seguir transcrito discute a adoção de ações afirmativas com medidas especiais e compensatórias em diferentes formas de intolerância. A esse respeito o Brasil tem adotado políticas de reserva de vagas às pessoas de diferentes origens e garantido o acesso das pessoas a diferentes ambientes.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 demarcou a busca pela igualdade, transcrita no artigo 37º, inciso VIII, que determina a reserva de percentual de vagas de empregos públicos para pessoas com deficiência.

Sobre as ações afirmativas, Gomes (2006, p.50-51) comenta:

Constituem, pois, um remédio de razoável eficácia para esses males. É indispensável, porém, uma ampla conscientização da própria sociedade e das lideranças políticas de maior expressão acerca da absoluta necessidade de se eliminar ou de se reduzir as desigualdades sociais que operam em detrimento das minorias, notadamente as minorias raciais. E mais: é preciso uma ampla conscientização sobre o fato de que a marginalização sócio-econômica a que são relegadas as minorias, especialmente as raciais, resulta de um único fenômeno: a discriminação.

A discriminação reduziu durante anos a possibilidade de ascensão de diferentes pessoas pertencentes às classes minoritárias, no que diz respeito tanto ao acesso à educação quanto a outros bens sociais. Compreender que isso é normal é aceitar a existência da discriminação como normal, ao propiciar às minorias acesso a diferentes bens sociais como a educação, ensino superior, trabalho, transporte acessível, condições arquitetônicas de forma igualitária é proporcionar a todos dignidade.

O quadro a seguir descreve as legislações sobre o processo de inclusão no Brasil ao longo dos últimos anos, as quais têm garantido às pessoas com deficiência a efetiva cidadania.

Quadro 19-Legislações sobre Políticas de atenção à pessoa com deficiência.

<b>ANO</b>	<b>LEGISLAÇÕES</b>	<b>ASSUNTO</b>
1988	Constituição da República	Prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos.
1989	Lei nº 7.853/89	Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado.
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Garante o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da	Na verdade, o texto diz que o atendimento

	Educação Nacional (LDB)	especializado pode ocorrer em classes ou em escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo na escola comum.
2000	Lei nº 10.048	Garante atendimento prioritário a pessoas com deficiência nos locais públicos. As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta lei.
2000	Lei nº 10.098	Estabelece normas sobre acessibilidade física e define como barreira obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transporte e tudo o que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, seja ou não de massa.
2005	Decreto nº 5.296	Acessibilidade à condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas ou meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
2016	O Estatuto da Pessoa com Deficiência, oficialmente chamado de Lei Brasileira da Inclusão – LBI.	Contempla regras e orientações na promoção dos direitos e liberdades às pessoas com deficiência, com o objetivo de garantir a inclusão social e cidadania.

Fonte: Elaborado a partir das legislações sobre inclusão, pela autora.

A Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha, são documentos que passaram a influenciar a formulação das políticas públicas de educação inclusiva. A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade reuniu 92 representantes governamentais e 25 organizações internacionais. A Educação Inclusiva é caracterizada como uma política social que se refere à inclusão de pessoas com deficiência, tomando o conceito mais amplo, que é o da Declaração de Salamanca. Portanto, é importante reconhecer as conquistas das declarações para a sociedade da época e também atualmente pois,

assim que existem múltiplos exemplos de Declarações e Convenções internacionais que ao se referirem ao direito à Educação, se referem igualmente à Inclusão como uma característica inalienável de uma educação plena e completa. (RODRIGUES 2014, p.05)

Buscando a educação plena e concreta temos legislações importantes como: as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº9.394/96, e o debate acerca do processo de inclusão de pessoas com deficiência, tiveram um significativo crescimento e impulsionaram a busca de

estratégias de ensino-aprendizagem diferenciadas e adequadas para se trabalhar com a questão da heterogeneidade no âmbito escolar e educacional.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, legisla para as Secretarias de Educação e as escolas, que devem respaldar os alunos com deficiência o direito de estarem em uma sala de aula do ensino comum. Devem também propiciar suporte ou rede de apoio para mantê-los na escola e avançarem na educação formal.

Temos a utilização da expressão “pessoa com deficiência” pelo entendimento que esta propicia à aceitação da deficiência na sociedade. O termo “pessoa com deficiência” foi definido através da portaria SEDH nº 2.344, de 3 de novembro de 2010/DOU 05.11.2010:

*Art. 2º Atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do CONADE, aprovado pela Resolução nº 35, de 06 de julho de 2005, na seguinte hipótese:*

*I - Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "**Pessoas com Deficiência**".*

Essa mudança na nomenclatura assegura o tratamento da pessoa real com deficiência e que deve ser reconhecida como pessoa. Incluir é aceitar as pessoas reais e concretas; é entender as diferentes deficiências que constituem o indivíduo e podem ser da ordem intelectual, física, auditiva, visual e outras formas, como a múltipla. Entender suas dificuldades, possibilidades e necessidade de adequação é propiciar uma educação para a diversidade, e quem o faz é o docente no cotidiano da sua sala de aula, bem como a família. Neste aspecto, a educação assumiu importante papel na educação profissional e inserção no mercado de trabalho, pois:

É importante destacar que a influência do sistema capitalista neoliberal é que historicamente vem abrindo espaços para a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na Educação.(...) Todos os cidadãos, segundo as recomendações do Banco Mundial, precisam conseguir pagar por sua sobrevivência. Quando se diz “todos”, leiam-se, inclusive, as pessoas com deficiência. (DECHICHI, 2008, p. 98)

A Educação Especial inicialmente recebeu tratamento e não suporte educacional e tratamentos diversos com o objetivo oferecer educação para a cidadania. A esse respeito, Souza (2012) coloca que eles eram retirados da sociedade e assistidos em asilos e hospitais.

A Educação Especial em seus primórdios recebeu proteção em hospitais e asilos, impulsionados geralmente pela filantropia. Já em meados do século XIX, o Brasil contou com duas instituições governamentais, uma para educação do cego e a outra para educação do surdo. (SOUZA, 2012, p.207).

Dessa forma, é importante lançar o olhar para as pessoas com deficiência sobre as possibilidades e potencialidades que devem ser desenvolvidas, de forma profissional e não

paternalista e assistencialista. A aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico das pessoas com deficiência são possíveis e reais; o que muda são os caminhos, as metodologias e as estratégias que serão utilizadas para efetivar a educação superior.

Sobre a pessoa com deficiência Silva (2014) faz uma análise crítica ao afirmar que essa pessoa é “como uma máquina com defeitos, em algumas peças, originários de fabricação ou de um acidente sem possibilidades de reposição.” Complementa esclarecendo que a Revolução Industrial propiciava uma padronização da produção em serie, desenvolvendo a exclusão. Afirma ainda que:

Essa é a época na qual cai por terra a crença na autossuficiência, e o conceito darwinista de que somente os mais fortes sobrevivem. Também, a concepção capitalista de que só há lugar para alguns ganha relevância, e o conceito de que nenhum povo, país ou pessoa é tão rico a ponto de não precisar de contribuição ou tão pobre que não possa contribuir. (SILVA, 2014, p. 65)

No Brasil, há a perspectiva da inclusão e dos direitos iguais à pessoa com deficiência, assim como a discussão a respeito da inclusão social e da necessidade de uma arquitetura e de design inclusivos. A questão da exclusão em nossa sociedade, ou seja, da existência de pessoas que não têm acesso aos direitos mais elementares, como educação, saúde, trabalho, transporte, esporte, cultura e lazer. Mesmo contando com leis que os assegurem, precisa ocupar o primeiro plano.

A educação é uma questão de direitos humanos, e as pessoas com deficiência devem fazer parte das escolas regulares. E as escolas, por sua vez, têm a obrigação de se adaptar a esses alunos. Ainda em relação à educação, as declarações das Nações Unidas, por ocasião da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, proclamam que:

[...] os Estados reconhecerão o direito de todas as pessoas com deficiência à educação. Com vistas à efetivação desse direito sem discriminação e com oportunidades iguais, os Estados membros assegurarão um sistema de educação inclusiva em todos os níveis, e de aprendizagem ao longo da vida[...] (NAÇÕES UNIDAS, 2006, art. 14, no. 1)

Apesar dos diversos avanços em termos legais e normativos no Brasil, a situação referente a essa população ainda é bastante precária, merecendo maior atenção por parte das instituições de ensino superior, pois as pessoas com deficiência, nesse início de terceiro milênio, ainda encontram muitas dificuldades para desempenhar suas atividades acadêmicas.

As pessoas com deficiência deparam-se com grandes barreiras, entre elas: ideológica, arquitetônica, pedagógica e social, as quais influenciam em sua inclusão na sociedade. O acesso ao conhecimento, ao espaço e à cidadania é garantido por lei, mas o preconceito, na grande

maioria das vezes, afasta o indivíduo com deficiência da sociedade, fazendo com que ele procure instituições especializadas que podem limitar o seu convívio. A Educação é um direito de todos. Sendo assim, todos os ambientes e também a escola tornam-se espaços de inclusão a serem reorganizados.

Deve-se promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiência e oferecer-lhes condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, iguais às de todas as pessoas, respeitando os indivíduos para que eles vivam com direitos e deveres e com as suas diferenças

O recente Estatuto da Pessoa com Deficiência, oficialmente chamado de Lei Brasileira da Inclusão – LBI, o qual foi sancionado em julho de 2015 e entrou em vigor em 2016, contempla regras e orientações na promoção dos direitos e liberdades às pessoas com deficiência, com o objetivo de garantir a inclusão social e cidadania. A nova legislação garante condições de acesso à educação e à saúde e estabelece punições para atitudes discriminatórias. No Brasil existem 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.

Outro avanço propiciado pela LBI foi a proibição da cobrança de valores adicionais em matrículas e mensalidades de instituições de ensino privadas por matrícula de alunos com deficiência. Essa cobrança era motivo de denúncias no Ministério Público e foi regularizada com a LBI. A legislação também determina que 10% dos dormitórios de hotéis e pousadas sejam acessíveis e que ao menos uma unidade acessível seja garantida. Nessa lei, cabe ao poder público assegurar sistema educacional inclusivo, ofertar recursos de acessibilidade e garantir pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, de acordo com a lei. Para escolas inclusivas, o Estado deve oferecer educação bilíngue: Libras como primeira língua e português como segunda.

Ao entrar em vigor a LBI, a pessoa com deficiência-aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, nos termos do art. 2º-não deve ser mais tecnicamente considerada incapaz, na medida em que os artigos 6º e 84 dessa lei deixam claro que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa. Esse é, sem dúvida, um avanço na legislação, pois antes eram vistos como pessoas incapazes, sem sonhos ou desejos.

### 3.1 ACESSIBILIDADE: EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES

A acessibilidade diz respeito à oportunidade de todas as pessoas terem acesso aos diferentes ambientes sem serem impedidas pela sua condição. A mola propulsora para se chegar a essa necessidade real foi motivada pelas pessoas com deficiência ao longo das últimas décadas, mas temos ainda um considerável número de pessoas que por acidentes e doenças podem também ter a necessidade de meios que possibilitem sua mobilidade.

Os primeiros registros de que se tem notícia sobre acessibilidade no mundo datam da década de 40 do século XX, associada aos serviços de reabilitação de pessoas com deficiência física, notadamente aquelas que foram às guerras mundiais e voltaram com alguma deficiência.

Para Sassaki, (2006), a partir de 1980, houve uma grande ruptura na conceituação que a sociedade tinha a respeito das pessoas com deficiência e de como elas deveriam passar a fazer parte da comunidade. Essa ruptura de paradigma foi provocada pelo conceito de equiparação de oportunidades, elaborado, disseminado e defendido contundentemente pelo movimento internacional em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, o qual eclodiu em 1979 em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

No Brasil, a partir de 1981, com a instituição pelas Nações Unidas-ONU, o *Ano Internacional das Pessoas Deficientes*, algumas leis foram promulgadas com o intuito de garantir acesso e utilização dos espaços construídos. Em 1985 foi criada a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade, intitulada “Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, Norma NBR 9050; Rio de Janeiro: ABNT, 1994). Essa norma técnica deu início a outras normas regulamentadoras de proteção ao indivíduo e ao trabalhador. A “equiparação de oportunidades” significa tornar acessíveis para qualquer pessoa todos os sistemas gerais da sociedade, em contraposição à prática de construir subsistemas reservados exclusivamente para pessoas com deficiência.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, define acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 1999).

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, amplia o termo acessibilidade, incluindo as palavras “total” e “assistiva” quando se refere à autonomia, e insere a palavra acesso à informação. Partindo desta alteração, fica evidenciado que a eliminação das barreiras, tanto

arquitetônicas quanto de comunicação, das pessoas com deficiência a espaços ou equipamento pode contar com um mediador. Essa lei regulamenta e define prazos para a garantia de acessibilidade nos estabelecimentos, sob pena de não autorização de funcionamento.

Neste início do século XXI, o conceito de acessibilidade é ampliado, extrapola as barreiras arquitetônicas da sociedade e destaca o direito de ingresso, permanência e utilização de todos os espaços e serviços para toda a população. Sasaki, (2006, p.145) discorre sobre o conceito de Desenho Universal ou Inclusivo: “Segundo o qual os ambientes, os meios de transporte e os utensílios sejam projetados para todos e, portanto, não apenas para pessoas com deficiência” Desenho Universal significa também projetar produtos, meios de comunicação e ambientes usáveis por muitas pessoas, com pouco ou nenhum custo.

Sasaki, (2006) descreve seis tipos de acessibilidade inclusiva que devem existir em todos os ambientes internos e externos onde qualquer pessoa, com ou sem deficiência, tem o direito de circular. Conhecer os diferentes tipos de acessibilidade é uma forma de reivindicá-los em todos os processos da vida no dia a dia. Suas respectivas características, hoje obrigatórias por lei e/ou por consequência do paradigma da inclusão, são mencionadas adiante.

#### QUADRO 20-Classificação dos Tipos de Acessibilidade

TIPOS DE ACESSIBILIDADE	CARACTERÍSTICAS
Acessibilidade Arquitetônica	Sem barreiras ambientais físicas, no interior e no entorno dos locais e nos meios de transporte coletivo.
Acessibilidade Comunicacional	Sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, <i>notebook</i> e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na <u>comunicação virtual</u> (acessibilidade digital).
Acessibilidade Metodológica	Sem barreiras nos métodos e técnicas de trabalho (métodos e técnicas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, execução de tarefas, ergonomia, novo conceito de fluxograma, empoderamento etc.).
Acessibilidade Instrumental	Sem barreiras nos instrumentos e utensílios de trabalho (ferramentas, máquinas, equipamentos, lápis, caneta, teclado de computador etc.).
Acessibilidade Programática	Sem barreiras invisíveis embutidas em políticas (leis, decretos, portarias, resoluções, ordens de serviço, regulamentos etc.).
Acessibilidade Atitudinal	Sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos trabalhadores em geral e da convivência na diversidade humana nos locais de trabalho.

Fonte: (SASSAKI, 2006, p.102)

A acessibilidade curricular não foi tratada por Sasaki(2006), mas cabe aqui um registro ao pesquisador atento para uma lacuna existente, a necessidade de pesquisas para o auxílio ao docente em como propiciar a inclusão com atividades pedagógicas e curriculares aos alunos pensando cada tipo de deficiência e suas necessidades.

Dessa forma, a inclusão, através da acessibilidade, busca atingir todas as pessoas que se encontram de alguma forma excluídas da sociedade. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 03):

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados.

As barreiras na estrutura arquitetônica da escola, das ruas, das casas, dos locais públicos e entre outros limitam a possibilidade de a pessoa estarem em igualdade de oportunidade, e é necessária a eliminação delas. As barreiras estão presentes em espaços físicos, nos preconceitos, nas formas tradicionais de comunicação, nos métodos e técnicas, nos instrumentos e ferramentas e nas políticas públicas, na legislação e programas que deveriam ser acessíveis a toda população. A esse respeito, Cambiaghi (2007, p. 42) esclarece “usabilidade<sup>8</sup> implica o usuário ser capaz de controlar e utilizar um sistema sem constrangimentos sobre suas capacidade e habilidades”, sendo necessário e imprescindível ao indivíduo com deficiência viver na sociedade.

Organismos internacionais voltados às questões de acessibilidade. A Organização das Nações Unidas –ONU criou um grupo de especialistas em desenho sem barreiras. A Internacional Organization for Standardization (ISO) tem o objetivo de permitir à pessoa com deficiência superar barreiras de comunicação e de mobilidade no transporte, em edificações, bem como garantir o acesso a mobiliário e equipamento adequados a sua deficiência. Para Sasaki (2006) basicamente as barreiras são divididas em:

**As barreiras arquitetônicas urbanísticas e na edificação:** Compreendem as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público. As de edificação podemos encontrar no interior e exterior dos edifícios públicos e privados;

---

<sup>8</sup> A usabilidade relaciona-se com os estudos na Área de Ergonomia e Interação Humano Computador-IHC, ou seja, propicia a interação em diferentes ambientes, meios, interação máquina, etc.

**Barreira atitudinal ou social:** Uma pessoa pode sentir-se discriminada em um ambiente que lhe impõe barreiras, destacando a sua deficiência. Entretanto, pode se sentir acolhida se as transformações do ambiente atenderem as suas necessidades;

**Barreira metodológica:** O aprimoramento de recursos pedagógicos das práticas é de extrema relevância, sob pena de alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo valioso e irreversível de suas vidas.

Com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas, tendo-se como fundamento a Norma Brasileira NBR 9050:1994 (Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências e edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos), buscou-se identificar os entraves, obstáculos que limitam o acesso e a circulação de pessoas com deficiência e das com mobilidade reduzida, objetivando empreender ações que favoreçam a acessibilidade delas às edificações universitárias em seus diversos espaços físicos.

Os obstáculos que limitam o acesso e a circulação das pessoas com deficiências e/ou das pessoas com mobilidade reduzida limitam ações que favorecem a acessibilidade aos diferentes ambientes e espaços físicos. A esse respeito, é importante compreender que:

Quando uma pessoa com deficiência está em um ambiente acessível, suas atividades são preservadas, e a deficiência não afeta suas funções. Em uma situação contrária, alguém sem qualquer deficiência colocado em um ambiente hostil e inacessível pode ser considerado deficiente para esse espaço. (CAMBIAGHI, 2007, p.23)

Portanto, o ambiente deve ser preparado para receber todos, de forma acessível. Isso significa um passo importante na igualdade de oportunidade a todos.

Na próxima seção abordaremos o surgimento do ensino superior no Brasil e em Sergipe, em seguida descreveremos a docência no ensino superior, bem como a construção na UFS das primeiras iniciativas da inclusão de disciplinas nos cursos de formação de professores.

## 4 CENÁRIO DA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

*O modelo educacional está sendo forçado a sofrer uma alteração profunda, que pela tendência da nova época, nada deterá, pois o processo de inclusão social da pessoa com deficiência é irreversível( SILVA, 2014, p. 21)*

Nesta seção buscamos conhecer o surgimento do ensino superior no Brasil e em Sergipe. Para tal, analisamos os fatos históricos sobre o desenrolar das universidades no Brasil na atualidade. Abordaremos as primeiras iniciativas sobre a UFS que culminaram com sua implementação e a criação de disciplinas relacionadas à temática da pessoa com deficiência, notadamente nos cursos de formação de professores, e a chegada dos discentes com deficiência à UFS.

O ingresso das pessoas com deficiência no Ensino Superior impõe desafio a todos que fazem parte da instituição: docentes, discentes e servidores. Já faz parte da escola comum no ensino fundamental e médio a chegada dos alunos com deficiência. Ela própria também enfrenta os desafios advindos da aceitação da diversidade humana. Tal desafio agora chega ao ensino superior.

A universidade pública e gratuita deve receber alunos das mais diversas classes econômicas e não apenas da classe dominante. No sistema capitalista neoliberal os indivíduos devem sobreviver com o seu trabalho, inclusive as pessoas com deficiência. A inclusão na escola tem sido tratada por pesquisas e ações que possibilitam a democratização, terminalidade e participação na comunidade, proporcionando maior justiça social a uma classe que foi pouco estimulada aos estudos e a profissionalização.

A educação hoje deve ser pensada para os direitos humanos e as universidades precisam abrir as portas para as minorias; devem planejar o processo de ingresso, permanência e conclusão dos cursos por parte desses alunos vindos das classes minoritárias, o qual inclui também as pessoas com deficiência,

as Universidades precisam aprofundar suas relações com a sociedade como um todo superando o período em que esteve a serviço do Estado e das elites. Não podem ficar restritos ao conhecimento voltado para o imediatismo do consumo e para a distribuição desigual de oportunidades, que acabam favorecendo os setores sociais historicamente privilegiados. (VIOLA, 2013, p. 33):

Não existiu nas universidades planejamento para receber alunos que estiveram à margem da sociedade, para poderem adentrar nela com direitos assegurados. Cabe lembrar que a

Universidade foi criada como uma exigência à garantia de transmissão e formação de conhecimentos e modernização da sociedade da época, entre 1930 e 1940. Não permitiu uma reflexão sobre seu papel em educar a todas as pessoas, e muitas vezes desconhecem os direitos de todos à educação. Pois

os direitos humanos propunham outro modelo de organização social, baseado na justiça social, equilíbrio político, respeito às divergências e aos conflitos delas decorrentes, dentro dos pressupostos da igualdade, da liberdade e da fraternidade, como proclamava a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do cidadão nascida da Revolução Francesa de 1789. (VIOLA, 2013, p. 33)

Os direitos humanos devem fundamentar o acesso das minorias a todos os ambientes e nortear futuras políticas para atender às características deles. Refletir sobre a inclusão no ensino superior necessita de uma abordagem teórica multifacetada. O ensino superior no Brasil foi, durante muitos anos, excludente e homogêneo, não se preparou para atender à diversidade humana, às políticas afirmativas e à equiparação de oportunidades. As pessoas com deficiência que chegaram ao ensino superior antes das legislações o fizeram graças ao seu esforço em algum aspecto físico que não fosse a cognição, mas sofreram preconceitos da mesma forma pela falta de preparação geral.

A universidade brasileira, não foi, ainda, capaz de aglutinar, adequadamente, a pesquisa e o ensino comprometidos com os problemas do país. O modelo autoritário privilegia a educação, mas uma educação funcionalista, cujo objetivo é cumprir as metas do desenvolvimento com segurança. A crise contemporânea trouxe a universidade para o centro do debate,

contestada de dentro para fora, a universidade brasileira viu-se reorganizada, acadêmica e administrativamente, pela reforma de 1968. Exigiu-se da universidade presença no interior da sociedade, pois ela precisava sair de seus “muros” e ir ao encontro das carências sociais, ser a esperança dos desesperados e marginalizados. (Jales & Jales, 2008, p.29)

A universidade, instituição formada por pessoas, não poderia deixar de perguntar sobre seu futuro, seu presente, sua posição na sociedade, sua contribuição ao bem-estar da humanidade. Refletir sobre sua ação é uma característica do homem, como também sua trajetória na vida, e sobre qual valor que distingue o seu trabalho.

Realizado esse rápido conhecimento sobre o ensino superior no Brasil, adentraremos agora no nosso foco de estudo que versa sobre a construção do processo inclusivo na UFS.

#### 4.1 TRAJETÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE E A INCLUSÃO

Em Sergipe, o ensino superior iniciou-se em 1920. Foram criadas faculdades isoladas: as Escolas de Ciências Econômicas e de Química, a Faculdade de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia, Escola de Serviço Social e Faculdade de Ciências Médicas. Com essas seis instituições, foi possível pleitear a fundação de uma Universidade. Em 15 de maio de 1968, com a incorporação dessas faculdades, surgiu a Fundação Universidade Federal de Sergipe. Desde a criação a fundação tem crescido em números de cursos, e em 1966 culminou com a criação do curso de medicina. Foi um longo período entre a solicitação e a sua efetiva criação:

No dia 12 de novembro de 1960 a Comissão de Ensino Superior de Sergipe solicitou ao Ministério da Educação e Cultura, através do Parecer nº 679, autorização para o devido funcionamento da Faculdade que, fundada em 1961, obteve seu reconhecimento apenas em setembro de 1966, através do Decreto nº 59.226. No processo da concessão da autorização para o funcionamento da Faculdade de Medicina de Sergipe foi anexado um denso relatório informando, por exemplo, a entidade mantenedora, sua capacidade financeira, detalhes sobre os edifícios e instalações, as disciplinas do curso, o aparelhamento administrativo, as condições culturais da região, a organização didática e administrativa, o corpo docente e, principalmente, a justificativa da necessidade do curso de Medicina no Estado. (SILVA, 2012, p.105)

A história da fundação da Universidade Federal de Sergipe esteve fortemente relacionada a organizações não governamentais, à Igreja e a médicos. A esse respeito Silva (2012) descreve, na sua pesquisa, a história de vida do professor e médico Antônio Garcia Filho, bem como a reunião com outros médicos para fundarem a escola de Medicina, que, desde então, tem formado bacharéis em medicina em Sergipe e propiciado o desenvolvimento de diversas áreas, principalmente a da saúde. Sua trajetória foi balizada por atuações e ações que desencadearam em frutos que muito contribuíram para o campo da saúde, da educação e da cultura no Estado de Sergipe.

Surgiu na década de 1990 um grupo de estudos cujo objetivo era estudar a educação especial na perspectiva inclusiva na UFS. Criado pela Professora Dra. Iara Maria Campelo Lima, esse núcleo realizou, juntamente com o Governo de Sergipe, a acolhida dos professores cubanos que ministraram cursos na área de educação especial em Sergipe, fruto de um convênio com o Centro de Referência Latino-Americano para Educação Especial/Cuba-CELAEE, visando à formação de recursos humanos para atuar na área e implantar em Sergipe o Centro de Referência em Educação Especial, como apresentado anteriormente. Os professores cubanos realizaram formação de professores estaduais, de técnicos e de alguns professores da UFS.

Essa mudança de estratégia refere-se ao engajamento de toda a Universidade na aceitação das diferenças e a modificação de uma atitude de aceitação das diferenças entre os indivíduos e o estabelecimento de uma rede de apoio. Para Souza et al. (2013, p. 86)” ao ingressar na universidade, o estudante com deficiência vivencia situações e circunstâncias que exigem mudanças de estratégias, que envolvem não somente o aluno, mas os diferentes sujeitos que compõem a comunidade acadêmica”. E a comunidade deve estar preparada para saber sobre eles e como se comportar e agir para atender suas necessidades comunicacionais, de acessibilidade, tecnológica e de transporte.

A possibilidade de ascensão ao ensino superior é um fator motivacional no avanço de sua vida e também na possibilidade de ter um emprego e poder ser autossuficiente. Com a publicação da Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva e as legislações que versam sobre o acesso ao ensino superior a universidade tem avançado nas ações inclusivas e a implantação das cotas nas universidades têm traçado políticas de acesso ao ensino superior por diferentes pessoas das minorias.

A UFS implementou o ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior, através da Resolução No. 80/2008/CONEPE, que instituiu o Programa de Ações Afirmativas. Essa resolução, no seu primeiro artigo, versa sobre a reserva de uma vaga por curso para alunos com deficiência, comprovado por junta médica e relatório médico, desde 2010, dando maior acesso ao ingresso de discentes com deficiência na instituição.

Sobre o processo de inclusão na UFS Souza et al., (2013, p. 87) descrevem:

As iniciativas pedagógicas que possibilitam na UFS a inclusão limitam-se, no momento, às ações do Departamento de Educação e ao Departamento de Serviço Social, Fonoaudiologia e Educação Física. A partir do segundo semestre de 2007, o NUPIEPED passou a desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão com o objetivo de contribuir para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos dos alunos com deficiência na UFS, bem como a criação de uma cultura inclusiva.

Nesse sentido, destacamos o papel da Profa. Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza, cuja tese aborda “*Gênese da educação dos surdos em Aracaju*”, defendida na Universidade Federal da Bahia-UFBA em 2007. Essa pesquisadora também está à frente do processo de inclusão na UFS, bem como na formação de profissionais no mestrado e doutorado na área específica de pessoa com deficiência em diferentes contextos, ampliando a quantidade, qualidade e diversidade de pesquisas relacionadas à inclusão.

Cabe destacar a atuação da Profa. Dra Iara Maria Campelo de Lima, que tem desempenhado papel técnico, administrativo e docente, sempre com um olhar voltado para a inclusão em todas as suas vertentes. Sua tese é intitulada “*Tecendo saberes, dizeres, fazeres em formação contínua de professores: uma perspectiva de Educação inclusiva*” defendida na UFBA em 2009.

A Educação Especial em Sergipe foi tema do estudo de doutoramento do professor Dr. Nelson Dagoberto de Matos do Departamento de Educação Física, em 2007 na Universidade Federal de São Carlos-(UFSCAR), versando sobre “*A Política de Educação Especial no Estado de Sergipe (1979 a 2001)*”. A tese teve como objetivo avaliar a política de educação no Estado de Sergipe, no período entre 1979 até o ano de 2001, com destaque para as medidas destinadas às pessoas com deficiência. Descreveu os governos estaduais do período bem como o tratamento dispensado por cada um deles à Educação Especial.

A pesquisadora e professora Dra. Rita de Cácia Santos Souza é autora da dissertação intitulada “*Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas*”, defendida em 2000, pela UFS, na qual apresenta a história da educação da pessoa com deficiência no século XX. E sua tese de doutoramento, defendida na UFBA em 2009, versa sobre *Educação especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX: cuidar e educar para civilizar*, que estudou mais detalhadamente, a constituição desse campo de conhecimento na História da educação especial em Sergipe. Cabe destacar que a professora Rita, desde 2013, é professora da UFS, mas sempre procurou contribuir com a UFS nessa área, participou do Núcleo de Educação Especial citado anteriormente, liderado pela professora Dra. Iara Campelo, na década de 1990, e vem contribuindo com o NUPIEPED, desenvolvendo com a comunidade atividades de estudos, extensão e pesquisas, tendo como frutos várias publicações.

Em 2013 foi instaurada a comissão com o objetivo de planejar o curso de licenciatura em Letras Libras na UFS. No primeiro momento foi desenvolvido o projeto pelo Departamento de Educação, estiveram à frente as professoras Ma. Margarida Maria Teles, Ma. Larissa Silva Rebouças, Dra. Raquel Meister Ko Freitag e Dra. Rita de Cácia Santos Souza. O Departamento de Letras, no primeiro momento, refutou acolher o curso de Letras Libras licenciatura, mas após reordenamento financeiro acatou o curso, reestruturou a proposta que antes também contemplava a educação infantil e o ensino fundamental menor e implementou um projeto com a perspectiva de atender apenas aos ensinos fundamental maior e médio.

O Departamento de Línguas Estrangeiras-DLES implantou o curso de graduação em Letras-Libras, com 30 vagas anuais, sendo o primeiro vestibular para a primeira turma em 2014. Também vêm sendo realizados concursos para docentes na área de Libras. Estas ações têm contribuído para que a Universidade cumpra o papel de propiciar a inclusão social das pessoas com deficiência no ensino superior.

Portanto, ao longo dos últimos anos vêm sendo implantadas ações inclusivas na UFS, ampliando as ações da instituição em prol da inclusão. Além disso, há a produção de dissertações com o foco na pessoa com deficiência em diferentes programas de pós-graduação, como em educação, ensino de ciências e matemática, letras e psicologia.

É necessário ressaltar que a UFS realizou concurso público em 2014 para servidores técnicos administrativos com vagas para diversos cargos, entre eles o de revisor de texto Braille (uma vaga), transcritor de sistema Braille (duas vagas) e tradutor e intérprete de língua de sinais (12 vagas). Esses profissionais já se encontram em atividade, proporcionando redes de apoio aos discentes com deficiência, docentes e à comunidade.

Além da realização de concurso para servidores e docentes a UFS tem, desde 2008, publicado resoluções objetivando normatizar o acesso das pessoas com deficiência e das classes minoritárias, como as descritas a seguir.

Quadro 21-Resoluções e Portarias da UFS Sobre o Processo de Inclusão

<b>DATA PUBLICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÕES E PORTARIAS UFS</b>	<b>ASSUNTOS</b>
13.10. 2008.	RESOLUÇÃO N° 80/2008/CONEPE	Institui o Programa de Ações Afirmativas para garantia de acesso de grupos menos favorecidos à UFS.
22.06.2012	RESOLUÇÃO N° 58/2012/CONEPE	Substitui a Resolução n° 80/2008/CONEPE, que institui o Programa de Ações Afirmativas e altera os artigos 7° e 16 da Resolução 24/2011/CONEPE, os quais regulamentam o vestibular da Universidade Federal de Sergipe.
26.04.2013	PORTARIA n° 1501	Institui Comissão de Políticas de Acessibilidade da UFS.
24.02.2014.	RESOLUÇÃO N° 11/2014/CONSU	Define as ações de auxílio da assistência estudantil da UFS.
28.03.2014	RESOLUÇÃO N° 05/2014/CONEPE	Dispõe sobre os direitos acadêmicos de alunos da UFS com <b>necessidades educacionais especiais</b> .
28.03. 2014	RESOLUÇÃO N° 06/2014/CONEPE	Institui o Programa de Ações Inclusivas na UFS.

2803. 2014	RESOLUÇÃO Nº 08/2014/CONEPE	Institui o Programa de Tutoria Inclusiva de apoio acadêmico a estudantes com <b>necessidades educativas especiais</b> <sup>9</sup> na UFS.
------------	-----------------------------	--

Dados coletados na UFS em 09 de fevereiro de 2016.

Esse quadro demonstra a construção das políticas internas que estão em consonância com as Políticas Nacionais, a evolução da legislação e implantação das Ações Afirmativas na UFS, no ingresso da pessoa com deficiência e estendida às políticas das cotas. Torna-se mister observar a utilização das nomenclaturas acima colocadas em negrito as quais, já em desuso na atualidade e as portarias e resoluções que foram elaboradas sem o conhecimento da atual nomenclatura, o que chama a atenção para a falta de um pesquisador da área na construção dessas legislações.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) da Universidade Federal de Sergipe, através da Coordenação de Assistência e Integração do Estudante (Codae), coordena a oferta de auxílios e bolsas de assistência para estudantes da UFS. Faz parte do CODAE, a Divisão de Ações Inclusivas-DAIN, que foi criada em 2014, por meio do regimento interno da UFS, e teve aglutinadas suas competências de atuação. Outra função do DAIN é a seleção de bolsistas para auxiliar no processo de inclusão dos alunos com deficiência. A psicóloga Susana de Oliveira Santana está à frente do setor, que orienta e apoia estudantes com deficiência no seu dia a dia. É responsável por articular e promover as necessidades dos docentes, discentes e acessibilidade no processo de inclusão.

O regimento interno da UFS, publicado em 2014, descreve as seguintes competências da Divisão de Ações Inclusivas (DAIN/UFS) no artigo 107:

- I. oferecer tecnologias assistivas e serviços, contribuindo para a permanência do discente com deficiência até a conclusão do seu curso, fortalecendo suas responsabilidades com os estudos e se preparando para o mercado de trabalho;
- II. coordenar as ações desenvolvidas pelo Programa Incluir do MEC e o Programa de Ações Inclusivas da UFS;
- III. cadastrar, acompanhar, orientar e apoiar a trajetória acadêmica dos discentes da UFS com qualquer tipo de deficiência;
- IV. viabilizar a acessibilidade pedagógica dos discentes com qualquer tipo de deficiência;
- V. viabilizar o acesso à formação acadêmica com participação em todas as atividades complementares e ações destinadas aos discentes;

---

<sup>9</sup> Negrito nosso, para compreender as diferentes nomenclaturas utilizadas pela UFS, já que a atual é pessoa com deficiência.

- VI. fornecer orientações pedagógicas aos docentes e bolsistas acompanhantes que sentirem dificuldade em atuar em sala de aula com discentes com deficiência;
- VII. realizar campanhas de esclarecimento a respeito de Direitos Humanos e Inclusão;
- VIII. sensibilizar os diversos setores da UFS quanto às questões de acessibilidade pedagógica, de comunicação, arquitetônica ou cultural;
- IX. propor a aquisição de equipamentos e serviços necessários para o acompanhamento e permanência dos discentes em seus cursos, e,
- X. disponibilizar espaços e materiais adequados, sob a responsabilidade de especialistas com domínio no manejo das principais tecnologias assistivas para que sejam utilizadas nas atividades dos discentes com deficiência.

A Divisão de Ações Inclusivas-DAIN conta atualmente com quatro técnicos em assuntos educacionais e uma psicóloga, que é a coordenadora do setor. Estes servidores aglutinam atividades de acompanhamento de 273 bolsistas de diferentes funções, que acompanham os discentes que necessitam de tradutores e intérpretes de libras, antes servidores terceirizados, hoje servidores concursados. Há servidores que transcrevem e revisam os textos em Braille na biblioteca central do campus São Cristóvão-BICEN e na biblioteca de Lagarto-BILAG.

As atividades desenvolvidas pelos bolsistas são: confecção de material para os alunos (desde ampliação de letras dos textos), copistas (reprodução do material para os alunos), auxílio na orientação e mobilidade de alunos cadeirantes e cegos, auxílio nos programas de matrícula e pesquisas dos alunos nos computadores que se localizam no DAIN.

Abordaremos a seguir a origem e o percurso das disciplinas relacionadas à educação da pessoa com deficiência na UFS, os departamentos nessa IES que deram início à sistematização no currículo de disciplina relacionada à inclusão, bem como os professores pioneiros nessa área na UFS.

#### 4.2 A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO INCLUSIVO NA UFS

Como ocorreu a criação das disciplinas nas grades dos cursos de graduação no Ensino Superior na UFS?

Durante a década de 1990 com a criação do curso de Psicologia pelo Departamento de Psicologia, instalado no Centro de Educação e Ciências Humanas-CECH, Maria Stela de Araújo Albuquerque Bergo, José Carlos Tourinho e Gizelda Santana de Moraes elaboraram a grade

curricular inserindo a disciplina Psicologia do Excepcional. Essa mesma disciplina era ofertada a outros cursos de formação de professor.

A disciplina de Psicologia do Excepcional oferecida pelo Departamento de Psicologia da UFS foi a primeira disciplina a abordar o conteúdo sobre características das pessoas com deficiência aos discentes em diferentes cursos de formação de professores na Universidade Federal de Sergipe.

Durante a entrevista com a professora DOG, do curso de Psicologia da UFS, ela relatou que na elaboração do currículo do Curso de Psicologia foi incluída a disciplina Psicologia do Excepcional. Assim:

*quando eu vim lecionar aqui na UFS a princípio como substituta, já existia uma grade, essa grade curricular foi proposta por alguns professores do curso de psicologia. Essa proposta já estava lá e foi construída pelos professores José Carlos Tourinho, Stela Bergo e Gizelda Moraes, que tiveram papel significativo. (Entrevista em 27 de abril de 2016)*

A fundadora do curso de Psicologia da UFS, a Dra. Gizelda Santana Moraes, merece destaque pelo seu pioneirismo no Nordeste do Brasil, ao iniciar os cursos de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, em 1969, e da Universidade Federal de Sergipe, em 1990. Ela também buscou implantar a Pós-graduação em Educação na UFS, não obtendo êxito, voltou a atuar como docente no curso de Psicologia e como orientadora do mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia-UFBA, fomentando pesquisas na área. A seguir fazemos o registro icnográfico da mesma,

Figura 03- Prof.<sup>a</sup> Dra. Gizelda Santana de Moraes<sup>10</sup>



Fonte://grupominhaterraesergipe.blogspot.com.br

<sup>10</sup>Descrição da imagem: Fotografia horizontal, tórax de uma mulher vestindo blusa cor bege e colar azul e vermelho no pescoço, cabelos castanhos claros lisos até o pescoço, rosto redondo, testa franzida, usa óculos, olhar dirigido à frente, ao fundo parede cor bege, quadro transparente escrito em letras cor preta “café do museu“, a cima desenho da fachada do prédio do museu da Gente Sergipano, lado direito porta larga ao fundo perfil de um homem sentado. Audiodescritora: Cândida Luísa P. Cruz, Consultor: José Wellington Santos.

Em 1997 a professora ministrou módulo na Pós-Graduação em nível de Especialização em Psicomotricidade na UFS, ocasião em que contribuiu para a formação na área da educação especial e inclusiva em Sergipe, sua contribuição é inestimável, ainda não reconhecida.

Sobre a inclusão a professora DOU, informa que:

até 2008 nós tínhamos 10 pessoas com deficiência na universidade, antes disso em 1996 -1997 havia um movimento liderado pelas professoras de serviço social um grupo que criou até muita rejeição, ele trabalhava com o nome “**por uma UFS sem deficiência**”.

Corroborando o processo de inclusão na UFS, Seixas & Souza, (2011, p.5) relatam:

Em 2006 surgiu um movimento denominado “Por uma Universidade sem Deficiência,” liderado por alunos do curso de Serviço Social, Letras e Pedagogia. Esse grupo discutia e solicitava melhoria das condições de acesso e permanência da pessoa com deficiência na UFS [...] e no currículo do curso de Pedagogia foram implantadas as disciplinas obrigatórias Fundamentos da Educação Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais, que por, imposição legal, foi estendida aos demais cursos de licenciatura e ao curso de fonoaudiologia.

Conta a professora que esse grupo propiciou, naquele momento, pensar a inclusão de todos e a necessidade de preparação para recebê-los. Relata a docente DOU que

o título era por uma UFS sem deficiência e eu achei o título muito inteligente porque ele é um termo que fala das deficiências da UFS pra receber a pessoa com deficiência, então houve assim muito questionamento por parte do pessoal principalmente na reitoria com relação a essas questões, e a inclusão de fato na UFS começou com um programa de ações afirmativas

Alunos com deficiência fizeram o vestibular na UFS, mas, desistiram por falta de acessibilidade e metodologias para efetiva participação durante o vestibular e ou na dificuldade de acessibilidade durante o curso, outros que conseguiram permanecer no curso e concluir seus estudos. Ademais a ausência de disciplinas voltadas a área da educação especial na formação de professor eram projetos tímidos na esfera universitária.

A docente DOG lembra que há a necessidade de ações pedagógicas, mas também de ações Políticas, pois “elas são ações também de natureza política na medida em que você passa para os seus alunos oportunidade de eles refletirem a respeito dos seus preconceitos da suas atitudes. Eu acho que isso também contribui muito”

Compreendendo, portanto, as ações de acessibilidade atitudinal, refletindo sobre as potencialidades que os alunos com deficiência têm quando lhes são proporcionadas

oportunidades. Outra ação para os professores concluírem sua formação em nível de graduação foi o Programa de Qualificação Docente-PQD, que funcionou no interior do Estado de Sergipe, formando em nível superior os professores leigos.

Destacamos que o Projeto de Qualificação Docente da UFS teve início em 1997. Segundo Souto (2005, p.6):

No dia 19 de fevereiro de 1997, através da Resolução nº 02/97 CONSU, por decisão unânime do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe, foi aprovada “a criação dos cursos de Licenciatura Plena em Português e em Ciências, com habilitação em Química, Biologia e Matemática a serem ministrados em Convênio com a Secretaria de Estado de Educação e Desporto e Lazer do Estado de Sergipe e Fundação de Apoio à Pesquisa de Sergipe”. Assim, a UFS deu um passo significativo para a viabilização do seu primeiro Programa de Qualificação Docente, fruto da parceria firmada entre a UFS, a SEED e a FAPESE.

Nesse processo de interiorização da UFS, foram estruturadas grades curriculares com disciplinas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência. Os cursos foram se ampliando para as licenciaturas em Educação Física, Geografia, História, Letras-Português, Letras-Português/Inglês e Pedagogia. Os professores ministravam aulas nos polos distribuídos pelo interior do estado, nos finais de semana.

Já na UFS a formação de professores no curso de Pedagogia foi desenvolvida as ementas de duas disciplinas: Libras e Fundamentos da educação inclusiva, pela visão social, contextualizando o período conforme descrição a baixo da professora DOU:

A implantação de disciplinas relacionadas ao processo de inclusão na UFS começou a partir do **curso de pedagogia**. Eu estava no doutorado e o curso de pedagogia estava passando por uma reformulação, então me pediram que eu fizesse as ementas do curso e tinha uma proposta de uma ementa que era patologia da deficiência, e então eu pedi para retirar essa disciplina. Ainda hoje me arrependo porque eu depois poderia ter colocado o nome e sugerir que entrasse a questão com Libras porque o decreto ia ser assinado naquele ano, então o departamento de educação foi pioneiro com relação a isso. Eu lembro que eu estava escrevendo na universidade minha tese, uma correria mais ainda esbocei as emendas sem muita pesquisa e tudo mais, esbocei as ementas de fundamentos da educação inclusiva e da língua brasileira de sinais

Em 2008 o Programa de Ações Afirmativas, que disponibilizou vagas para alunos negros, indígenas, quilombolas, incluiu também uma vaga à pessoa com deficiência. Relata a entrevistada que solicitou que essa última vaga saísse em lista única, sem distinção, mas não logrou êxito, o que para uma análise mais aprofundada reflete o movimento de exclusão.

Cabe o registro da pesquisa de mestrado desenvolvida pela pesquisadora: Silva, (2015, p. 95) também coloca o pioneirismo do Curso de Pedagogia no sentido de ter implantado a disciplina de Libras nesse curso e, por força da lei, posteriormente, nos outros cursos.

Questionamos a professora DOU como foram estabelecidas as ações para a efetivação do processo de inclusão na UFS, ela descreve:

Olha, na verdade as ações não foram como a gente gostaria que fosse antes da implantação do sistema de cotas. Havia o programa incluir nas universidades federais e a universidade aqui já tinha participado três vezes e a partir de 2008 eu comecei a fazer esses projetos, só que os recursos vinham e eles eram diluídos na universidade.

Perguntamos sobre quais as dificuldades encontradas ao começar a inclusão na UFS, e a professora DOU respondeu:

É a falta de uma cultura inclusiva, de uma universidade pensada para todas as pessoas, não existe essa cultura, se for olhar os sanitários acessíveis, então. E os guias em braile também praticamente não existem, a identificação nas portas, não é aqueles mapas indicativos, estão errados colocaram de uma didática na outra então existem assim sérios problemas para o cego, desde o piso tátil com problemas grosseiros que eu chamei atenção e não houve resposta.

Quanto às dificuldades pedagógicas dos docentes e da instituição de ações inclusivas na UFS, esclarece a professora DOU:

A educação inclusiva é uma modalidade de ensino transversal perpassa todos os níveis e todas as disciplinas agora, o que acontece é que o professor doutor se acha onipotente, onisciente e não precisa de nenhum conhecimento e daí permanece despreparado para trabalhar a pessoa com deficiência. A gente tem alguns exemplos de professores que procuram se aperfeiçoar, se preocupar com todos os alunos. Eu tenho um professor que fez cursos em libras porque ele ia receber um aluno surdo, outro professor que pediu ajuda para elaboração de material. Então são poucos professores, eu conheci dois. Outra coisa é nas pesquisas que eu já orientei e que eu fiz, é assim: na hora de tratar do aluno com deficiência o professor se exclui diz que isso é problema da universidade como se ele não fizesse parte da universidade então nesse momento é problema da universidade não é problema dele é como se o aluno não fosse dele, o aluno fosse só da universidade. Então enquanto não houver essa preocupação de uma universidade que atenda a todos os alunos, para dar formação. Eu recebi ligação de uma professora me perguntando se era para passar o aluno com deficiência? Ainda assim me dando a responsabilidade de aprovar ou não o aluno com deficiência, então o que que eu dizia: bom não cabe a mim aprovar ou reprovar o aluno você é quem vai avaliar! Então ela transfere a responsabilidade.

Essa entrevista da docente reforça as entrevistas dos discentes quando relataram durante as entrevistas a falta de vínculo entre docente e discente, esse vínculo é importante na relação de

ensino aprendizagem, notadamente quando o mesmo tem alguma deficiência, os discentes relataram se sentirem a margem do processo, no início relatam serem bem recebidos, mas depois esquecidos e faltam as necessárias acessibilidades de cada caso, o que podemos chamar de acessibilidade curricular que é o acompanhamento durante as aulas das necessidades didáticas, pedagógicas e pessoais.

Compreendemos a questão legal como mecanismo de inclusão das pessoas com deficiência em diferentes lócus. Ademais esse acesso não significa estar por estar, e sim uma conquista. Conquista pela resistência desenvolvida ao longo dos anos e na efetivação de legislações, mas substancialmente ao ser visível, galgar posição na sociedade brasileira e alterar modelos segregativos. A participação deve ser buscada; cultivada; deve propiciar autonomia e empoderamento às pessoas consideradas como minorias. Urge continuar a luta ainda temos um longo caminho.

#### 4.3 A DOCENCIA INCLUSIVA

*O ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. (MORIN, 2003, p. 15)*

No Brasil, o sistema econômico é capitalista, em uma perspectiva neoliberal, dentro do fenômeno da globalização do capital, a escola assimila e reproduz as tendências majoritárias que se encontram na sociedade. A educação é um conjunto de regras, disciplina e atitudes que mantêm a sociedade viva e coesa. Mas a educação, para formar o homem integral, para realizar a Paidéia de que falavam os gregos, assenta-se em três pilares: a linguagem, o sentimento religioso e o sentimento de justiça.

A escola é e continuará a ser o terreno da realização da aprendizagem sistemática, organizada, mas nada a dispensa de procurar a realização plena das pessoas que a fazem. Sobre essa questão, os autores Jales & Jales, (2008, p.160) argumentam que os paradigmas estão mudando.

*Atualmente se diz que os velhos paradigmas já não abrangem os desafios da vida e quase sempre se adverte para a necessidade que o ser humano tem de adotar novos paradigmas sociais, morais, éticos, religiosos e econômicos, sob pena de não sobreviver num mundo marcado pela pressa e por um tempo descontínuo.*

O educador Paulo Freire deu uma importante contribuição à educação libertadora e política, pois a educação dialógica do educador que inclui a todos sem qualquer discriminação

deve ser o referencial teórico e prático para a inclusão escolar. Freire, (2005, p.33) desvela que a falsa generosidade é de um mecanismo de manutenção da segregação dos alunos, particularmente no presente estudo, com pessoas com deficiência em todos os ambientes. Ele relata que:

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua "generosidade" continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A "ordem" social injusta é a fonte geradora, permanente, desta "generosidade" que se nutre da morte, do desalento e da miséria.

O docente deve refletir sobre sua prática pedagógica, Paulo Freire, (2005, p.79): destaca:

(...) o educador problematizador re-faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscibilidade dos educandos. Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também.

No primeiro encontro com os alunos com deficiência o discurso polido existe, mas no dia a dia ele pode se transformar em atividade efetiva de transformação docente ou de manutenção do status quo inexistente. Esse tratamento de não existência é uma característica de exclusão da sociedade ainda existente.

O processo histórico o definiu como uma condição indesejável e que o tratamento dado às pessoas nessa condição determinou sistemas de *exclusão* que variaram em épocas distintas, necessariamente da segregação, sua forma mais branda se é que seja possível concebê-la assim a eliminação, sua forma mais perversa. Santos, (2012, p.110)

Hoje a acessibilidade é uma possibilidade à pessoa com deficiência nas diferentes possibilidades daqueles que por anos não tiveram acesso à educação, não foram incluídos na sociedade, não trabalharam e não constituíram família como outra pessoa. Avançamos muito, mas é necessário continuar garantindo, nos diferentes tipos de acessibilidade, meios para que essas pessoas possam apoderar-se continuamente.

Necessariamente, ambos os processos articulados terminam convergindo para um só propósito: o de construir uma *simulação* de que há desejos e esforços dos professores e, conseqüentemente, da organização social, no sentido de promover a inclusão desses alunos, de que o processo de inclusão está-bem ou mal acontecendo, embora isso não corresponda, essencialmente, à realidade prática, nem refletida, efetivamente, o desejo desses professores. Santos, (2012, p.114)

Há mudanças significativas na sociedade contemporânea atualmente, observadas no cotidiano da vida do homem, comparando-se com o que ocorria no passado das pessoas com deficiência.

A universidade brasileira, ainda, não foi capaz de aglutinar, adequadamente, a pesquisa e o ensino comprometidos com os problemas do país. O modelo autoritário privilegia a educação, mas uma educação funcionalista, com o objetivo de cumprir as metas do desenvolvimento com segurança. A crise contemporânea trouxe a universidade para o centro do debate. Para Jales & Jales (2008, p.29), contestada de dentro para fora, a universidade brasileira viu-se reorganizada, acadêmica e administrativamente, pela reforma de 1968. Exigiu-se da universidade presença no interior da sociedade, pois ela precisava sair de seus “muros” e ir ao encontro das carências sociais, ser a esperança dos desesperados e marginalizados.

A universidade, instituição formada por pessoas, não poderia deixar de perguntar sobre seu futuro, seu presente, sua posição na sociedade, sua contribuição ao bem-estar da humanidade. Refletir sobre sua ação é uma característica do homem, como também sua trajetória na vida e o valor que distingue o seu trabalho.

A professora DOG do Departamento de Psicologia, em 27 de abril de 2016, relatou a importância do projeto político da seguinte forma:

Considero que com um projeto pedagógico ele tem que ser político também, no sentido trazer mudanças na própria pessoa deficiente e no próprio professor no sentido dele cada vez mais se aperfeiçoar e mudando as suas atitudes e acreditando na sua experiência que esse aluno tem potencialidades que precisam ser vistas e acreditadas.

O papel do professor não pode ser apenas de um espectador, passivo e limitado, que tradicionalmente desempenha a função de mero transmissor de informações e conteúdo, mas de um profissional que se prepara de maneira intensa para ser um construtor de conhecimentos e que leva o aluno a pensar com autonomia, a ousar, a compreender a diversidade da vida, dar visibilidade a todos.

A professora DOG, em entrevista de 27 de abril de 2016, relatou a visibilidade das pessoas com deficiência na UFS. Segundo ela,

é muito importante porque primeiramente a gente tem que dar visibilidade a essas pessoas. Eu acho que na medida em que você dá visibilidade a essas pessoas as atitudes dos demais normais, elas também mudam, não se trata apenas de colocada em uma sala de aula não, isso não é inclusão, isso é discutido inclusive na literatura, na medida em que você faz que esse aluno participe que ele mostre as suas potencialidades junto aos demais colegas. Acredito que você muda e a UFS ela está favorecendo em algumas coisas o acesso desses alunos, cito os elevadores e as pistas táteis.

É preciso pontuar que nesta entrevista foi colocado a existência dos elevadores e pistas táteis, mas muitas vezes observamos as pistas e pisos táteis, os elevadores e achamos que estão

funcionando e facilitando a vidas das pessoas com deficiência no campus da Universidade em São Cristóvão, mas os olhos nos enganam e quando buscamos com os alunos com deficiência usuários desses meios eles são unânimes em relatar que não estão servindo para nada, não funcionam, podem proporcionar uma queda ou não existem aparelhos suficientes para todos os alunos. Esse dado é relevante e ao mesmo tempo assustador e revela uma realidade cruel para a vida dos alunos com deficiência na universidade.

Para isso, a sociedade precisa compreender e cultivar a perspectiva da cultura inclusiva de todos os indivíduos na sociedade. Vejamos o que significa cultura inclusiva.

A cultura inclusiva implica o repensar permanente e não momentâneo ou transitório sobre questões tais como: as relações educacionais, a estrutura escolar e a formação docente, destacando-se nesse último os conteúdos selecionados e práticas existentes nas escolas, haja vista que é muito comum de acordo com Arroyo (2010, p. 151) “[...] as ondas e modas de inovação nas escolas, ondas que morrem na areia do cotidiano escolar e no legalismo com que são tratados escolas e seus docentes. (AZAMBUJA & SOUZA, 2012, p.299-300)

Sabemos que é preciso propiciar a formação docente em todas as áreas de ensino. Mas nas áreas de exatas, que têm suas peculiaridades, como fazê-lo?

Estamos diante do desafio de formar professores inclusivos capazes de interagir em uma sociedade cada vez mais complexa, dinâmica e marcada pela atenção à diversidade e pelo desenvolvimento social e econômico dos novos tempos. (AZAMBUJA & SOUZA, 2012,p.304)

A formação inicial dos docentes enfrenta grandes barreiras, a começar pelos desafios da vida real na escola ou na universidade, as dificuldades e entraves da sociedade com a violência, nas relações entre aluno/aluno e professor/aluno, dificuldades sociais entre as famílias, e atualmente com a grave crise financeira e de desemprego pela qual passa o Brasil. Os docentes enfrentam situações difíceis.

O que preocupa é o fato de que, na formação acadêmica, é passada uma concepção ideal do sistema educacional e, ao estrear na profissão, os jovens professores deparam-se com uma situação desconhecida, sobretudo para enfrentar condições de trabalho, algumas vezes difíceis, ocorrendo hesitações e, muitas vezes, recuos na sua atividade docente, provocando um reajuste nas expectativas e nas percepções anteriores. (AZAMBUJA & SOUZA, 2012, p. 304-305)

A despeito das maiores e piores dificuldades pelas quais passa o professor, ele deve refletir no seu dia a dia, sobre sua prática e sobre a importância do diálogo entre todos os envolvidos no ambiente de ensino. Deve aceitar as diferenças, conceber que as pessoas têm suas opiniões e comportamentos diferentes e que por isso precisa respeitá-las. “Pensar a educação, hoje, é pensar no processo inclusivo. ” (AZAMBUJA & SOUZA, 2012, p.305). O cenário

educacional está em constante transformação, ocasionando descompasso entre as mudanças do mundo e a realidade escolar.

Morin et al. (2003, p 59), o homem é um ser que se mostra como

um ser biocultural: *sapiens/demens* e não só *homosapiens sapiens*. A concepção das antropologias culturalistas que negam a realidade biológica do homem, bem como os biologicismos que acreditam que a cultura está determinada pela biologia, são descendentes de um pensamento redutor, simplificador e logicamente excludente.

A respeito da educação é importante ter claro que quando a fazemos como prática reflexiva no nosso dia a dia, de forma contextualizada, o planejamento e o apoio às pessoas com deficiência são fatores de avanço na perspectiva de formar cidadãos

Na próxima seção faremos as análises dos dados coletados nas entrevistas relacionando-os com o referencial teórico utilizado. As entrevistas mostram múltiplos olhares para o mesmo objeto que é a pessoa com deficiência no ensino superior e apresentam as dificuldades, os anseios, as esperanças e a preocupação dos alunos com deficiência que entraram na UFS, para que o caminhar seja mais leve para eles, bem como as dificuldades dos docentes em lidar com as diferenças e surpreende com a preocupação dos discentes sem deficiência e acompanhantes entrevistados ao conhecer as limitações e potencialidades das pessoas com deficiência.

## 5 CENÁRIO DA ANÁLISE DOS DADOS

*“Aprendi a não tentar convencer ninguém. O trabalho de convencimento é uma falta de respeito, é uma tentativa de colonizar o outro”. José Saramago<sup>11</sup>.*

A seção atual versa sobre as análises das entrevistas aos discentes, discentes com deficiência, docentes e acompanhantes, de diferentes áreas e cursos de formação de professor no ensino superior na UFS, tendo como lócus o CECH.

As discussões aqui propostas tratam, preponderantemente, da visão dos envolvidos na inclusão no CECH\UFS, das contribuições e empecilhos encontrados no processo de inclusão na UFS. Tais análises revelaram-se cruciais para uma visão mais ampla e acerca da instituição/objeto de análise como um todo e das questões abordadas, especificamente, nesta dissertação. Relembramos que nosso objetivo nesta pesquisa é conhecer o processo de inclusão dos educandos com deficiência na Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Realizamos a análise das entrevistas com a técnica da análise de conteúdo, pois esta objetiva conhecer os significados expressos de forma geral, compreendidos de forma semântica dos significantes e significados enunciados pelas entrevistas. Para entender a análise de conteúdo é necessário compreender seu significado e suas etapas. Para tanto recorreremos a Bardin, (2010,p.44) a fim de entender, nesse método.

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Existem várias técnicas de análise de conteúdo. Nesta investigação optamos pela análise temática pois, segundo Bardin (2010, p. 105), esta consiste em entender que:“O tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. O tema consiste no significado expresso naturalmente das entrevistas transcritas que serão analisadas conforme critérios enunciados na teoria que nos guia.

As etapas da análise de conteúdo são: Pré-Análise, que consiste na escolha dos documentos a serem analisados; Exploração do Material-consiste na operação de codificação;

---

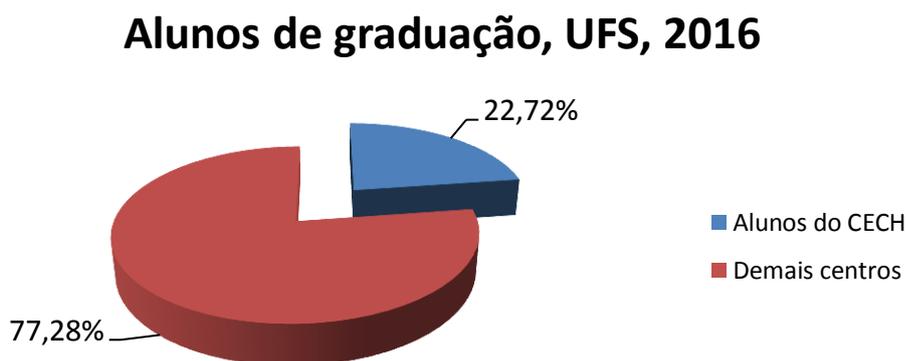
<sup>11</sup>José Saramago, escritor, poeta, jornalista e dramaturgo português, que em 1998 foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura (1922-2010).

Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação. Durante essas etapas foram realizadas leituras para conhecer com mais profundidade a temática pesquisada.

Na análise dos dados obtidos a partir das entrevistas é necessário retomar os marcos teóricos inscritos no referencial utilizado neste estudo. Os dados obtidos e a fundamentação teórica são o que permite relevância ao estudo.

O contato com os discentes com deficiência e com os acompanhantes ocorreu através da Divisão de Ações Inclusivas-DAIN, que desempenhou importante papel em apoiar a pesquisa. Todos aceitaram participar da entrevista de forma voluntária. Foram apresentados pontos de vista e opiniões expressas por parte dos entrevistados. A seguir trazemos um gráfico com o quantitativo de alunos na graduação na UFS e no CECH.

Gráfico 12 – Total de alunos na Graduação-UFS



Elaboração própria, 2016

A UFS conta na Graduação em 2016 com um total de 31.521 alunos em todos os seus *campis*. No Centro de Educação e Ciências Humanas-CECH existe 7.161 alunos nos diversos cursos, este dado apresenta uma porcentagem significativa de 22,72%. (ANEXO 04 e 05)

Outro dado relevante na Pós-graduação da UFS, é que no mestrado e doutorado encontra-se um total de 2.249 alunos ativos, com apenas uma aluna com deficiência no doutorado em Educação. Estatisticamente é insignificante a porcentagem, representando apenas 0,4%. Analisamos no nosso trabalho a necessidade de romper paradigmas e construir novos paradigmas, abrindo portas para que as pessoas com deficiência possam ter vagas garantidas nos diferentes programas de Pós-Graduação da UFS, com a publicação de editais em que essas

peças possam se identificar com deficiência com sua necessidade para participação efetiva e sem prejuízo.

É perceptível o avanço na produção de pesquisas nos últimos anos na UFS, essa ampliação de pesquisas que fomentem e elaboram conhecimentos voltados à pessoa com deficiência. Sim avançamos, temos na pós-graduação em Educação e no Ensino de Ciências e Matemática dez trabalhos que versam sobre a pessoa com deficiência. É preciso produzir mais pesquisas que versem sobre a pessoa com deficiência no ensino superior e na formação de professor na perspectiva inclusiva. A seguir total de alunos na UFS na Graduação presencial, a distancia e alunos com deficiência.

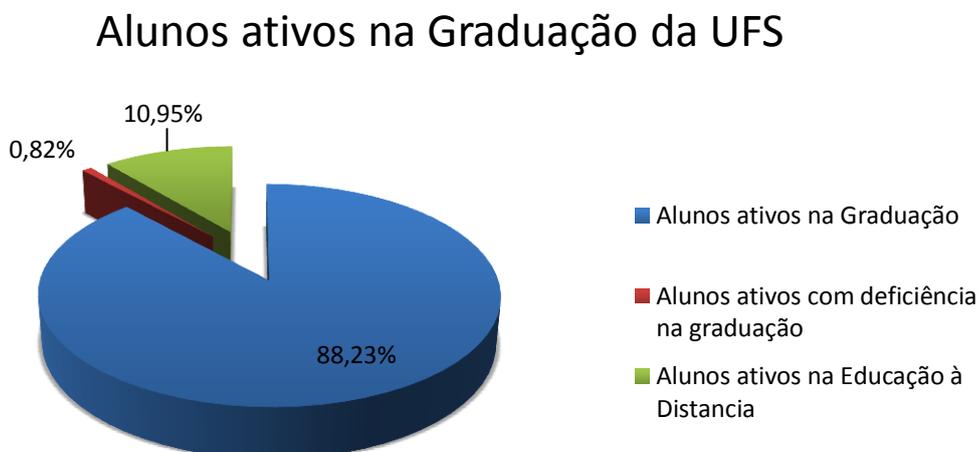
QUADRO 23-Total de alunos na Graduação da UFS em 2016.1

<b>ALUNOS NA GRADUAÇÃO NOS CAMPI UFS</b>	<b>TOTAL</b>
Alunos ativos na Graduação com deficiência	259
Alunos ativos na Graduação na Educação a Distancia	3.451
Alunos ativos na Graduação	27.811
<b>Total de Alunos</b>	<b>31.521</b>

Fonte: DAA-UFS, junho 2016.

Abaixo trazemos um gráfico para entendimento quantitativo com análise sobre o número de alunos na instituição, entre estes, os alunos com deficiência.

Gráfico 12 – Alunos ativos na Graduação da UFS 2016



Fonte: DAA/UF

Quando fazemos uma análise estatística mais crítica sobre o ingresso de alunos com deficiência na UFS e a quantidade de alunos, levando em consideração as graduações presenciais e a distância, temos uma porcentagem de 0,82% de alunos com deficiência na UFS. Essa porcentagem em face dos avanços na educação da pessoa com deficiência é incipiente quando comparada ao contexto macro.

O quadro a seguir apresenta a entrada de alunos com deficiência no período de 2015.2 a 2016.1. Estatisticamente, é um crescimento pequeno para o total de matrículas na UFS de forma geral, embora seja significativa, a porcentagem de alunos que entraram de um ano para o outro.

QUADRO 23-Total de alunos na Graduação da UFS com deficiência

<b>ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NA UFS</b>	<b>TOTAL</b>
Alunos Especiais Ativos em 2015.2	186
Alunos Especiais Ativos em 2016.1	259

Fonte: DAA-UFS

Analisando a entrada dos alunos com deficiência de um ano para outro na UFS, temos um crescimento de 39,25%. Se levarmos em consideração que a UFS disponibiliza uma vaga por curso para a pessoa com deficiência, estabelecido pela instituição, ou seja cada instituição define a reserva de vaga a pessoa com deficiência.

Cabe uma colocação importante sobre o artigo 29 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (lei No. 13.146), o qual tratava da reserva de vagas das pessoas com deficiência nas universidades, foi vetado, deixando cada instituição de Ensino Superior decidir a porcentagem de vagas destinadas aos cursos superiores, dos alunos com deficiência, bem como a divisão das vagas para os candidatos oriundos das minorias.

Foram entrevistados 21 indivíduos, sendo cinco docentes, cinco acompanhantes, cinco educandos com deficiência e cinco discentes, além de duas professoras que estavam à frente de disciplinas relacionadas ao processo de inclusão na UFS, sendo que uma das professoras foi entrevistada duas vezes, pois recebia alunos com deficiência atualmente na UFS e esteve também no processo histórico da implantação da Inclusão na UFS.

Em seguida foi feita a codificação das entrevistas com a utilização de letras para garantir o anonimato. A codificação foi realizada da seguinte forma: utilizamos as duas primeiras letras dos entrevistados e mais a letra do alfabeto correspondente à ordem das entrevistas realizadas.

Quadro 24-Acompanhantes dos Discentes com deficiência

<b>Acompanhantes</b>	<b>Formação-Função</b>
Indivíduo ACA	Intérprete de Libras
Indivíduo ACB	Discente de Enfermagem
Indivíduo ACC	Discente de Enfermagem
Indivíduo ACD	Discente de Engenharia Civil
Indivíduo ACE	Discente de Ciências da Computação

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 25-Discentes com Deficiência

<b>Discentes</b>	<b>Cursos</b>
Indivíduo DCK	Letras Espanhol-Visão subnormal
Indivíduo DCL	Geografia-Cego
Indivíduo DCM	Letras Libras-Surdo
Indivíduo DCN	Letras Inglês-Autismo;
Indivíduo DCO	Letras Espanhol-Deficiência física

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 26-Docentes.

<b>Docente</b>	<b>Curso</b>
Indivíduo DOF	Pedagogia
Indivíduo DOG	Psicologia
Indivíduo DOH	Pedagogia
Indivíduo DOI	Letras
Indivíduo DOJ	Letras

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 27-Discentes sem deficiência

<b>Docente</b>	<b>Curso</b>
Indivíduo DIP	Educação Física
Indivíduo DIQ	Educação Física
Indivíduo DIR	Pedagogia
Indivíduo DIS	Letras Francês
Indivíduo DIT	Letras Francês

Fonte: Elaboração da autora

Todos os entrevistados relataram ter contato com discentes com deficiência. Eles mesmos relataram que convivem e dão apoio aos colegas com outras deficiências na UFS.

Destacar as deficiências da UFS nos aspectos de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, atitudinal, Instrumental e Programática, tem importância para conhecimento das falhas e que sejam sanadas. Outra questão é a dificuldade de comunicação entre a comunidade acadêmica, administradores, servidores, docentes e discentes.

Muitas vezes foi difícil não perceber as dificuldades entre os servidores e serviços sobre informações como quantitativo de alunos com deficiência, tipos de deficiência, setores que não se comunicavam mesmo de forma eletrônica. Esferas administrativas enviavam e-mail aos centros notificando que terão alunos com deficiência nos cursos, mas essa informação não chegava aos professores. Vale ressaltar que não houve mais essa queixa no semestre 2016.1, pois todos os professores foram comunicados.

Através das entrevistas buscamos conhecer a memória daqueles envolvidos no processo de inclusão na UFS. É necessário entender o que é memória, e para isso utilizamos Halbwachs, (1990, p. 34) quando coloca:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

As entrevistas realizadas constituem uma memória que constrói a história e no nosso caso da Educação Especial em Sergipe. Os entrevistados colaboraram à medida que reconstruíram os fatos ocorridos no processo de desenvolvimento da inclusão na Universidade Federal de Sergipe.

Sobre a memória individual, é importante compreender o que nos diz Halbwachs (1990, p. 52): "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios."

Quando colocamos a entrevista como técnica, isso ocorreu com a certeza da importância das memórias dos entrevistados e a contribuição que estes dariam à nossa pesquisa; encontramos depoentes que contribuíram significativamente com nossa investigação. Nesse sentido, Halbwachs (1990, p. 52) diz:

Dessas combinações, algumas são extremamente complexas. É por isso que não depende de nós fazê-las reaparecer. É preciso confiar no acaso, aguardar que muitos sistemas de ondas, nos meios sociais onde nos deslocamos materialmente ou em pensamento, se cruzem de novo e façam vibrar da mesma maneira que outrora o aparelho registrador que é nossa consciência individual.

Devemos colocar que as entrevistas foram feitas e o acaso fez com que elas contribuíssem para a nossa pesquisa, de forma irrefutável, cada entrevista era de significativa contribuição e foi se constituindo e tomando dimensão em rede de significado que se constituiu

em tessitura. A seguir, analisaremos as entrevistas, lembrando que essas falas são memórias de vivências com pessoas, cada uma com sua história e memória.

Outra questão que acreditamos ser necessária é a ordem das entrevistas e análise dos dados. Iniciamos com os acompanhantes, depois aos docentes, aos discentes com deficiência e, por fim, os discentes sem deficiência. Cabe destacar que não entrevistamos a classe de servidores na UFS. Esta falta se deu pelo escasso tempo ocorreu pelo tempo para a execução da pesquisa.

Como servidora da Universidade Federal de Sergipe-Hospital Universitário, destacamos recente programa de capacitação aos servidores com cursos de Libras e Educação inclusiva na modalidade de Educação a Distância-EAD. Reiteramos a necessidade de outros cursos para que os servidores possam atender melhor às pessoas com deficiências diversas, deixo aqui uma lacuna não preenchida os servidores, não foram possíveis ouvi-los, mas é necessário. A seguir transcrevemos as entrevistas e nossas análises.

## 5.1 ACOMPANHANTES

Quem são os acompanhantes dos estudantes com deficiência? São os monitores, intérpretes de libras. Esses são os acompanhantes que no dia a dia da UFS proporcionam acesso ao Ensino Superior nessa I.E.S.

Ao questionar sobre quais tipos de deficiência tem o discente que acompanha, as respostas contemplam O seguinte:

*ACA Geralmente surdez;*

*ACB Deficiência visual e cadeirante;*

*ACC Deficiência visuais e agora autismo;*

*ACD Deficiência visual e cadeirante;*

*ACE Deficiência visual.*

Cabe registrar que no período da realização das entrevistas não havia alunos com deficiência intelectual, o que se modificou em 2016.1 com a entrada de um aluno com deficiência intelectual na UFS.

Sobre a concepção das atividades como acompanhante, no processo de inclusão de discentes com deficiência na CECH\UFS, os entrevistados relataram que:

- ACA *é simplesmente comunicativa, sou a ponte entre o conhecimento e a comunicação;*
- ACB *É importante ela não consegue se locomover direito e eu auxilio nessa locomoção;*
- ACC *Normal, ele é um aluno que interage bastante, aparentemente;*
- ACD *Eles realmente precisam de alguém para acompanhar porque a UFS não é projetada pra recebê-los. Tem o piso tátil e algumas adaptações, mas que no geral são falhas.*
- ACE *É assim como em toda a UFS, não oferece esse suporte muito adequado.*

As respostas versam sobre se compreendem sua função como comunicativa, elo de auxílio no mundo universitário. No caso dos alunos com deficiência visual, estes são guiados no campi onde a acessibilidade não lhes garante autonomia de ir e vir, impossibilitando a devida orientação e mobilidade em braile pela UFS, quando existente ela é de outra didática ou errada, não foram encontradas o braile em salas de aula, nos blocos dos departamentos, nas didáticas, propiciando ao aluno cego a autonomia necessária e às pessoas com deficiência física a dificuldade na acessibilidade nos elevadores que levam ao primeiro piso. Somente a didática IV tem elevador funcionando, pelo menos no momento da coleta de dados.

Ao serem questionados sobre as possibilidades de os alunos com deficiência serem inclusos na CECH\UFS eles alegam:

- ACA *Bom, mas sempre tem que melhorar, com mais funcionários, no caso dessa área mais intérpretes e os próprios professores se eles pudessem simplificar a aula, tornar elas mais visíveis no CECH eles deviam tornar as aulas mais visíveis para os alunos*
- ACB *Assim, eles fazem, mas sentem dificuldades;*
- ACC *O aluno vem com essa turma desde o primeiro período, ele está no quarto período, criou amizades; é tanto que quando ele senta, já senta perto de alguns que ele conversa mais e acho isso é normal;*
- ACD *Consegue desenvolver bem, ele só tem dificuldade mesmo na locomoção que prejudica mas mesmo no caso dos deficientes visuais. Quando a aula é teórica ou aula no quadro assim ai é difícil, do resto eles conseguem acompanhar bem porque a dificuldade mesmo maior é a locomoção;*

*ACE      Muita dificuldade, e essa dificuldade é um dos motivos que levam o aluno a abandonar e/ou mudar de curso.*

As dificuldades impostas aos alunos com deficiência são diversas: a necessidade de mais interpretes de libras, dificuldades na locomoção, ou seja da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica e entre outras.

As aulas teóricas que utilizam o quadro para os alunos cegos são muito difíceis de acompanhar devido às peculiaridades da forma de aprendizagem desses alunos e principalmente por conta da formação da imagem mental dos objetos e formas que os alunos cegos de nascença não têm e precisam desenvolver. Já aqueles que perdem a visão mais tarde reconhecem os objetos, as formas e as estruturas. As dificuldades para alguns alunos são empecilhos a prosseguirem no curso e outros pretendem mudar de curso, acreditando ser melhor. Outros já não encontram dificuldades nas aulas e criaram vínculos de amizade que os auxiliam na continuidade do curso.

Sobre as dificuldades que o discente que acompanha encontra na sala de aula para garantir a aprendizagem temos:

*ACA      E a metodologia é toda ouvinte (...) simplesmente se ele usar mais visual mais diagrama, mais gráfico, auxiliaria melhor o aluno tanto o ouvinte como (...) os surdos, isso é o que eu tenho percebido;*

*ACB      No curso ele é tranquilo, dá pra acompanhar; dificuldade maior seria talvez a medicação que ele está tomando, pois fica sonolento.*

*ACC      A aula com slide, o professor não tem acessibilidade com o aluno que não enxerga! É visível que ele não preparou a aula, que não adaptou, é essa a maior dificuldade! Já aconteceu de um professor só passar a aula de slides;*

*ACD      As dificuldades se resumem à questão gráfica, principalmente no curso dele que tem muito, na aula de geomorfologia tem toda uma questão estrutural de rocha e tal, uma vez ele até na minha presença ele pediu “professor, o senhor pode descrever, aí entrando no caso que eu te falei antes não vem aquela preparação anterior que eu não culpo eles, ele falou na hora tipo .....nós temos aqui sessenta alunos, se eu parar pra tentar descrever isso aqui, vai demorar muito e possa ser que atrapalhe os demais e aí o que eu posso fazer, nós vamos marcar hora e aí eu sempre posso estar na minha sala em horário extra tentando tirar as suas dúvidas mas então em tempo real eu não sei o que poderia ser feito mais nos temos essa deficiência em tempo real ”<sup>4</sup>. (Grifo nosso)*

São diversas as dificuldades para a aprendizagem que a exemplo de metodologia ouvinte para aqueles que são surdos; aulas com utilização de slides, tendo alunos cegos ou com visão subnormal, sem preparação específica para eles. Não é modificar por demais as aulas, mas ter o cuidado de preparar o material com antecedência, enviar ao setor responsável para passar o conteúdo ao braille e entregar no início da aula ao aluno para que este possa fazer a leitura. Outra questão é a dificuldade de algumas aulas em que se utilizam figuras, gráficos e precisam ser descritas para entendimento dos discentes, assim como a questão temporal para detalhamento no cotidiano.

A acessibilidade na barreira atitudinal descrita no nosso grifo, referente à relação entre um aluno com deficiência para sessenta alunos, em não atrapalhar os outros 59 alunos, deixa subentendida a mais valia existente entre o aprendizado de muitos e a dificuldade em planejar aula antecipadamente para que todos possam aprender juntos. Com turmas tão grandes como fica o aprendizado dos alunos com deficiência? Caberia aqui um estudo de acessibilidade curricular, para apoiar o docente a dar conta de todas as dificuldades pedagógicas inerentes envolvidas nesse processo. É um processo real turmas grandes é um desafio ao docente e ao discente com deficiência.

A respeito da sua formação inicial e continuada, foi questionado aos acompanhantes se fez algum curso na área de inclusão de pessoas com deficiência. Em que contexto ocorreu essa formação? Que temáticas foram abordadas? Foi-lhe perguntado se gostaria de receber alguma formação específica.

*ACA A minha formação é toda técnica em Libras;*

*ACB Quando entramos como bolsistas tem uma série de palestras pra saber manipular com os alunos deficientes;*

*ACC Teve uma semana que a gente aprendeu um pouco de cada deficiência, de tudo um pouquinho, não dava para aprender tudo, foi uma semana;*

*ACD Teve um minicurso uma aula introdutória para conhecer mais as deficiências e como agir e como lidar;*

*ACE O DAIN disponibilizou o curso assim que as bolsas foram selecionadas distribuídas houve um curso de uma semana em que nós recebemos aulas;*

Em relação à formação dos acompanhantes, ela é diversa, são alunos de diferentes cursos de graduação, com bolsa de apoio à inclusão que dão suporte em horário contrário ao seu horário

de estudo, no total de 8 horas por semana. Os apoios ocorrem de diversas formas: como guia de orientação e mobilidade, acompanhamento pedagógico, copista e escriba. Os alunos, quando são escolhidos, passam por um curso de uma semana, tendo palestras e orientações gerais sobre a pessoa com deficiência. São analisadas as características pessoais do bolsista e sua adequação à atividade desenvolvida. Quanto aos intérpretes de libras, estes acompanham os alunos com surdez nas aulas e fazem a tradução das aulas, que lhes devem ser entregues pelos docentes com uma semana de antecedência para que estudem e pesquisem sinais que não conheçam, embora nem sempre todos os professores entreguem o material com antecedência.

Os acompanhantes foram questionados sobre as dificuldades com que o estudante com deficiência se depara no dia a dia e o que é feito para sanar essas dificuldades.

*ACA Ter mais clareza no que quer dizer, no que se quer ensinar, ter mais clareza e ter um vocabulário rico. Isso é importante, mas às vezes o vocabulário que é usado ele é muito técnico; são palavras muito rebuscadas. Aí é complicado transmitir essa comunicação;*

*ACB A pessoa fica com dificuldade eles têm vergonha de falar e ficam com aquela dúvida e levam pra casa. Isso não é só pra quem não enxerga ou que tem algum tipo de deficiência; é uma coisa que ocorre naturalmente e não ocorre nada aqui falar a verdade; Alguns perguntavam “**tá entendendo!**” e ele até dizia que estava entendendo, **mas eu via que ele não estava entendendo a aula, mas ele ficava com a dúvida.** (Grifo nosso.)*

*ACC A dificuldade maior seria talvez a medicação que ele está tomando, né?*

*ACD Estou acompanhando dois alunos, com um dos alunos o professor fica meia hora depois da aula para dar mais umas dicas pra ele pra trabalhar de outra forma;*

*ACE O professor tenta fazer uma descrição oralmente ou tenta corporalmente mostrar para ele o assunto ministrado.*

O conhecimento anterior à Universidade em língua portuguesa pelos alunos surdos é importante relatar que muitos têm dificuldade de interpretação por esse motivo, já está em planejamento um curso de nivelamento de língua portuguesa para eles. Os acompanhantes percebem muitas vezes que o aluno com deficiência sente-se envergonhado ao falar sobre a sua dúvida preferindo ficar calados. Em 2009 existia o Incluir que era o espaço na Universidade onde eram disponibilizados bolsistas para auxiliar os alunos com deficiência que entraram na UFS pelas cotas e necessitavam de suporte pedagógico.

Alguns professores tentam descrever a aula através de descrição verbal e corporal, outros professores ficam depois da aula auxiliando na aprendizagem do aluno, outro fator que pode dificultar a aprendizagem do estudante é a utilização de medicações prescritas pelos médicos que podem torná-lo sonolento, comprometendo a compreensão do conteúdo e sua memorização. Outro ponto a destacar é que cada área do conhecimento tem terminologias e técnicas que necessita de estudos para se fazer a interpretação em Libras de forma dinâmica.

Ao procurar saber se houve adaptação no planejamento, na metodologia e na elaboração de recursos didático, pelo docente e disponibilização de tempo a mais para a realização da avaliação pelo discente com deficiência, obtivemos as seguintes respostas:

- ACA Sim, no caso o trabalho que a professora fez, é uma maneira de uma surda dar uma aula no lugar dela, na língua dela para ensinar os próprios alunos da sala como se portar e se comportar e se comunicar também, dar uma visão da própria língua de sinais, que muitos dos graduandos lá não têm uma noção básica da língua de sinais;*
- ACB Nessa que eu estou acompanhando ela consegue acompanhar, dela é cadeirante, aí ela consegue acompanhar tudo que a professora ensina e também dá um suporte;*
- ACC Não tem uma metodologia nova diferenciada, tudo igual a uma pessoa normal, até porque ele consegue acompanhar;*
- ACD Os professores preparam a aula para pessoas que não têm deficiência, que o cronograma deles é feito para aqueles, que não têm deficiências, mas aí quando tem, vem esse impacto, o aluno ele não consegue fazer o que o professor já tinha planejado antes, e o professor já fica de mãos atadas. Assim o aluno não aprende direito;*
- ACE A aula é basicamente discutir os textos, então o professor já vai até a biblioteca central aqui da universidade deixar os textos porque os bolsistas daqui também são responsáveis por digitar, tem os servidores eles imprimem em braile para que o aluno possa ler.*

Em relação à adaptação do planejamento e metodologia pelo docente, os acompanhantes descrevem que alguns professores, de um modo geral, continuam com a mesma metodologia de ensino para todas as pessoas, sem modificar o planejamento, com recursos de aulas com acessibilidade necessária a cada deficiência. Quando o aluno com deficiência não tem dificuldade aparente na aprendizagem tudo transcorre sem problemas.

Sobre como ocorre o processo de acompanhamento do discente com deficiência na disciplina e na UFS, os entrevistados dizem:

- ACA *Eles acompanham disponibilizando todo o material que é possível no caso com intérpretes, bolsistas, acompanhantes e também tem a questão da estrutura que eles têm ajudado com materiais para ajudar esse aluno surdo, fornecem também a impressora braile, material para eles fazerem em alto relevo, como mapas, gráficos, tudo tem sido feito nesse auxílio.*
- ACB *Pegando e deixando no terminal de ônibus;*
- ACC *Tem os bolsistas e eles vão fazendo as escalas colocando o aluno, alguns alunos tem que dizer se quer ou não porque às vezes tem alguns que não quer preferem alguém da família pra ficar na aula;*
- ACD *Tenho o horário determinado marcamos com ele. Geralmente o problema deles é locomoção, então levamos à sala de aula e ficamos na sala de aula com eles pra qualquer necessidade, se eles precisarem sair ou então qualquer dúvida;*
- ACE *O DAIN fica responsável por verificar nosso horário e colocar nossa disponibilidade no horário inverso. São oito horas por semana e temos o nosso compromisso fixo sempre para aquele dia, naquele horário todas as semanas;*

Para toda a comunidade científica, principalmente docentes e discentes, é disponibilizado intérprete de libras, impressora em braile, horário com bolsistas no DAIN, com utilização de computadores, impressoras e acesso à internet. A antiga sala do INCLUIR na Didática VI, hoje dá apoio pedagógico aos alunos com deficiência. Outra dificuldade elencada é com relação à acessibilidade arquitetônica, ausência de sinal sonoro para a utilização com segurança ao entrar e sair do terminal de ônibus da UFS e sua utilização com segurança, confiança e não esperando alguém para ajudar a passar, retirando sua autonomia.

Em sua opinião, a UFS\CECH tem realizado a inclusão de discentes com deficiência, propiciando a aprendizagem e conclusão de seu curso. Vejamos as respostas:

- ACA *Sim, tem ajudado por buscar e providenciar essas ajudas. Ele liga para o DAIN e o intérprete informa aos alunos no caso quando tem aulas extras nos fins de semana;*
- ACB *Eles propiciam, mas tem uns professores que ainda se preocupam mesmo com o aluno, mas tem outros que não;*
- ACC *Ele não tem dificuldades pra se relacionar;*
- ACD *Para estarem nas aulas sim porque com esse trabalho a gente está fazendo,*

*inclusão, nós conseguimos locomovê-los, alcançá-los, mas assim na hora da aprendizagem eu acho que tem ainda um problema porque um deficiente visual ele precisa de que o professor passe um livro, eles perdem assunto por não terem um livro acessível, um livro em braile;*

*ACE Seria hipocrisia da minha parte dizer que tem, na verdade não.*

Os entrevistados relataram que a inclusão é uma utopia, de acordo com nas falas acima. Necessário se faz a preparação para receber os alunos com deficiência, antecipadamente. O planejamento da disciplina e os recursos metodológicos devem ser utilizados para facilitar a qualidade do processo ensino-aprendizagem dos discentes com deficiência, como também facilitar a vida do acompanhante que lida com a deficiência visual e surdez. Essa preocupação não é por acaso; ela é de extrema importância em face da necessidade da acessibilidade nos seus diferentes tipos.

O que a UFS favorece aos discentes para desenvolver o processo de inclusão?

*ACA Os concursados que são da área de libras, intérprete de sinais, eles fornecem a bolsa para os alunos e acompanhantes e também a gente percebe um avanço, na estrutura o piso tátil que não está no lugar certo, mas tem;*

*ACB Se os alunos com deficiência precisar de um acompanhante, algum auxílio sempre tem uma pessoa para ajudar não é que a pessoa que está lá seja tão capacitada, mas que pode sim ajudar;*

*ACC Sim, aos acompanhantes, têm acompanhamento psicológico, na biblioteca também tem uma sala para pessoa que tenha deficiência visual que eles convertem os textos em braille;*

*ACD Sim, mas não atende a toda universidade, tem na biblioteca a impressora que converte em braille, tem os intérpretes aqui é tem coisas que não chegam a atingir que é falho.*

*ACE Merece certo respeito. Está de parabéns porque, apesar de todas as dificuldades de materiais de suporte físico, eles estão acontecendo.*

São propiciados aos discentes, acompanhantes, interpretes de libras, a transcrição do material das aulas para o braile, materiais de suporte físico, entre outros. Além do DAIN, existe o INCLUIR, que é uma sala de suporte às pesquisas e digitação de trabalhos aos alunos com deficiência em que os acompanhantes (monitores, bolsistas) na UFS auxiliam nesse processo. Além de possibilitar o acesso à internet, baixa livros e transcreve os textos para letras maiores.

Existe algum setor na UFS que organize os acompanhantes no favorecimento do processo de inclusão?

- ACA *É o DAIN no caso;*  
ACB *Sim o DAIN ele faz essa organização da inclusão e seleciona também os acompanhantes dos deficientes;*  
ACC *o DAIN;*  
ACD *Sim, o DAIN auxilia e monta os horários dos acompanhamentos;*  
ACE *o DAIN aloca de acordo com a disponibilidade.*

Todos responderam que é o DAIN o setor que dá suporte em caso de algum problema ou necessidade de atendimento aos alunos com deficiência. Proporciona também formação dos acompanhantes através de palestras. Ao professor também é dado suporte quando ele busca.

Quais as sugestões que gostaria de colocar sobre o processo de inclusão na UFS?

- ACA *Rever toda essa questão do piso tátil e da rever a estrutura física;  
Os professores devem mudar um pouco a metodologia, não completamente, mas um pouco;  
Deixar mais visual a aula e essa questão não precisa mudar tudo, mas tentar deixar mais claro;*
- ACB *O acompanhamento mais profundo dos professores, que acho que ainda falta.  
Deve haver um treinamento desses profissionais pra lidar com essas pessoas por que se você não é treinado você não sabe, você nunca lidou com aquilo;  
Curso de capacitação para o professor;*
- ACC *Pisos táteis, uns são desnecessários porque às vezes eles acabam meio que tropeçando e limitando a independência;*
- ACD *Criarem uma aula preparada para a deficiência do discente;  
O piso tátil para a universidade toda, construção de rampas;  
O principal seria esse do professor estar mais atento aos alunos com deficiência.*
- ACE *Programas DOXVOX; SIGAA. Autonomia para o aluno fazer sua matrícula sozinho sem a necessidade de outro, baixar arquivos, entre outros.*

As sugestões colocadas são pontuais e importantes na perspectiva daqueles que acompanham as necessidades dos alunos no dia a dia. Ao final da seção faremos uma síntese das sugestões elencadas por todos os entrevistados.

## 5.2 DOCENTES

Todas as entrevistas com os docentes ocorreram em data previamente agendada, com a devida gravação e posterior transcrição. Foram nomeados com as duas primeiras letras “docente” (DO), seguindo a ordem alfabética das entrevistas realizadas. Sobre qual o tipo de deficiência tem o discente a quem você lecionou? As respostas foram:

DOF surdos;

DOG surdos;

DOH deficiente auditivo;

DOI Hemiplegia, baixa visão, surdos, cegos, deficiência física e paralisia cerebral;

DOJ Surdo, deficientes físicos entre outros.

Encontramos nas respostas as diferentes deficiências inclusas no CECH e, portanto, no ensino superior da UFS. No ano de 2016 um aluno com deficiência intelectual ingressou na UFS, necessitando dessa instituição preparação no atendimento a ele, aos docentes e aos recursos pedagógicos para propiciarem a sua permanência.

A segunda pergunta foi: Como concebe a sua atividade docente, no processo de inclusão de discentes com deficiência na CECH\UFS?

*DOF Vejo de forma natural pra mim. Não tenho problemas com isso em ter aluno surdo incluso se não tiver intérprete não tem problema também, dou aula;*

*DOG Entendo que a inclusão da maneira que ela está sendo posta ela ainda é uma inclusão às avessas. Não tem na universidade um contexto que faça com que possa dizer realmente que existe a inclusão. Acho que existe **uma tentativa de incluir esses alunos**;*

*DOH Como professora de inclusão, antes mesmo de entrar na universidade, porque eu fui uma aluna excluída, eu usei a minha exclusão pra me tornar uma pessoa inclusiva, uma pessoa melhor, uma pessoa mais direcionada. Eu exercitava a inclusão na minha sala de aula desde a primeira vez que entrei na sala pra ensinar como professora no início dos anos 80, a partir de então, **comecei a ensinar a pessoas adultas e já tinha essa postura de inclusão**;*

*DOI Infelizmente, o que percebo é que os alunos conseguem adentrar na UFS, mas, **falta um trabalho mais direto que possa ajudar nessa relação entre os professores e os alunos deficientes**. Eu fiquei sabendo no momento que a aula começava no início do semestre e que eles tinham essa deficiência, então é o que eu vejo assim, a gente, eu particularmente procuro assim que eu fico informada da deficiência encontrar formas na mediação para que os alunos tenham uma efetiva participação em sala de aula. Não só participação em*

*trabalhos em grupos mas que eles possam é apresentar os trabalhos, realizar as provas e já me aconteceu tanto com o aluno cego que eu tive que era aluno de geografia como a minha aluna de baixa, eles disserem que era a primeira professora que eles tinham contato, que tinha se preocupado em fazer alguma mediação em relação, **por exemplo a entregar o texto para que ele fosse com antecedência impresso em letra maior, fazer a prova com tipo de fonte maior e no caso do cego entregar o material para ele em braile, pois o aluno** estava fazendo já o quinto período de geografia e ele não tinha tido essa possibilidade ainda de receber o material em braile com antecedência e nem apresentar seminário;*

*DOJ Como agente de mudanças, facilitador da aprendizagem, para que esse aluno seja **capaz de mostrar suas potencialidades**; Como também mudanças de atitude, no próprio aluno deficiente (autoestima) (grifo nosso)*

É necessário compreender o avanço na educação fundamental e no ensino médio a transversalidade da educação e as Políticas de Ações Afirmativas-PAF, que começaram com a igualdade de oportunidade para as minorias. É claro as pessoas com deficiência também conquistaram espaço no ensino superior, essa conquista foi e é processual ocorre de forma lenta e deve ser planejada e não acontecer por exigência legal.

Destacamos algumas frases importantes na compreensão do contexto geral e ao mesmo tempo as ideias desses professores. As respostas colocam a inclusão como descrita às avessas na instituição; apresentam a ideia de que os alunos com deficiência estão no Ensino Superior por questão legal, não pelas suas potencialidades e qualidades pedagógicas. As ações desenvolvidas pela UFS na perspectiva da inclusão são pontuais, levando em conta os avanços em outras unidades da federação.

A experiência com a educação de jovens e adultos como uma postura de inclusão, as necessidades dos alunos com deficiência poderem exercer sua potencialidade. A acessibilidade metodológica na confecção de materiais impressos possibilita o acesso com conforto ao aluno.

A qualidade pedagógica deve ser vista como um ato não ingênuo determina a postura do docente no seu fazer pedagógico:

Evidentemente, poderíamos afirmar que uma escola com “qualidade pedagógica” daria conta de qualquer demanda, mas aí estaríamos adentrando o campo do ideal e do utópico. Meu posicionamento é contra posturas que me parecem ingênuas e um tanto reducionistas, quando alguns autores afirmam que a escola para todos é a escola que não realiza qualquer distinção entre crianças. Beyer, (2013, p.62),

Esse aspecto levantado pelo autor é real na medida em que realizamos juízo de valores em cada escola, nos alunos que são de classes econômicas menos abastadas e os deficientes terão condições de acompanhar o ensino, valoramos sem refletir sobre esse ato.

A terceira pergunta foi: Como percebe as possibilidades de cada aluno com deficiência incluso no CECH\UFS?

*DOF Em relação ao aluno surdo depois que ele já está dentro no ensino superior principalmente no curso letras libras não vejo maiores dificuldades. Vejo uma dificuldade em relação ao uso de duas línguas no processo de ensino e aí a língua de sinais pra comunicação e ensino e a língua escrita também pra ensino porque na medida que a gente usa ela na forma escrita.*

*DOG Não posso desacreditar que o aluno é capaz, mas em relação ao aluno surdo eu percebo que é um déficit muito grande em termos de aprendizagem principalmente pela não aquisição da língua portuguesa então o que eu percebo é que as possibilidades de **aprendizagem são mínimas**;*

*DOH Essas possibilidades eles mesmos é quem dizem a gente conversa muito e procura saber se tem algum aluno que tenha dificuldade de compreensão que tipo de dificuldade é essa e cada um fala sobre si e sobre sua inclusão própria e sua exclusão a partir daí **eu vou pegando elemento que esses alunos dizem**;*

*DOI Eles querem muito participar e desenvolver as atividades. Há uma parceria e uma cumplicidade com os colegas, mas eu acho que **institucionalmente falando faltam ações ainda pra que esse processo de inclusão possa ser ativado**. É então do ponto de vista pedagógico eu sinto por exemplo no meu caso são disciplinas que usam muitos textos né?*

*DOJ Como possibilidades e desempenho iguais aos demais alunos, desde que o professor tenha apoio e estratégias educacionais adicionais, a presença de interpretes de sinais para facilitar o processo de ensino-aprendizagem. (Grifo nosso)*

As respostas referem-se às dificuldades dos alunos. As citadas foram dificuldades de interpretação de texto, de Português; é grande o déficit de aprendizagem, que pode ocasionar dificuldade de aproveitamento. Os próprios alunos, segundo uma das entrevistadas, sabem quais são as suas dificuldades, isso por falta de ações inclusivas em caráter institucionalmente na UFS. Outra resposta coloca esse problema como um processo normal entre os alunos com e sem deficiência.

Sempre temos em mente as dificuldades dos alunos com deficiência, mas poucas vezes lembramos, as suas potencialidades em face das grandes dificuldades que ao ver, sem

conhecimento anterior, possam ser rompidas e darem lugar à pessoa. A escola que é inclusiva, passa por um grande desafio.

A ideia de uma escola aberta, inclusiva, com capacidade para atender alunos com situações diferenciadas (o que, evidentemente, sempre aconteceu, ou seja, não há como pressupor um grupo de alunos com situações psicossociais iguais), é altamente desafiante. Tal desafio implica a ação de sujeitos que se encontram conectados, os quais não podem prescindir de sua responsabilidade para que essa escola inclusiva se torne possível. Beyer, (2013, p.62)

Este é nosso grande desafio: atender a todos de forma igualitária. É possível. Acreditamos que sim, na nossa sala de aula, com nosso comprometimento profissional.

Interrogamos: Qual a dificuldade que encontra na sala de aula para garantir a aprendizagem do discente com deficiência?

*DOF O aprendizado na língua portuguesa acarreta dificuldades na sala de aula;*

*DOG Acaba sendo o português na interpretação do texto;*

*DOH A gente até usa a criatividade. A dificuldade é na própria formação hoje em dia do sujeito, há falta de recurso, há dificuldade na própria formação do sujeito porque os alunos são tão despreparados pra leituras. Eles é que criam as próprias dificuldades deles mesmos para aprender;*

*DOI Acho que a primeira coisa é a questão da educação. Se pudesse ter a informação antecipada antes do semestre começar sobre a presença desses alunos ajudaria a preparar um material mais adequado. Outra questão é a falta de um acompanhante que faça mais do que o trabalho de acompanhar que possa servir como um apoio pedagógico que possa ajudar na mediação.*

*DOJ Nenhuma.*

As respostas reforçam as dificuldades dos alunos com surdez na Língua Portuguesa e na Interpretação de texto e a necessidade de cursos a esses alunos no Ensino Superior para minimizar esse déficit. Outra questão colocada por uma das entrevistadas foi a informação antecipada de que terá aluno com deficiência em sua disciplina com tempo para refazer o planejamento. Como também encontramos uma professora que não tem dificuldade no dia a dia da sala de aula.

A seguir, perguntamos: Na sua formação (inicial ou continuada) fez algum curso na área de inclusão de pessoas com deficiência? Em caso positivo, em que contexto ocorreu essa

formação? Que temáticas foram abordadas? Em caso negativo, você gostaria de receber alguma formação específica?

*DOF* Curso de pedagogia, a pós-graduação especialização em educação inclusiva e uma outra especialização em educação especial e libras, e mestrado em educação.

*DOG* Curso de pedagogia, doutorado e mestrado em educação especial; Cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, na área de libras e de deficiência intelectual;

*DOH* Desde 1990 que eu faço curso nessa área em todas as áreas de deficiência ate hoje eu não parei de fazer curso. É agora mesmo fiz um curso arte e saúde pensando na questão da deficiência. Graduação em Pedagogia, Libras e mestrado em educação;

*DOI* Graduação em pedagogia em 1989 estava começando a ser abordada, eu fui participar de um evento bilíngue na cidade de Porto Alegre. Foi o primeiro contato que eu tive, onde tinha alunos de graduação de várias licenciaturas e alunos surdos que faziam graduação. Esse evento tinha a tradução em libras e a participação desses alunos surdos e houve um debate muito grande. Sempre procurei ler bastante sobre essa questão porque eu aposto acredito na inclusão; acho importantíssimo o fato de a gente ter a garantia de ter hoje estudantes com deficiência dentro da UFS que a gente não tinha 20 anos atrás e penso que a gente precisa melhorar do ponto de vista físico a questão da acessibilidade. Mestrado e Doutorado em educação;

*DOJ* Psicologia, especialização em educação especial.

As entrevistadas têm formação em licenciaturas como pedagogia e psicologia, com especialização em Educação Especial, mestrado e doutorado em Educação e em educação especial. Têm experiência na área da educação de surdo, intelectual e em História da Educação. Especificamente **DOI** teve oportunidade de conhecer Cuba e participar, em um papel relevante em Sergipe do Convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e o Governo Cubano com projeto autorizado pelo MEC, já mencionado anteriormente. Pelo que podemos observar, existe a necessidade de melhorar a acessibilidade arquitetônica e comunicacional.

Destaca-se a importância do pedagogo e da formação do professor no processo da educação inclusiva, neste sentido a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015 institui,

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de

educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar

Esses profissionais estarão à frente do processo de inclusão nas escolas e são fundamentais, como os demais profissionais da educação, em promover por lei as ações educacionais. Para Soares (2012, p.83), “a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino.”

O estudante com deficiência demonstra dificuldades na disciplina que você leciona? Em caso positivo, o que foi feito para sanar essas dificuldades? Quais as estratégias utilizadas?

*DOF Sim, falta de atenção, são facilmente dispersos;*

*DOG Sim, dificuldade de compreensão e interpretação de português do aluno surdo; Mesmo após mudar as estratégias de ensino;*

*DOH Sim, se começar você vai acabar acentuando a baixa autoestima que ele tenha ou acentuando a discriminação que ele já vem sofrendo. Ele se sente constrangido se colocar, mas quando é um contexto todo mundo vai embora. Veja, é uma situação de exclusão;*

*DOI Procurei conversar com os alunos e perguntar que tipo de dificuldade eles tinham, então assim no caso da aluna com baixa visão ela me explicou que a dificuldade dela era ler os textos com letra pequena, mas havia um setor na universidade que eu entregando os textos com antecedência poderia ampliar as leituras para apostilas e aí eu perguntei na primeira prova que ela foi fazer fiz com uma letra maior, então ela me disse que foi a primeira professora que faz isso comigo! Ela me disse que a partir da fonte 28 ela conseguiria ler melhor com mais autonomia, então eu comecei a produzir o material dela nesse sentido. No caso do aluno cego eu fui até o serviço da biblioteca solicitei que fosse feito a reprodução do material em braile e eu fui informada que só eu poderia buscar o material lá. Então, e isso, me causou um certo espanto porque eu disse “olhe eu vou deixar o material e vou pedir pro aluno vir pegar”. E disse não “a senhora tem que buscar”, e eu achei que isso criava mais dificuldade porque se o aluno pudesse pegar seria mais fácil, mas enfim eu fui lá peguei os textos encadernei os textos e entreguei pra ele encadernado. Ele também me disse que eu era a primeira professora que fazia isso! Em relação a ele é no caso dos alunos surdos é o que eu procurava fazer era fazer, bastante registro no quadro porque todos eles dominavam a língua portuguesa escreviam e liam então, eu tudo o que eu falava eu fazia sempre um esquema no quadro, anteriormente procurava falar de forma mais lenta e olhando pra eles.*

*DOJ Não!*

As respostas apontam a dificuldade em língua portuguesa, e os docentes que mudaram as metodologias de ensino para facilitar a aprendizagem dos alunos. O diálogo e a conversa com os alunos são o primeiro passo para a compreensão das dificuldades deles, bem como modificações nos materiais didáticos e na elaboração de textos com fonte aumentada para facilitar a leitura. Deficiência na comunicação entre os setores, departamentos, centros e dos professores e docentes demonstra os entraves burocráticos para melhorar a comunicação entre eles, bem como a ausência de problema.

É preciso reconhecer, a importância da subjetividade docente em benefício público, pois:

a importância da subjetividade dos professores e dos alunos no processo de produção do saber docente e discente. Nossa hipótese é a de que as recentes abordagens da epistemologia da prática – compreendendo o ensino como fenômeno complexo, o espaço escolar como uma totalidade e valorizando a pesquisa, em colaboração entre pesquisadores da universidade e professores nas escolas, no movimento de reflexão crítica e coletiva das práticas – estariam apontando para possível superação de uma perspectiva individual em prol de uma perspectiva pública (de compromisso social) das práticas escolares. Pimenta & Anastasiou, (2014, p. 50)

Todos têm dificuldades, quer sejam educacionais, pedagógicas, de relacionamento, matemático, memória, linguístico ou outras dificuldades relacionadas à nossa saúde. Cabe compreender, no nosso compromisso docente, o fazer diário das nossas atividades.

Houve mudanças no seu planejamento, na metodologia, na elaboração de recursos didáticos, no processo avaliativo ou no tempo disponibilizado para a realização da avaliação pelo discente com deficiência? Como avalia?

*DOF Se eu tivesse na minha sala alunos que os ouvintes soubessem assim libras ao ponto de dar aula toda em libras por conta dos surdos seria bom, mas não é assim;*

*DOG Na metodologia tento trabalhar questões mais lúdicas, mas com o visual também a questão dos ouvintes porque os alunos surdos e ouvintes, então eu particularmente não consegui, tendo um intérprete na sala de aula eu ainda não consegui estabelecer uma metodologia adequada específica pra trabalhar com a turma, elaboro avaliações que metade da turma não entende;*

*DOH Sempre mudo tudo e acompanho até o final o desenvolvimento do aluno; Mudo só depende da turma quando, eu vejo que a turma não está muito motivada, fazendo pesquisa, não traz coisa nova, não participa aí eu faço o tradicional pra eles! Aí eu faço prova, eu faço o tradicional;*

*DOI Sim, eu fiz mudanças no planejamento muitas vezes, uso vídeo em sala de aula e com essas turmas quando eu tive um aluno cego eu não usei eu indique-a para turma que poderia procurar os vídeos mas eu não usei vídeo na sala de aula. Na metodologia em termos da atividade em grupo ou individual eu mantive*

*algumas coisas em relação à elaboração de discursos didáticos. Então essa questão do aumento da fonte seja na prova, seja no material a impressão dos textos em braile e em relação à avaliação sempre procurei perguntar ao próprio discente qual era o tipo de avaliação que ele preferia fazer, inclusive com essa aluna de baixa visão eu perguntei para ela: “ você prefere fazer oral ou escrita”; (Grifo nosso)*

*DOJ Sim, avalio como importante porque temos a oportunidade de adequar esse planejamento às possibilidades de expressão do que o aluno aprendeu.*

É um ponto controverso quando os professores colocam que há mudanças de metodologia de ensino, de avaliação diferenciada e/ou tradicional. Utilização de recursos didáticos na perspectiva da inclusão, da utilização de recursos didáticos e perguntar ao aluno qual a forma de avaliação preferia. São questões importantes e inclusivas ao lidar com as pessoas com deficiência.

É avisado (a) que terá um aluno com deficiência, antes do início das aulas da disciplina?

*DOF No curso letras libras já sabemos que tem aluno surdo; as demais licenciaturas quando dou aula aí não sei;*

*DOG Em letras libras então a gente já sabe que vai ter aluno surdo; Na outra que é diversa, então não sei;*

*DOH Eu acho que ninguém é avisado. A gente já discutiu isso no geral da universidade, dos departamentos, os departamentos sabem, mas o professor diretamente não sabe;*

*DOI Nada, nenhum contato da universidade, nenhuma anotação em relação a isso nenhuma indicação sobre isso. Quando eu chegava na sala de aula que eu me deparei com a situação de aluno com deficiência;*

*DOJ Nos últimos dois anos letivos sim.*

Interessantes essas respostas! A grande maioria dos professores colocam que não são avisados. Somente uma professora de Psicologia diz que é avisada. É claro que os professores que estão no curso de Letras Libras sabem que terão alunos com deficiências. Conversei com a diretora do DAIN sobre essas informações e ela colocou que não tem acesso aos professores dos alunos com deficiência que estão em suas disciplinas. É enviado e-mail ao diretor do CECH com os nomes dos alunos e lista das disciplinas para repassar aos cursos do centro. O processo de comunicação entre os sistemas na UFS começou a mudar no ano de 2016.1. Essa comunicação

entre a instituição e os professores foi normatizada com a listagem dos alunos e disciplinas para os professores. Esta informação é importante tendo em vista o planejamento docente da disciplina com tempo hábil para uma adequação metodológica.

Em sua opinião, a UFS\CECH tem propiciado a inclusão de discentes com deficiência assim como a aprendizagem e conclusão do curso por esse aluno?

*DOF Quando o aluno com deficiência entra por exemplo, um surdo que é um problema de comunicação de informação de ouvir as informações porque a gente que é ouvinte por mais que não pegue um jornal para ler, por mais que eu não veja uma televisão, mas eu estou sempre ouvindo o que é que tão comentando pelo menos de boca nos corredores e o surdo nem isso ele não passa pelos corredores e vê o povo sinalizando as coisas.*

*DOG O ingresso na instituição, mas a inclusão em termos de condições pra que ele consiga sobreviver, e concluir, acho que a universidade tem tentado com uma contratação de interprete, pensar agora no curso de libras ser um departamento que já passou pelo colegiado e vai ser departamento.*

*DOH É complicado às vezes não propicia porque, veja bem a gente tem a questão da acessibilidade, essa acessibilidade que atende à legislação, mas não tem função, não é funcional. Então eu acho assim que as discussões que têm sido promovidas pelo CECH e pela universidade são discussões pertinentes. Por exemplo, agora teve um curso de libras mesmo, esse é o dia nacional da língua brasileira de sinais, teve esse seminário, isso é uma ação que o CECH e a universidade também são responsáveis porque ninguém faz nada sem as questões administrativas.*

*DOI Acho que falta uma ação mais efetiva do CECH, penso assim: O curso de libras tem sensibilizado muito o centro mesmo de uma forma geral. Está havendo um movimento nesse sentido mas acho que institucionalmente, no ponto de vista do material pedagógico, ainda falta bastante;*

*DOJ Sim.*

As dimensões da Universidade Federal de Sergipe são colocadas como limitantes no processo de inclusão, constatado pelas respostas dos professores referentes à acessibilidade, à legislação, às questões do ingresso. A continuidade e conclusão do curso devem ser repensadas, bem como um movimento na instituição de apoio pedagógico e cursos aos docentes.

O que já foi feito e o que poderá ser feito pela instituição para favorecer os docentes no sentido deles desenvolverem práticas pedagógicas para a inclusão?

*DOF De comunicação que acarreta na falta de informação, não tem elas sinalizadas. Tem até um projeto das professoras para sinalizar documentos básicos; Criar um site na plataforma da UFS com informações em libras;*

*DOG Acho que não fez nada ainda não, pelo menos que eu me lembre, para favorecer, eles fizeram capacitação na área de educação inclusiva e curso de libras. A instituição tem feito isso realmente na parte do setor de recursos humanos.*

*DOH Um trabalho com professores, acho que é a questão principal que é dar informações aos professores mesmo que seja informações diretas assim olhe seu aluno é surdo, precisa assim de intérpretes na sala, intérprete pra ele dar informações;*

*DOI Um projeto voltado para inclusão. É mas como eu disse, as barreiras físicas ainda são grandes, todas as didáticas têm elevador, somente funciona o da didática 4, tem vários laboratórios com computadores na UFS, mas são poucos os que têm o programa dosvox;*

*DOJ Observo que nos últimos anos isso vem acontecendo principalmente no que se refere as modificações no espaço físico da UFS, pisos, elevadores e interpretes de sinais.*

São muitas as necessidades descritas pelos docentes como: ter um centro de audiovisual para produção de vídeo em libras, ser incluído um link no portal da UFS para o curso de Letras Libras, bem como colocar sinalização de documentos diversos em Libras que propicie aos alunos com surdez conhecimento do que acontece na universidade, as barreiras físicas que limitam os alunos com diversas deficiências; disponibilização de mais programas de computador em laboratórios acessíveis a todos os alunos.

É significativo o questionamento frente ao processo inclusivo:

diante de uma encruzilhada, onde, ou retrocedemos e estagnamos, perpetuando práticas sociais e pedagógicas de segregação, ou aceitamos o desafio que tal projeto nos traz e procuramos, como educadores, rever nossas práticas, construir novas competências e aproximamo-nos de outros colegas que estão abertos ao projeto da educação inclusiva, e, assim, buscamos alterar gradualmente nossas práticas pedagógicas, no acolhimento do aluno com necessidades educacionais especiais nas escolas em geral. Beyer, (2013, p.124)

Esse desafio deve ser enfrentado no nosso dia a dia enquanto docente envolvido no processo de inclusão, não somente das pessoas com deficiência, mas também daqueles excluídos da sociedade, as minorias religiosas, culturais, sexuais e étnicas.

Ao perguntar se existe algum setor na UFS que oriente os docentes pedagogicamente, estes professores responderam:

*DOF Se tem eu desconheço. Eu sei de dois setores que eu não sei se o papel é esse, o DAIN que é novo e de ações inclusivas;*

*DOG Não, o setor que existe é para atender ao aluno, o DAIN, mas para os docentes não existe. Existem dois setores que orientem o aluno que é o DAIN e o INCLUIR. A proposta do incluir também seria pelo menos de início dar suporte aos professores, né, mas segundo informações, os professores também não procuram. Então deveria ter uma proposta de novamente, né, como já foi feito em algum momento seguindo informações, mostrar aos professores;*

*DOH Tem um setor que deveria orientar o docente pedagogicamente, que é o núcleo de inclusão na universidade, né, mas aí eu não sei como é que isso procede, sabe, as experiências que têm é que as questões das orientações passam pelos cursos de informação, mas não senta com o professor. Eu também não sei;*

*DOI Que eu saiba não existe setor eu nunca procurei, procurei ajuda nesse sentido da descrição em braile e encontrei ajuda conversando com os interpretes, com os acompanhantes e com os próprios não tive nenhuma orientação pedagógica institucional;*

*DOJ Não conheço.*

Há um desconhecimento sobre as funções dos dois setores, DAIN e INCLUIR. Sobre a existência de um setor que oriente, estes dizem que não conhecem. Essas ações, de orientar o professor, estão aglutinadas no DAIN. Relatam que não tiveram orientação pedagógica institucional e isso reflete a necessidade de serem capacitados.

A Universidade Brasileira foi criada no seu bojo para atender às elites deste país. Sua preocupação revestiu-se em formação da intelectualidade, não cabia naquele momento a atenção à pessoa com deficiência ou às minorias. Este fato, vem sendo implementado segundo Soares, (2012, p. 23). A formação do professor de Educação Especial no Brasil tem sido de preocupação dos governantes e gestores, bem como de estudos e pesquisas, desde, pelo menos, a década de 1950.

Essa política de formação de professores foi realmente desenvolvida a partir de 1994 (SOARES, 2012, p 32). No governo Fernando Henrique, a educação especial foi objeto de políticas específicas, com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial (Brasil, SEESP, 1994).

Nessa questão foi solicitadas aos depoentes sugestões para melhorar o processo de inclusão na UFS.

*DOF Em relação aos surdos tentar o máximo facilitar a informação pra eles; Disponibilizar informação para um surdo que a gente sabe que é em libras, não dá pra ter tudo em libras pelo menos inicialmente mas assim o que é básico sobre monitoria, sobre aproveitamentos de estudos, essas coisas que são do dia dia do aluno, uma tutoria como ele faz pra pedir uma equivalência, essas*

*informações básicas;*

*DOG Algumas universidades existem um NAP, que é um núcleo de atendimento pedagógico. Em algumas instituições de níveis superior existe exatamente para atender não só os docentes como os alunos;*

*Laboratórios de educação especial, com confecção de diferentes materiais em braile ;*

*DOH A primeira formação do professor que está atendendo de imediato à pessoa com deficiência ter esse controle; a segunda era deixar as coisas mais funcionais porque não adianta ter braile, essas pistas se não leva ninguém a nada nem a lugar nenhum;*

*DOI Um processo de sensibilização entre os docentes e os técnicos da UFS com técnicas que pudessem nos ajudar, claro que alguns se negam a participar é, eu já vive uma situação em que um grupo de surdos queria dar um sinal para uma professora como o nome dela e ela não aceitou, eu tenho meu sinal que foi dado por essa minha primeira aluna surda. Então eu acho que **precisa primeiro sensibilizar, mostrar que aquelas pessoas estão lá mostrar que essas pessoas podem participar seminários que aconteceram, que vêm acontecendo ao logo dos semestres.***

*DOJ Maior visibilidade do Projeto Político Pedagógico voltado para essas pessoas. Projetos dessa natureza ajudariam na eliminação de barreiras e preconceitos. **Para tanto é necessário convidar professores de áreas afins para discutirem questões de inclusão a cada início de semestre.** (Grifo nosso)*

As respostas dão ênfase ao processo de comunicação que deve existir entre os departamentos, setores administrativos, docentes, acompanhantes e discentes.

Uma sugestão bastante significativa é da criação do NAP-Núcleo de Apoio Pedagógico pela UFS, que seria o responsável pela articulação de ações e formações entre os docentes, com estruturação de ações voltadas aos professores, que estão atuando com alunos com deficiência ou aqueles que terão estes alunos. Esse núcleo daria apoio aos docentes para planejar suas atividades, possibilitando a participação de docentes com formação na área da educação da pessoa com deficiência para ministrar capacitações na UFS, versando sobre o processo de inclusão no Ensino Superior.

Acreditamos que falta à Universidade constituir um grupo de trabalho com docentes da área da educação especial e inclusiva com o objetivo de dirimir as dúvidas, das mais simples às mais complexas dos docentes de qualquer área e principalmente aos das áreas de exatas que lidam com experimentos e necessitam de orientações para desenvolver uma educação igualitária.

### 5.3. DISCENTES COM DEFICIÊNCIA

Como concebe a sua inclusão nas atividades do CECH\UFS?

- DCK Melhorou de uns dois anos para cá. Antes a gente não tinha monitores, eles têm o horário certinho para nos acompanhar;*
- DCL Na verdade, há muita dificuldade. Em relação a alguns professores não há aquela acessibilidade com os deficientes visuais. Em virtude de nunca terem trabalhado com uma pessoa com deficiência visual se assustam. Fui o primeiro a fazer o curso, então há aquele choque. Eles falam que no ato da inscrição para disciplina eles deveriam ser informados pelo departamento.*
- DCM Me sinto incluído nas atividades do CECH. Eu sei onde é o CECH, eu já tive perto, ele é o responsável pelo curso de libras, mas para eu ter ido lá e ter acesso não.*
- DCN Sim, eu me sinto incluído.*
- DCO Eu não vejo inclusão no centro. (Grifo nosso)*

As palavras grifadas dão a dimensão das dificuldades dos alunos com deficiência, frente aos docentes, quando têm alunos pela primeira vez sem preparação anterior aos processos pedagógicos e de acessibilidade às diferentes situações de deficiência.

As respostas versam sobre sentir-se incluído, o que melhorou justamente com o início das atividades do DAIN, ao sistematizar os processos inclusivos como os monitores e o apoio do Incluir.

O indivíduo se reconhece diferente, como um desvio.

O desvio é também produto de empreendimento no mais estreito e particular sentido. Depois que passou a existir, uma regra deve ser aplicada a pessoas particulares antes que a classe abstrata dos **outsides**<sup>12</sup> criada pela regra se veja povoada. Infratores devem ser descobertos, identificados, presos e condenados (ou notados como “diferentes” e estigmatizados por sua não-conformidade,...). Essa tarefa em geral é atribuição dos impositores profissionais, os quais, ao impor regras já existentes, criam desviantes particulares que a sociedade vê como outsiders. Para Becker (2009, p.167)

Essa compreensão de se sentirem diferentes é um dado importante, não é preciso dizer à pessoa com deficiência que ela é diferente; ela se sente diferente como outsider.

A acessibilidade na UFS possibilita sua participação efetiva e sua locomoção?

- DCK Não, no meu próprio departamento quando têm reuniões eu não posso subir aquela escada;*

<sup>12</sup> Outsides: para designar aquelas pessoas que são desviantes por outras, situando-se por isso fora do círculo dos membros “normais” do grupo. Outro conceito refere-se a um outro importante conjunto de problemas sociais: “Outsides”, do ponto de vista da pessoa rotulada de desviante, podem ser aquelas que fazem as regras de cuja violação ela foi considerada culpada. (BECKER, 2009, p. 27)

- DCL Não, a acessibilidade dentro da UFS se fala muito em acessibilidade mas, não é simplesmente uma rampa, um piso tátil, no primeiro período logo quando eu entrei aqui eu fui ver algumas placas em braile lá no departamento e tem placas lá informando sobre a didática que está em desacordo faltando letras, não tem uma informação completa de qual didática é aquela, então assim a acessibilidade em si hoje ela deixa a desejar, até mesmo porque não há uma manutenção dos pisos táteis dentro das didáticas. Algumas didáticas que os pisos estão soltos, dentro do departamento de geografia o piso está solto tá descolado e muita gente fala que tropeça se uma pessoa que enxerga tropeça, imagine uma pessoa cega. Eu não tenho essa autonomia;*
- DCM Mantém contato principalmente com cegos, aconselha, orienta explica e identifica para que ele possa entender e dá informações iniciais para que o cego tenha acesso, é uma forma de promover acessibilidade.*
- DCN Sim;*
- DCO Incômoda, incômoda muito porque a UFS é um ambiente muito aberto, além da extensão territorial fica longe entre cada setor, departamento.*

A acessibilidade é colocada como uma das maiores dificuldades no processo de inclusão na UFS. Os alunos com deficiência visual, surdos e com deficiência física requerem maior necessidade da acessibilidade em diferentes tipos. Os problemas de acessibilidade limitam os alunos no dia a dia, nas aulas, no deslocamento dentro do Campus de São Cristóvão, no acesso ao seu bloco departamental, distante entre os setores. Falta sinalização em braile e nas salas de aula, nos departamentos e nas didáticas.

O seu ingresso na UFS foi através do Enem ou outra prova escrita? Houve provas específicas e adaptadas a sua deficiência?

- DCK Foi o último vestibular tradicional, em dois mil e onze. Só precisei de adaptação para fazer a prova na sala no térreo usando a cadeira de rodas;*
- DCL Pelo ENEM. Tive prova em braile e solicitei um leitor, eu obtive tanto o leitor quanto a prova adaptada;*
- DCM Foi vestibular em 2014. Fiz essa prova que era em libras, mas a parte escrita semelhante ao pró-libras e prova em vídeo eu tive sim um entendimento e uma clareza muito grande e se eu tivesse algumas dúvidas era possível tirar como por exemplo no enunciado a leitura não conferia, mas quando eu olhava lá que interpretava no vídeo e tinha a clareza e aí entendi e consegui responder e passar;*

*DCN Foi o ENEM mesmo, prova igual só com um tempo a mais;*

*DCO Foi vestibular. A ampliação da prova foi grande demais, foi exorbitante, eu fazia a prova folheando*

O ingresso ocorreu de duas formas: o ENEM, com as adaptações necessárias a cada caso, e o vestibular tradicional ou o vestibular específico para o curso de Letras Libras. A criação das cotas na UFS tem propiciado a inclusão com a entrada de alunos de diferentes classes econômicas, com deficiência e de etnias diferentes. Esse é dado importante na igualdade de diferentes áreas, quer seja a educacional ou de concursos públicos e incentivos a empresas para contratar pessoas com deficiência.

Quanto à ida à biblioteca e ao restaurante, necessita de acompanhante?

*DCK Como é distante eu tenho cansaço nos braços, cansa muito, tenho que parar e não sei dar sequências longas na cadeira de roda;*

*DCL Eu não almoço aqui, almoço em casa, a biblioteca como a sala de aula eu tenho um acompanhante que é disponibilizado para minha ida durante as aulas. Quando desço do ônibus no terminal eu peço ajuda a outros estudantes que chegam para a aula.*

*DCM Eu visualizo e mantenho uma boa comunicação, vou ao restaurante acompanhado com outros surdos, lá nos sentamos à mesa, escolho minha comida, não precisa um acompanhamento específico para isso. Se acontecer algum problema no meu cartão na hora aí sim, vou precisar de um intérprete para que possa entender o que aconteceu.*

*DCN Não, só nas aulas mesmo. É por que eu me distraio muito, tenho um déficit de atenção muito grande, daí os monitores estão aqui para isso. Não, eu consigo me orientar e ir à biblioteca.*

*DCO Eu preciso de bolsista. Eu faço uso porque muitas vezes os professores preferem copiar no quadro, eu tenho a assistência do "DAIN", os bolsistas me ajudam bastante eles escrevem tudo que eu preciso tudo que é passado no quadro, se eu não enxergar eles escrevem.*

Os alunos colocam que os monitores os auxiliam no dia a dia da Universidade. Para irem à biblioteca ou acessarem o sistema de matrícula necessitam de apoio do monitor para fazê-lo. Outro coloca que dá apoio a outros colegas deficientes e mantém contato com eles e os orienta também. Uma aluna com deficiência física menciona as dificuldades de utilizar a cadeira de rodas, já que não consegue dar sequências largas na cadeira de rodas, e o esforço físico causa muito cansaço para ela.

Voltamos ao ponto crucial que se refere à acessibilidade em diferentes tipos, mas principalmente a da acessibilidade arquitetônica, visto que essa é um entrave ao ir e vir do indivíduo, quer seja aquele com deficiência ou aquele com mobilidade reduzida.

Você tem dificuldade nas aulas, nas leituras e nas pesquisas para o andamento do estudo das disciplinas?

*DCK Consigo agora. O que pega mesmo é a parte, às vezes pra entender, eu tenho um raciocínio muito lento;*

*DCL Utilizo o DAIN e o INCLUIR, para utilizar o computador e ter auxílio nas pesquisas do curso.*

*DCM Na questão linguística é muito difícil, há certa dificuldade, professores que não têm conhecimento aprofundado sobre os surdos para que haja uma troca, uma interação;*

*DCN Um pouco como todo mundo. Consigo fazer leituras e ir à biblioteca*

*DCO A questão da adaptação é contínua e aparece constantemente, todos os dias tem um livro ou um texto, além dos materiais, na questão do sistema, prefiro não utilizar porque realmente me incomoda bastante esse sistema de pesquisar na BICEN.*

As dificuldades enfrentadas pelos alunos durante as aulas referem-se aos textos e livros cujas letras são pequenas, a ida à biblioteca e na procura de livros, desconhecimento da língua de sinais, seus próprios problemas de atenção e raciocínio.

Esse obstáculo refere-se à acessibilidade comunicacional, para fazer as modificações necessárias à utilização de material impresso com fonte visível, a libras como comunicação necessária ao indivíduo surdo, a audiodescrição e o braile ao cego como recurso de apropriação do conhecimento produzido pela sociedade.

Percebe dificuldade do docente em conduzir seu planejamento, sua metodologia e na elaboração de recursos didático, no processo avaliativo ou no tempo disponibilizado para a realização da avaliação?

*DCK Eu acho que a maioria não adapta não. Alguns sim, outros não. A meu ver os deficientes estão aqui e está crescendo o número de pessoas com deficiência na UFS. Eles deveriam não deixar a gente só, sei lá soltos, deveria ter uma assistência maior, principalmente no ensino, deveria ter um apoio pedagógico.*

- DCL No primeiro período eu tive seríssimas dificuldades com um professor. Os demais não tive, eles disponibilizavam horário extra para me dar reforço às vezes. Eu não procuro tanto pois consigo assimilar bem alguns conteúdos, já outros não, os que eu não consigo assimilar bem eu já procuro eles. Precisaria o professor ter aquela visão do material em alto relevo, para eu poder tatear e ver o mapa em alto relevo, nem todo professor tem essa sensibilidade. Outro caso também o professor leva muitos slides e não deixa de usar os slides é muito complicado.*
- DCM Sim, quando tem alguma dificuldade alguns professores solicitam que algum intérprete se aproxime dele para que ele possa ajudá-lo de alguma forma com o significado.*
- DCN Não, pra ser sincero não percebi isso não.*
- DCO Vejo que eles estão ali pra dar aula, mas eles não estão querendo saber dos alunos, se eles têm alguma limitação, se eles têm alguma dificuldade e olha lá eu não falo de uma limitação de deficiência não eu falo de limitação até mesmo qualquer tipo de limitação.  
**Eles parecem querer ajudar, parecem, mas eu acho que desistem fácil ou eles têm pouca iniciativa ou mesmo aquela iniciativa é no instante naquele instante e pronto!**  
Não vejo nenhum planejamento modificado. Eu tive uma experiência com um aluno de libras que eu vi realmente a professora e ela tomou partido para aprender libras, **ela estava querendo mesmo aprender, você via no olhar dela!** (Gripo nosso )*

Dificuldade de modificação da sua metodologia e planejamento de aula foram elencadas pelos entrevistados. Os docentes dizem em querer modificar a aula para atender às limitações dos alunos com deficiência, mas essa modificação não ocorre. Outro professor foi estudar Libras para poder se comunicar com os alunos.

É importante ter clareza das imposições aos grupos sociais desviantes. Segundo Becker, (2009, p.30):

Aqueles grupos cuja posição lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras. Distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros.

A pessoa com deficiência é considerada como pessoa sem desejo, sem aspirações e sem perspectiva de futuro na vida.

Outro questionamento pertinente foi: Sente-se estigmatizado em algum momento na UFS?

- DCK* Eu me sinto, alguns professores são autoritários;
- DCL* Eu me sinto meio decepcionado, em virtude de alguns profissionais da área da educação, mas não de eu me sentir excluído;
- DCM* Bom, quando eu cheguei aqui em 2014, considerei aqui normal, existia inclusão, não me trataram com indiferença, o cego por exemplo eu mesmo cheguei a conduzir quando não tinha pessoa para guiá-lo. Tem o Incluir, eu guiei esse cego até Marcelo, disse que estava sozinho, então eu também me senti incluindo outras pessoas;
- DCN* É, tem um grupinho da minha sala mesmo que me acham estranho. Eu acho que eles não sabem que eu tenho nada não, mas eles me acham estranho não falam comigo direito. No início do curso falavam, depois cismaram de mim. Faz parte não é?!
- DCO* Me sinto totalmente fora daquele ambiente, quando também trazem o material que eu não consigo acompanhar e reduzida no mínimo, então eu realmente não vou conseguir ler aquilo ali e eu deixo ali. Dizem:

*“Podem falar comigo no final da aula”, mas é por se sentirem culpados, por não darem assistência e por peso na consciência, é **hino falar comigo no fim e perguntar: acompanhou a aula, como foi hoje.** Dessa forma deles ficam com a consciência limpa. (Gripo nosso )*

Forte a colocação acima, o professor com aluno deficiente presta no primeiro momento atenção ao aluno, mas o esquece durante a disciplina! Medo, dificuldade de lidar com o diferente, falta de tempo para planejamento, dificuldade na sua formação, estagnação! Só cabe a nós especular, mas fica claro a decepção do aluno em chegar no ensino superior e não ser amparado por uma rede de múltiplas acessibilidades que facilitariam a vida do mesmo.

Temos a percepção de que o indivíduo com deficiência era considerado o “anormal”, pois fugia da chamada “normalidade”. É necessário compreender por que a sociedade faz essa diferenciação. Para Canguilhem (1995, p.19), “a doença entra e sai do homem como por uma porta.” Ser uma pessoa com deficiência significa dizer que a doença é e está no indivíduo e que dele não sairá.

Os excluídos por algum estigma são considerados diferentes, vítimas de um mundo em constante transformação tecnológica, científica, bélica e de intenso crescimento populacional. Quando vemos pessoas com deficiência ou que têm alguma marca visível, e diferentes do considerado “normal”, temos uma visão do senso comum. Reconstruir essa visão não é fácil, sobretudo em uma sociedade que durante anos foi excludente e segregadora. Eliacheff & Larivière, 2012, p.16): “Vivemos em um mundo onde as desigualdades crescem ao mesmo tempo em que a nossa sociedade é a mais igualitária que jamais existiu.”

Em sua opinião, a UFS\CECH tem propiciado sua inclusão na aprendizagem e conclusão do curso?

*DCK Oferece, mas para mim é complicado porque tem que vim nos finais de semana, meu esposo ele é músico viaja para Maceió toda quinta e só volta domingo por isso também que eu vou tipo me arrastar pra mim formar porque como eu vou terminar essa UFS*

*DCL Acho que de certa forma não; Deveria haver uma maior interação troca de informações, por exemplo, na área de geografia tem eu, mas em outras disciplinas em outros cursos tem outros deficientes visuais e já passaram outros em Letras já passaram outros deficientes visuais está todo um contexto.*

*DCM Não tenho uma compreensão perfeita, mas de um modo particular vejo que funciona;*

*DCN Nunca percebi isso eles nunca mudaram a metodologia*

*DCO Desconheço o CECH; Minha história como aluno com necessidades especiais aqui na UFS ela foi mediada entre próprio DAIN.*

A inclusão na aprendizagem e na sua conclusão do curso foi descrito como não observado ou mediada pelo DAIN.

Para Soares (2012, p 35) há a necessidade de ajustar: “Ora, se a aprendizagem do conteúdo escolar por parte do aluno com deficiência é mais lenta e deve-se simplesmente adequar esse conteúdo ao seu ritmo de aprendizagem, como não esperar que a defasagem entre eles e os demais se acentue cada vez mais. ” Este é uma das grandes dificuldades que justificam a necessidade de nosso planejamento ser elaborado com a possibilidade de auxílio aos alunos em outro horário.

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação publicou, em 2008, o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”. Esse documento estabelece que a:

educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (MEC, SEESP, 2008).

Esse documento esclarece que todos os alunos precisam conviver com as diferenças em todos os níveis, inclusive no Ensino Superior.

Questionamos aos alunos o que foi feito e o que poderá ser feito pela instituição para favorecer no seu processo de inclusão?

- DCK Ter um apoio maior na questão do ensino para a gente e não ficar repetindo de ano.  
O esporte adaptado que é oferecido aqui pelo DEF-UFS tem me ajudado muito.*
- DCL O DAIN tem promovido esse processo de inclusão.  
A UFS propicia a oportunidade da pessoa com deficiência entrar na UFS, mas ela não garante a permanência;*
- DCM Facilitar a acessibilidade das pessoas que precisam ver algumas identificações, placas em braille, pintura que identifique uma rampa, sanitário quebrado, placas guias, e então é mais uma questão de atitude.*
- DCN Um estudo de caso de cada deficiente, de cada especificidade, isso quer dizer cursos para os professores, conscientização, um estudo para melhorar;*
- DCO É a questão dos projetores se eles colocassem em cima, utilizassem na plataforma que é pra ficar o projetor pra que se ampliasse para o quadro todo.*

Apresentam a carência de apoio para podem continuar estudando e a necessidade de assistência para não ficarem repetindo as disciplinas. Outro ponto que requer destaque é a instituição de programas que garantem a entrada dos alunos com deficiência na UFS, mas mesmo assim eles encontram dificuldade na permanência e conclusão dos estudos. Os cursos para os docentes sugeridos pelos alunos já se encontram em execução na UFS.

A universidade pública e gratuita é o local onde as camadas médias se realizarão como profissionais. Jales & Jales, (2008, p. 56) afirmam que: “*A universidade também produz bens, mas bens de outra natureza, bens simbólicos, que podem ou não ter aplicação imediata, mas que não deixam de ser importantes.*” Compreendemos que os discentes com deficiência, quando entram na Universidade aos poucos, impulsionam a quebra do paradigma e das barreiras atitudinais de incapacidade deles instalados nas sociedades.

Existe algum setor na UFS que oriente os discentes?

- DCK Existe o incluir e o DAIN;*
- DCL O DAIN que orienta os discentes;*
- DCM Não sei;*
- DCN Sinceramente, eu não sei.  
Minha mãe que foi em busca e encontrou o DAIN;*
- DCO O DAIN, se não existisse eu estaria perdido.*

Os alunos disseram que sabiam do DAIN e do Incluir. Apenas um deles diz desconhecer o setor que orienta os alunos. Chama a atenção o papel dos pais na busca pela inclusão e melhores condições no processo de inclusão e no dia a dia, bem como a importância desse setor para os processos inclusivos que estão em andamento, além das futuras iniciativas que serão desenvolvidas pela comunidade universitária em prol da inclusão.

Qual (ais) sugestão (ões) gostaria de colocar sobre o processo de inclusão na UFS?

- DCK Cursos para usar o computador e fazer as tarefas; melhorar a acessibilidade dentro da UFS facilitando a minha vida na cadeira de rodas;*
- DCL Melhorar a estrutura do DAIN; as condições de acessibilidade na UFS toda, nas didáticas, pisos táteis, placas em braille; orientar os professores e melhorar a interação entre professor e aluno com deficiência;*
- DCM Mais intérpretes de Libras; mostrar ao surdo a realidade para evitar que usem drogas;*
- DCN Trocar a forma de ensino para nós que temos especialidades; Materiais adaptados, metodologia diferenciada não é que você vá excluir porque tem gente que pensa que fazendo isso vai excluir, não, é você incluir realmente a partir de suas especificidades e cursos de conscientização para os docentes.*
- DCO Conscientização; não é uma questão de valorizar um certo grupo por ser deficiente, tem que ter esclarecimento maior sobre a gente.*

Essas sugestões expressam a preocupação dos alunos com deficiência hoje na UFS e com os alunos que vão entrar nessa IFS, esperando que tenham menos dificuldades, mais aceitação na comunidade universitária, contribuindo assim para a efetiva inclusão no ensino superior.

Urgem ações voltadas à acessibilidade devido às dificuldades reais enfrentadas no dia a dia das pessoas com deficiência no deslocamento dentro da instituição, as quais comprometem seu ir e vir.

#### 5.4 DISCENTES SEM DEFICIÊNCIA

Serão transcritas as entrevistas realizadas pelos discentes que estão em sala de aula com alunos com deficiência, é importante conhecer as dificuldades, percepções e conhecimento, estando com um colega deficiente na mesma disciplina.

Qual o tipo de deficiência tem o discente com quem você estudou?

- DIP Baixa visão, só enxerga 10%*
- DIQ Baixa visão, só enxerga 10%*
- DIR Deficiência auditiva;*
- DIT Paralisia infantil-cadeirante;*
- DIS Paralisia cerebral.*

Os alunos sabem os tipos de deficiência dos seus colegas. Este é um dado relevante na medida em que eles estão na sociedade e devem ser tratados da mesma forma que qualquer outra pessoa com suas limitações e potencialidades.

Como percebe o processo de Inclusão de discentes com deficiência no CECH/UFS?

*DIP* *Disposição de monitores para ele, alguns professores disponibilizavam arquivo com os materiais para ele salvar e estudar. As aulas com datashow, ele tinha dificuldade em copiar e o monitor ajudava.*

*DIQ* *Às vezes são incluídos, outras vezes não são;*

*DIR* *Antes de fazer a disciplina de Fundamentos da educação inclusiva, passava despercebido, aí comecei a ver outras deficiências. Participam de forma normal; claro que com as diferenças deles.*

*DIT* *Sempre tem, outros não, o tratamento foi igual, ele acompanhou a aula até melhor que nós;*

*DIS* *Na sala de aula normal, ela se sentia com baixa autoestima.*

O processo de inclusão, para alguns alunos, passava despercebidos; outros já haviam convivido na infância com colegas com deficiência e já aprenderam a conviver com a diversidade humana e suas diferenças.

A Universidade, celeiro do desenvolvimento intelectual, necessita rever suas funções na medida em que estabelece a inclusão das minorias e das pessoas com deficiência. Adequar-se, e reduzir barreiras é o maior desafio que a UFS necessita enfrentar e solucionar. É um processo de longo prazo. As dificuldades que os alunos com deficiência encontram na instituição são muitas, mas nos últimos dois anos vêm sendo implantadas resoluções e ações voltadas ao processo de inclusão.

Como percebe as possibilidades do aluno com deficiência incluso no CECH/UFS?

*DIP* *Deu um passo para a inclusão. Precisa melhorar;*

*DIQ* *Com textos, livros e leituras;*

*DIR* *Ele tem facilidade em conviver com os outros alunos, se comunica, tem as mesmas possibilidades por estarem na universidade.*

*DIT* *Normal, sem problema;*

*DIS* *Precisa de apoio para estudar.*

As possibilidades dos alunos inclusos na UFS são colocadas como a ocorrência de melhorias, mas ainda carece de ampliação de ações inclusivas na comunidade estudantil, docente e servidores, além de ações de infraestrutura na acessibilidade arquitetônica da Universidade Federal de Sergipe no campus de São Cristóvão, pois a estrutura física não propicia a autonomia do aluno com deficiência em locomover-se e resolver suas demandas acadêmicas. As Universidades precisam

aprofundar suas relações com a sociedade como um todo, superando o período em que esteve a serviço do Estado e das elites. Não podem ficar restritas ao

conhecimento voltado para o imediatismo do consumo e para a distribuição desigual de oportunidades, que acabam favorecendo os setores sociais historicamente privilegiados. Silva et all, (2013, p. 33)

Para isso é preciso união de toda a comunidade universitária em prol do processo inclusivo.

Com quais as dificuldades o seu colega com deficiência se depara na sala de aula para garantir a aprendizagem?

- DIP*      *Leitura de livros ou xerox; dificuldade em manipular no computador para normatizar um trabalho. A prova era com a monitora lendo e ele falando e a monitora escrevendo;*
- DIQ*      *A monitora escrevia para ele na prova e ele falava;*
- DIR*      *Não houve dificuldade, tinha intérprete de libras e facilitou a comunicação; Não senti dificuldade;*
- DIT*      *Acompanhava a turma e tudo que era solicitado;*
- DIS*      *A aluna abandonou a disciplina, ela é triste com baixa autoestima e dependência com os outros.*

Situa o importante papel dos monitores que auxiliam os alunos nas especificidades que eles têm como função, quer seja durante as aulas, auxiliando na mobilidade dentro da UFS, ou nas dificuldades pessoais dos alunos com deficiência em superar seus limites. As políticas implementadas através de diferentes resoluções na UFS tem como objetivo promover a inclusão de todos os alunos, são reconhecidamente importantes no processo inclusivo, as quais eram inexistentes anteriormente.

Qual o curso que você faz? Já fez cursos na área de pessoas com deficiência? Quais as temáticas foram abordadas?

- DIP*      *Educação física, fiz a disciplina educação física adaptação e inclusão, para saber preparar uma aula;*
- DIQ*      *Educação física, também fiz a disciplina educação física adaptação e inclusão. Colocou-nos para andar em cadeira de rodas na universidade;*
- DIR*      *Pedagogia. Não fiz nenhum curso na área. Hoje já gostaria de saber mais;*
- DIT*      *Letras Frances, sempre tive curiosidade fui criada com colegas deficientes;*
- DIS*      *Letras Frances, estou querendo começar a fazer cursos na área.*

Alguns estudantes já cursaram disciplinas cujo foco é a pessoa com deficiência na graduação. Foram apresentados aos tipos de deficiência, ao processo de inclusão e à necessidade de futuros profissionais com conhecimento na área.

As pessoas com deficiência perceberam que era preciso romper com a barreira atitudinal. Era preciso mostrar que as limitações das pessoas com deficiência ocorriam, sobretudo, pelo fato de que os ambientes físico e social não estavam preparados às suas necessidades. Então, era necessário haver mecanismos para adaptar a sociedade às pessoas, e não o contrário.

O estudante com deficiência encontra alguma dificuldade na disciplina em que estudou com ele? O que foi feito para sanar esse problema?

- DIP Dependência do monitor em alguns aspectos como fazer o estágio em dupla, montar seu portfólio e ele não sabe utilizar o computador, pois alguns programas não pegam o programa dos vox. Regras da ABNT;*
- DIQ Na aula prática, tinha dificuldade e um colega ajudava; textos que ele não enxergava;*
- DIR Não teve dificuldade! Ela nos ensinou;*
- DIT Conseguia acompanhar e fazia tudo junto com a turma, além de ser sempre risonho.*
- DIS Teve dificuldade e desistiu da disciplina, brigou com o professor e abandonou. Faltou conversa entre eles.*

As dificuldades dos alunos com deficiência nas disciplinas, na ótica dos estudantes, referem-se à utilização da ABNT, uso do computador pelo fato de o indivíduo ter visão subnormal, de transporte, de acessibilidade e até pela opção de abandonar o curso frente às diversas dificuldades.

Houve adaptação no planejamento, sua metodologia, na elaboração de recursos didáticos, no processo avaliativo ou no tempo disponibilizado para a realização da avaliação em relação ao aluno com deficiência na aula?

- DIP Algumas disciplinas sim, outras não! No primeiro semestre a professora disse que não mandava adaptar o texto para ele!*
- DIQ Não via diferença na metodologia da aula e nem no planejamento;*
- DIR Não lembro! O professor não fez modificação do planejamento e na prova ela fazia com o interprete de libras junto conosco;*
- DIT Nada de mudança, o professor não oferecia horário para ela;*
- DIS Sem problemas, fazia tudo com a turma.*

Os entrevistados relataram não terem percebido modificações nas aulas por conta da presença de um aluno com deficiência. Alguns participavam normalmente das aulas sem necessidade de adaptações, mas encontramos algumas dificuldades do docente em conhecer o

que a instituição oferece. As pessoas com deficiência, qualquer que seja têm potencialidades a serem desenvolvidas, respeitando suas limitações.

Em sua opinião, a UFS\CECH tem propiciado a inclusão durante as aulas e na aprendizagem do aluno com deficiência?

*DIP Não sei!*

*DIQ A monitoria que o acompanhava na UFS;*

*DIR A dificuldade auditiva e tinha intérprete de libras só! O suporte na aula era o intérprete;*

*DIT Não usava monitores, andava e fazia tudo sozinho com a turma;*

*DIS Monitores, sem apoio pedagógico. Psicoterapia ela precisava.*

Relatam não terem observado dificuldade no processo de inclusão dos alunos. Eles tinham monitores, intérpretes de libras, e estes auxílios minimizam as dificuldades do dia a dia na Universidade com suas novas demandas ao estudante que vem do ensino médio. É preciso ressaltar que o DAIN oferece suporte de psicoterapia aos alunos que necessitam desse atendimento.

O que foi feito e o que poderá ser feito pela IFS para favorecer o processo de inclusão do aluno com deficiência?

*DIP Responsabilidade dos monitores irem a aula, mas ele não avisava que não iria à aula. Acredito que nem tanto: fica a desejar;  
Uma forma do aluno com deficiência visual fazer sua matrícula! Às vezes ele me liga para eu fazer isso para ele;*

*DIQ Não favorece totalmente! Por falta de muitos professores terem ou não conhecimento, sei lá;*

*A UFS não está preparada na estrutura para recebê-los, deixa a desejar;*

*DIR Oportunidade de estar na UFS, incluído em uma instituição de ensino superior. Já funciona para eles.*

*DIT Tem muitos alunos que estão na UFS mas têm esquizofrenia, e é difícil lidar com eles, não sabemos lidar com eles;*

*DIS Os professores se preocupam com os alunos inteligentes e não com os que têm deficiência ou uma limitação intelectual! Os professores querem alunos preparados, não deficientes.*

Esses discentes colocam a responsabilidade dos monitores, bem como apontam a dificuldade do aluno cego em efetuar sua matrícula de forma independente, sempre necessitando de suporte nesse momento. Uma das respostas nos chamou a atenção: “*Oportunidade de estar na UFS, incluído.*” Essa colocação tem duas visões: a de conquista e a de que teve oportunizado pela lei seu ingresso no ensino superior. Mas não nos questionamos quando os alunos faziam o

vestibular sem as cotas e os estudantes com acesso a melhores escolas eram aprovados. Fazem uma advertência sobre os alunos com problemas mentais, como esquizofrenia e a dificuldade em lidar no dia a dia pela comunidade universitária.

10. Existe algum setor na UFS que organize a inclusão dos discentes com deficiência?

*DIP O Dain e o Incluir;*

*DIQ Incluir;*

*DIR Existe, mas não sei!*

*DIT O Dain e o Incluir;*

*DIS O Dain e o Incluir;*

Ficou claro que a maioria citou os setores que hoje, na UFS, têm contribuído com o processo de inclusão. Mas outro discente afirma que existe, mas não sabe qual. Esse conhecimento sobre a assistência dos alunos inclusos que é prestada pelo DAIN já rendeu discussões e precisa ser disseminado mais a toda universidade.

11. Qual (ais) sugestão (sões) gostaria de colocar sobre o processo de inclusão na UFS?

*DIP Melhorar o sistema de matrícula na UFS, possibilitando que o próprio faça sua matrícula. Cursos de capacitação continuada para docentes;*

*DIQ A estrutura física da UFS, oferecer recursos para todas as deficiências; cursos para os professores;*

*DIR Qualificação de profissionais voltados para a deficiência. Preparação profunda para que você saiba lidar com eles;*

*DIT Eliminar a barreira atitudinal, fazer a lei, mas instruir os alunos e professores, alunos que terão colegas com deficiência;*

*DIS Faz a implantação de cursos sem prévio planejamento.*

*Esperamos que os professores sejam mais acessíveis e menos arrogantes. Que orientem os alunos e o tratem com respeito e não com desprezo.*

As sugestões são pertinentes, pois apontam as dificuldades que os alunos com deficiência enfrentam na sua vida acadêmica na UFS, desde a necessidade de cursos de formação aos docentes, sensibilização, à comunidade acadêmica e “tratar com respeito e não desprezo”. Este é uma das sugestões mais importantes que foi colocada pelos alunos.

## SUGESTÕES DE TODOS OS ENTREVISTADOS

QUADRO. 28: Sugestões Acessibilidade Diversos Tipos

<b>ACESSIBILIDADE DIVERSOS TIPOS</b>
Desburocratização do sistema de informática utilizado pela UFS;
Disposição de computador com programas dosvox para favorecer o acesso à informação.
Acessibilidade do aluno com deficiência visual ao sistema com autonomia para sozinho realizar tarefas como matrícula, trancamento e baixar de arquivos postados pelo professor.
Adequação de acessibilidade nas entradas dos departamentos, salas de aula e centros da UFS.
Adequação de acessibilidade nas entradas da UFS, principalmente no acesso ao terminal de ônibus, com sinalização e semáforo para que os alunos com deficiência possam utilizá-los de forma autônoma.
Adequação de acessibilidade nos pisos táteis ao longo do campus da UFS
Sinalização sonora no terminal de ônibus para o Deficiente Visual, possa com autonomia e segurança utiliza-lo;
Manter uma quantidade de aparelhos eletrônicos para empréstimos para os alunos com deficiência mais carentes.
Regulamentar a entrada de cães-guia nas instalações da UFS.

Elaboração da pesquisadora

A acessibilidade é importante nos seus tipos na adaptação da sociedade às pessoas com deficiência, não o contrário. Precisam ser elaborados meios de atender às diferentes pessoas e não somente à pessoa com deficiência.

QUADRO. 29: Sugestões Acessibilidade Comunicativa

<b>ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA</b>
Intérprete de Libras em todos os níveis, ensino fundamental e médio, graduação e Pós-Graduação em todos os turnos.
Audiodescrição;
Materiais em Braille em eventos da graduação quando houver alunos com deficiência visual;
Ledor e escriba;
Centro de Comunicação para elaboração de vídeos (LIFE);
Informação sobre monitoria, bolsas em vídeo com Libras, em Braille e com audiodescrição.
Empréstimo de gravador ou outro aparelho similar aos deficientes visuais;

Elaboração da pesquisadora

Essas sugestões referem-se às dificuldades do cotidiano daquelas pessoas que fazem uso de outras formas de comunicação, ainda não conhecidas em larga escala, como possibilidades para visibilizar a comunicação entre as pessoas.

QUADRO. 30: Sugestões Acessibilidade Comunicativa

<b>ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA</b>
Cursos contínuos de formação de professores;
Criação do NAP-Núcleo de Atendimento Pedagógico;
Seminários e oficinas inclusivas para preparar os docentes por área temática;
Orientação pedagógica institucional;
Cartilha dos direitos das pessoas com deficiência em Braille;
Cartilha a todos os alunos sobre as pessoas com deficiência, seus direitos;
Informar antes do início do semestre a todos os professores que naquele período há aluno com deficiência;

Elaboração da pesquisadora

A questão pedagógica deve ser incentivada e efetivada pelos docentes e pela instituição como formação continuada em serviço. Isso significa que ambos têm responsabilidades e devem refletir e atuar sobre a prática e sua efetivação no alvo objetivo final, que é o aluno com deficiência ou o aluno diverso que também vem de uma escolarização deficitária e requer um pouco mais de atenção.

## PARA NÃO CONCLUIR

*Aprendo.  
Caminho na areia lisa,  
vou andando e vou mudando.  
Sigo as tuas pegadas  
mas o meu passo é diferente.  
Vou ao teu lado  
mas até quando caminharemos juntos?<sup>13</sup>*

Na tessitura da construção da pesquisa observamos que muitas mãos alinhavaram e alinhavam o processo de inclusão na Universidade Federal de Sergipe-UFS. Com o paradigma da diversidade humana na perspectiva inclusiva, as IES e IFS norteiam o seu caminho para atender à diversidade humana. Além de implantar políticas inclusivas impõem-se capacitar seu corpo docente, discente e de servidores, a proporcionar acessibilidade em todos os tipos para receber os alunos com deficiência, favorecer livre acesso à instituição nas adjacências e ao currículo.

Os nossos objetivos traçados foram: Identificar as percepções dos docentes a respeito da inclusão das pessoas com deficiência na UFS; Compreender o que há em comum e divergente na narrativa dos docentes, discentes, discentes com deficiência e os acompanhantes sobre o processo de inclusão no ensino superior; Identificar como as políticas acadêmicas da UFS abordam ou orientam as práticas pedagógicas para a inclusão. Com a matrícula do aluno com deficiência suas necessidades são elencadas como as de acompanhantes para auxiliar sua vida acadêmica, os professores começam a ser avisados antes do início do semestre letivo que terão alunos com deficiência e dessa forma se preparar, essa foi uma das questões pontuadas pelos docentes. As políticas acadêmicas institucionais têm promovido à acessibilidade educacional na UFS através de resoluções e acompanhantes aos alunos com deficiência; Os discentes sem deficiência relataram estar aprendendo com o convívio com os alunos com deficiência e levando esse aprendizado a vida profissional.

Uma dificuldade apontada por todos os entrevistados diz respeito à acessibilidade arquitetônica que promove ao indivíduo acesso a todos os ambientes, na UFS esse acesso encontra grande dificuldade com as pistas táteis soltas, incorretas ou em falta; Elevadores que não funcionam; Comunicação em braile incorreta nos prédios entre outras.

---

<sup>13</sup> David Rodrigues, *O Coador dos Dias*, 2012

A urdidura ocorre desde a fundação da faculdade de Medicina com o Professor Dr. Antonio Garcia Filho na inauguração em 1962 do Centro de Reabilitação Ninota Garcia, que funcionou como escola para surdos, cegos, deficientes intelectuais e motores e também oferecia cuidados médicos e fisioterapêuticos.

O Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH/UFS foi e continua sendo o precursor no processo inclusivo na UFS. Inicialmente o Departamento de Psicologia ao incluir disciplina com temática voltada para a pessoa com deficiência: Psicologia do excepcional. No entanto como disciplinas relacionadas à formação de professor, temos no Departamento de Educação as disciplinas: Fundamentos da Educação Inclusiva e Libras; e outras disciplinas que são implantadas em cada semestre letivo no DED. Portanto, o CECH/UFS foi o pioneiro na inclusão de disciplinas com a preocupação de formação de professores na perspectiva inclusiva. Outro fato relevante no CECH, é que o Departamento de Educação – DED é o primeiro em quantitativo de docentes doutores com 28, em segundo lugar o Departamento de Psicologia com 24 docentes doutores (UFS em números, 2016).

Verificamos que são incipientes na instituição ações na comunidade acadêmica para conhecer o processo de inclusão, bem como desmistificar a impossibilidade de os alunos com deficiência estarem no Ensino Superior. Buscamos discutir as leis, implicações sociais da inclusão na UFS, através das entrevistas realizadas pelos atores do processo. As dificuldades são obstáculos a serem vencidos não sozinho, mas sim no coletivo, com os mesmos critérios dos demais alunos, e dados às condições de acessibilidade e remoção de barreiras para sua efetivação, além de um toque de sensibilidade de se colocar no lugar do outro.

Estudos da educação da pessoa com deficiência no Ensino Superior em Sergipe ainda são incipientes. Com a identificação dessa falta optamos por trilhar este caminho, conhecer como ocorreu o processo de inclusão na UFS a implantação de disciplinas com proposta inclusiva, o Centro na UFS que deu início ou começou o processo, quais foram os primeiros docentes a desenvolverem a inclusão, quais ações voltadas ao processo de inclusão por essa IFS para proporcionar o ingresso, permanência e a conclusão da formação do discente com deficiência.

Nesse sentido, buscamos através do Estado da Arte, verificar as produções de dissertações e teses com temática que versam sobre a Educação Especial e Educação Inclusiva ou com temáticas correlatas.

Outro ponto relevante é a criação de disciplinas voltadas para o conhecimento da pessoa com deficiência, nos cursos de formação de professor na UFS, na década de 1990 em Sergipe, a

criação de grupos de pesquisas que fomentou o interesse de alunos na área, pesquisadores e professores, desenvolvendo pesquisas com temática que versa sobre a pessoa com deficiência na UFS, sob a orientação das Professoras Dras. Verônica dos Reis Mariano Souza, Rita de Cácia Santos Souza e Isa Regina Anjos, entre outras.

Ademais, é necessário destacar a contribuição das professoras Dra. Veronica dos Reis Mariano Souza e da professora Dra. Iara Campelo de Lima que, ao longo da história da UFS, vem ocupando cargos administrativos e tem ampliado a perspectiva inclusiva nos trâmites da UFS e atualmente foi eleita a vice-reitora dessa universidade. Bem como do Professor Dr. Nelson Dagoberto de Matos do Departamento de Educação Física com pesquisa importante na área.

Destacamos a contribuição da Educação Especial no período de 1995 a 1999 pelo Governador do Estado de Sergipe, Dr. Albano Franco, e do secretário de estado da educação, Luiz Antônio Barreto, os quais investiram no convênio entre o Governo de Sergipe-Brasil e Cuba, aprovada ao MEC. Contribuiu significativamente para o conhecimento da pessoa com deficiência, com o olhar nos conceitos vygotksyanos, sempre pautando a importância de se conhecer os atores e o chão da escola. Os professores cubanos que aqui estiveram capacitaram docentes do Estado e da UFS. Os docentes que participaram dos cursos e ampliaram sua formação estão na formação de professores hoje em diferentes faculdades e universidades de Sergipe.

Cabe destacar o Programa de Qualificação Docente, também promovido inicialmente pelo Governo Albano do Prado Franco, que promoveu a formação de professores em nível superior em cidades polos do interior do estado. Nesse momento foi modificado o currículo e incluídas disciplinas em diferentes cursos como: Fundamentos da Educação Inclusiva e Educação física adaptada.

A crescente participação de discentes com deficiência na Universidade Federal de Sergipe em diferentes áreas, participando do dia a dia da instituição, vai, ao longo do tempo, mudando a concepção vigente, da impossibilidade de profissionalização e formação para o trabalho, que se tinha deles e conhecendo suas potencialidades, seu processo de crescimento rumo à educação, à profissionalização, à participação em concursos e aprovação, e reconhecido na valorização profissional e pessoal do indivíduo.

Nosso proposito não foi de expor as dificuldades existentes na UFS, mas sim dizer que **“Eles estão aqui e continuarão chegando”!** Com isso é preciso nos preparar: Não se trata apenas de denunciar as mazelas existentes na UFS, mas sim de melhorar e contribuir com pesquisas que serão suscitadas e com nossa contribuição à sociedade sergipana. E com ações institucionais voltadas as dificuldades elencadas aqui pelos docentes, discentes com deficiência, discentes e os acompanhantes.

Espera-se que esta investigação contribua para o desvelamento da inclusão no Ensino Superior Sergipano, como realidade instalada, contribuição para a ampliada dessa política pública.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Juliana Nascimento de. **A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva:** desvelando os fios da trama. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2014

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules).** São Paulo: Robe, 1995.

AZAMBUJA, Guacira Segatto e Souza, Carmen Rosane e Pavão, Sílvia Maria de Oliveira. **Cultura de Educação Inclusiva:** a educação especial e os processos formativos de professores. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.20, n2, p.291-308, jun./dez. 2012

AZEVEDO, Maria Carolina Albuquerque de. **Políticas de Acesso para discentes com Deficiência Visual no Ensino Superior:** um estudo de caso. Mestrado em Educação UFPB; 2012

BARBOSA, Joaquim. **Votação do julgamento das Cotas Raciais** em 2012. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/04/stf-decide-por-unanimidade-pela-constitucionalidade-das-cotas- raciais.html>

BARBOSA, Josilene Souza Lima. **A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas.** Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2011.

BARDI, Tatiana Queiroz. **Acessibilidade no Meio Urbano:** um estudo de caso no Jardim Universitário em Maringá-PR. Mestrado em Engenharia Urbana; UEM; 2012

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BECKER, Howard S. **Outsiders:** estudos sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. 1ª. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2008.

BOBIO, Norberto, 1987. **O futuro da democracia em defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro. Paz e Terra .

BOGDAN, Robert e BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação**. Tradutores Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telma Mourinho Baptista. Editora Porto , 1994.

BOMFIM, Manoel **O progresso pela instrução**. In: BOMFIM, Manoel; LIMA, Sérvulo; XAVIER, Américo; MEDEIROS, Albuquerque. Discursos. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Profissional, 1904.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Tobooks, 2005.

BRASIL, 1999O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, **Acessibilidade**.

BRASIL, O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, amplia o **termo acessibilidade**.

BRASIL. Casa Civil. Decreto-lei no. 5296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n.10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que específica, e à Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.acesobrasil.org.br/index.php?itemid=43> Acesso em: 10 jun. 20.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência, **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. 60p.

BRASIL. MEC. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de educação especial na perspectiva inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. PORTARIA SEDH Nº 2.344, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2010 DOU 05.11.2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. São Paulo, Ed: Senac - São Paulo, 2007.

CARNEIRO, Cristina Rodrigues. **Análise da Acessibilidade Urbana em Manaus/AM: um olhar sobre a criação de espaços acessíveis para a pessoa com deficiência**. Mestrado em Psicologia UFAM; 2012

CARNEIRO, Moacyr Alves. **LDB fácil: Leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2010. 9. Ed. 176p.

CASTRO, Sabrina Fernandes de. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em Universidades Públicas Brasileiras**. Doutorado em Educação Especial; UFSCAR; 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Universidade**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 151-201.

CUNHA, Marleide dos Santos. **Ensino da Língua Portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Cortez. Niterói – Rio de Janeiro, 2009.

DECHCHI, Claudia; SILVA, Lazara Cristina e Colaboradores. **Inclusão escolar e educação especial: teoria e pratica na diversidade**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

FERRETE, Anne A.S.S; et al. **A inclusão escolar da pessoa com deficiência**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.226 p.

FERREIRA, Rose Maria Tavares Fagundes. **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino superior:um estudo de caso na Universidade Federal de Sergipe/** Rose Maria Tavares Fagundes Ferreira; orientadora Rosa Serradas Duarte. – Lisboa, 2015. 134 f.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.s

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Soraia, et al.,(org.) **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Santa Maria, Ed. UFSM, 2005. 277p.

GOMES, Nilma Lino (ORG.) **Tempos de lutas:** as ações afirmativas no contexto brasileiro. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

GUERREIRO, Elaine M. Bessa Rebello. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior:** estudo de caso da UFSCAR; Doutorado em Educação Especial; UFSCAR; 2011.

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

JALES, Carlos Alberto & JALES Otaviana Maroja. **Sociedade, educação e escola:** temas (in) controversos. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 1998.

JESUS, Denise Meyrelles. (org.).**Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação FACITEC, 2007.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** 5ª. Ed. Editora PERSPECTIVA S. A. São Paulo: SP, 1998.

LIMA, Iara Maria Campelo. **Tecendo saberes, dizeres, fazeres em formação Contínua de professores:** uma perspectiva de educação inclusiva. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. 232p.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história:** Pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2ª. Edição. 2015.

LUDKE, André & MARLI, E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, Menga. **A pesquisa qualitativa e o estudo da escola.** Cadernos de Pesquisa, n 49, p. 43-44, maio. 1984.

MALEANE, Susana Otília Tomas. **Tecnologias de Informação e Comunicação como meio de Inclusão e Exclusão Social em Moçambique:** o caso do Ensino Superior. Doutorado em Ciências da Informação; UNB; 2012.

MANTOAN, M.T.E. **Educação inclusiva-orientações pedagógicas.** In: Fávero et al. Atendimento Educacional Especializado: Aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília, SESP/SEED/MEC, 2007.

MATOS, Nelson Dagoberto de. **A Política de Educação Especial no Estado de Sergipe** (1979-2001). Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Jan.-Abr. 2007, v.13, n.1, p.77-94

MATTOS, Nelson Dagoberto de. **Cidadania, Deficiência e Política Educacional no Estado de Sergipe: 1979-2001**. Doutorado em Educação Especial. (Educação do Indivíduo Especial)- Universidade Federal de São Carlos. 2004. 300 f. Tese

MELO, Flávia Augusta Santos de. **Educação e acessibilidade**: um estudo sobre estudantes com deficiência em Universidade Pública do Estado de Sergipe. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2011

MELO, Isaac Samir Cortez de. **Um estudante cego no curso de licenciatura em música da UFRN**: questões de acessibilidade curricular e física. Mestrado em Educação; UFRN; 2011

MELO, Marcos Ribeiro de. **Educação Sexual de deficientes mentais**: experiência de professores do Ensino Fundamental em Aracaju. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2004.

MIRANDA, Theresinha G. A inclusão de pessoas com deficiência na Universidade. Apud. JESUS, Denise Meyrelles. (org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação FACITEC, 2007.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORIN Edgar; EMILIO,R.; CIURANA, R.D.( 2003, p 105).**Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana, tradução Sandra Trabucco. Cortez. Editora São Paulo- SP, 2003.

NASCIMENTO, Vera Creusa de Gusmão do. **As vozes de pessoas com deficiência sobre o processo de inclusão no ensino popular**. Mestrado em Educação; UFPB; 2011

NOGUEIRA, Fábio Luiz Benício Maia. **Políticas Institucionais e Ações Inclusivas nas Universidades**: análise das condições de acesso para discentes surdos. Mestrado em Administração de Empresas; UNIFOR; 2012

NUNES, Patrícia Matos Souza. **O processo educacional do cego em Aracaju (1950 - 1970)**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2013.

OLIVEIRA, Iadrelhe Souza de Oliveira. **As práticas de atendimento do centro de reabilitação Ninota Garcia: medicina e educação (1962-1996)**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2014

PEREIRA, Simone Lorena da Silva. **Mídias comunicacionais e educacionais na pedagogia surda**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2016.

PIMENTA, Selma Garrido & ANASTASIOU, Léa das G. Camargo. **Docência no ensino superior**. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PIOVESAN, Flavia. **Ações Afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos**. IN: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PRIORI, Ângelo & CANDELORO, Vanessa Domingos de Moraes. **A utopia de Manoel Bomfim**. Revista Espaço Acadêmico, nº 96, maio de 2009. [http://www.espacoacademico.com.br/096/96esp\\_priori.pdf](http://www.espacoacademico.com.br/096/96esp_priori.pdf). Acessado em 24/10/2015.

PROVIN, Priscila. **O Imperativo da Inclusão nas Universidades Comunitárias Gaúchas: Produzindo Atitudes de Inclusão**. Mestrado em Educação; UNISINOS; 2011.

RODRIGUES, David (org.). **Educação e Diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva**. Porto Editora: Lisboa Portugal, 2001.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

RODRIGUES, David. **Direitos Humanos e Inclusão**. Lisboa-Portugal, Profedições, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Alex Reis dos. **Comunicação e facebook:** a produção de conhecimento na mão do **aluno surdo**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2016

SANTOS, Antônio Carlos N. **Acessibilidade da pessoa com Deficiência Física:** o caso da Universidade Federal de Sergipe-Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos-São Cristóvão. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 7ª. Ed. 1995.

SANTOS, Carla Ulliane Nascimento. **Um olhar acerca do aluno diagnosticado com deficiência intelectual:** outros caminhos para o desvelamento do ser. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2016.

SANTOS, Jorge Henrique Vieira. **Polidez e inclusão:** o ‘ser’ e o ‘parecer’ no discurso de professores sobre a inclusão da pessoa com deficiência na escola; Orientadora Leilane Ramos da Silva”. Dissertação de mestrado. São Cristóvão, 2012. 127p.

SANTOS, Nadja Maria Coda dos. **Educação e Prouni:** Política de Inclusão Social na Perspectiva Transdisciplinar. Doutorado em Serviço Social; PUC/SP; 2011.

SANTOS, Yvonete Bazbuz da Silva. **As Políticas Públicas de Educação para a pessoa com deficiência:** a proposta dos Institutos Federais. Mestrado em Educação UFC; 2011

SASSAKI, R. **Conceito de Acessibilidade**. Disponível em: <[HTTP/WWW.bengalalegal.com/romeusassaky.php](http://www.bengalalegal.com/romeusassaky.php).> Acesso em 10 de set. 2015.

SASSAKI, R. **Conceito de Acessibilidade**. Disponível em: Acesso em 10 de jun. 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SEIXAS, Catharine Prata & SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Vivências do Processo de Inclusão na Universidade Federal de Sergipe**. I CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

E DIVERSIDADE, 2011. Anais do V Fórum Identidades e Alteridades GEPIADDE/UFS/ITABAIANA-Brasil.

SEIXAS, Catharine Prata. **O instituto nacional de educação de surdos e a formação de professores para surdos em Sergipe (1959-1961)**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2015.

SILVA, Fausto Joaquim Moreira da. **A era da pós-deficiência**. Aracaju: Criação, 2014.

SILVA, Patrícia de Sousa Nunes. **Antônio Garcia Filho (1941-1999)**, um intelectual engajado, 2012, Universidade Tiradentes. Dissertação de mestrado em Educação.

SILVA, Valéria Simplício da. **A implantação da língua brasileira de sinais como disciplina curricular obrigatória na Universidade Federal de Sergipe**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2015

SOARES, Maria Aparecida Leite et all.. **O professor e o aluno com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2012. - (Coleção educação & saúde; v. 5).

SOUTO, Paulo Heimar. **Saberes e práticas de docentes em história no interior sergipano**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

SOUZA, Alberto Dantas de. **O uso de tecnologia assistiva no acesso à Web por alunos com deficiência visual da UFS**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2014.

SOUZA, Rita Cácia Santos. **Educação especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX: cuidar e educar para civilizar**. Salvador: FE/UFBA, 2009. 197 p. Tese (Doutorado) –

SOUZA, Rita de Cácia Santos Souza. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2000

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Vivência de inclusão**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2000.

SOUZA, Verônica dos R. M. et al., **Acessibilidade na Universidade Federal de Sergipe**. In: FERRETE, Anne A.S.S; SOUZA, Verônica R.M; FERRETE, Rodrigo B. (ORG.). **A inclusão escolar da pessoa com deficiência**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.226p.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **A Educação dos Surdos no Século XIX**. Revista Tempos e Espaços em Educação, UFS, v. 1, p. 49-56 jul./dez. 2008a. p. 49-55.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **UFS em números: 2015-2016**. São Cristóvão: Editora UFS, 2016. 32p.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**, Jomtien, Tailândia, UNESCO, 1990.

UNESCO, **Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala, 1999.

VILELA, Cristiano das Neves. **Gênese da educação de surdos em Delmiro Gouveia**. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2016.

WEDDERBURN, Carlos M. **Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205p.

---

## **APÊNDICES**

---

## APÊNDICE A



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.**

Prezado/a,

Venho através deste, convidar-lhe para participar da pesquisa intitulada “**DOCÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DESVELAR A INCLUSÃO DOS INCLUÍDOS**”. Participando da pesquisa, você poderá conversar e refletir um pouco mais sobre as questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Assim, teremos alguns encontros para que possamos nos dedicar um pouco mais a essas questões.

Antes, é necessário esclarecer que este é um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que tem a preocupação de dirimir todas as dúvidas em relação a esta pesquisa, que é de responsabilidade da mestrandia em Educação, Cândida Luísa Pinto Cruz, sob a orientação da Profa. Dra. Rita de Cácia Santos Souza, sendo a pesquisadora vinculada ao Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS), São Cristóvão/SE.

Esta pesquisa objetiva conhecer a docência inclusiva no ensino superior, na graduação da UFS, campus São Cristóvão. Serão necessários, portanto, encontros para serem feitas entrevistas individuais com discentes e docentes dos turnos matutino e vespertino dessa IFS..

Os docentes e discentes envolvidos nesta pesquisa se comprometem em evitar qualquer tipo de desconforto que possa surgir em ocasião da entrevista ou de atividades do estudo, deixando bem claro que poderão optar em participar ou não das etapas da pesquisa, bem como se recusarem a responder a quaisquer questionamentos voltados à pesquisa, sem que isso gere qualquer tipo de desconforto ou constrangimento.

Apesar de toda pesquisa conferir certo grau de risco, assumimos a responsabilidade em minimizá-lo ao máximo. Caso ocorra, serão tomadas as providências necessárias a fim de saná-los. Nesse sentido, destacamos que os resultados da pesquisa compensam os riscos que eventualmente possam acontecer.

Para lhe garantir confidencialidade, todos os registros individuais serão identificados por códigos ou números, gerando a impossibilidade da revelação das identidades. Os registros feitos no trabalho citarão apenas o nome da instituição de ensino e a modalidade de Educação, sem, entretanto, descrever ou registrar as alunas e alunos que participarão da pesquisa. Assim, todas as

---

observações serão feitas pelo próprio pesquisador, visando a garantir o sigilo das informações prestadas.

Como a participação na pesquisa será voluntária, você não receberá nenhuma gratificação financeira para se envolver com as propostas do trabalho. Entretanto, caso venha a ocorrer alguma despesa provocada pela pesquisa, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Você também poderá retirar seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento. Além da sua contribuição para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico, esta pesquisa trará benefícios diretos ao pesquisado, no sentido de oferecer perspectiva de melhoria na sua atual condição, com o intuito de otimizar suas habilidades e competências na vida ativa e profissional.

Em qualquer etapa da pesquisa (antes, durante e depois), você poderá pedir esclarecimentos dos pesquisadores nos contatos que estão logo abaixo ou até entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, no endereço abaixo. O CEP é um órgão que avalia as pesquisas quanto aos cuidados dirigidos aos participantes para manter sua integridade e segurança.

Se você desejar participar da pesquisa, por favor, assine juntamente comigo este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias. Uma via ficará com você e a outra ficará com os pesquisadores durante um período de cinco anos.

Atenciosamente,

Cândida Luísa Pinto Cruz e Rita de Cácia Santos Souza.

### **CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, aceito espontaneamente o convite para participar da pesquisa intitulada “**DOCÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DESVELAR A INCLUSÃO DOS INCLUÍDOS**”, sob a responsabilidade de Cândida Luísa Pinto Cruz e sob a orientação da Profa. Dra. Rita de Cácia Santos Souza, da Universidade Federal de Sergipe (UFS – Campus de São Cristóvão). Eu fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos desta pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido e aos possíveis riscos envolvidos na minha participação. Os pesquisadores garantiram disponibilizar quaisquer esclarecimentos adicionais que eu venha a solicitar durante a realização da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique qualquer prejuízo à minha pessoa ou à minha família, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes a minha identificação, bem como de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício ou prejuízo econômico.

Assinatura da(o) participante / impressão dactiloscópica:

---

---

Data: \_\_\_\_|\_\_\_\_|\_\_\_\_

### **COMPROMISSO DO PESQUISADOR**

Eu discuti as questões acima apresentadas com cada participante do estudo. É minha intenção que cada indivíduo entenda os desconfortos, benefícios e obrigações relacionados a esta pesquisa.

São Cristóvão/SE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201.

---

Cândida Luísa Pinto Cruz

Mestranda em Educação pelo PPGED/UFS

**Para maiores informações, pode entrar em contato com:**

Cândida Luísa Pinto Cruz - [cruzclp@yahoo.com.br](mailto:cruzclp@yahoo.com.br) - (79)99982-0944

Rita de Cácia Santos Souza - [ritacssouza@yahoo.com.br](mailto:ritacssouza@yahoo.com.br) - (79) 98837-0073

Comitê de Ética em Pesquisa da UFS–CEP/UFS

Universidade Federal de Sergipe–UFS

**Hospital Universitário - Rua Cláudio Batista s/no. – Prédio do Centro de Pesquisas Biomédicas, Bairro Sanatório, CEP: 49060-100, Aracaju/SE. Fone: (79) 2105-1805**

Home page do CEP/UFS: <http://cep.ufs.br>

Endereços eletrônicos: [cephu@ufs.br](mailto:cephu@ufs.br)

---

## APÊNDICE B



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

## DECLARAÇÃO

Eu, Cândida Luísa Pinto Cruz, portadora do C.P.F. nº 315.103.455-15, responsável pelo Projeto de pesquisa intitulado “**DOCÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DESVELAR A INCLUSÃO DOS INCLUÍDOS**”, **DECLARO** que toda equipe de pesquisa se compromete a observar a **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**, que incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros; e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

Atenciosamente,

São Cristóvão/SE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

Cândida Luísa Pinto Cruz

Mestranda em Educação pelo PPGED/UFS

---

## APÊNDICE C



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

#### TERMO DE COMPROMISSO

Eu, **Rita de Cácia Santos Souza**, portador do C.P.F. nº 311.871.375-53, **DECLARO** estar ciente da importância do cumprimento da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que trata dos preceitos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, resguardando, dessa forma, a segurança e bem estar dos sujeitos recrutados para a pesquisa. Declaro também que os materiais e dados obtidos serão utilizados exclusivamente para os fins previstos no projeto intitulado “**DOCÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DESVELANDO A INCLUSÃO DOS INCLUÍDOS**”, a ser desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe.

Aracaju/SE, 06 de julho de 2015.

Rita de Cácia Santos Souza

Prof. Dra. da Universidade Federal de Sergipe

---

## APÊNDICE D



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE INFORMAÇÕES E CÓPIAS DE DOCUMENTOS PARA FINS DE PESQUISA

Cândida Luísa Pinto Cruz, portadora do R.G. nº 789.017-SSP/SE e C.P.F. nº 315.103.455-15, domiciliada à Rua Primeiro de Maio, no. 166, Bairro Dezoito do Forte, Aracaju/SE, C.E.P.: 49072-570, **DECLARA** estar ciente:

- a) De que os documentos aos quais solicitou acesso e/ou cópias são custodiados pela Universidade Federal de Sergipe, localizada em São Cristóvão/SE;
- b) Da obrigatoriedade de, por ocasião da divulgação, se autorizada, das mencionadas reproduções, mencionar sempre que os respectivos documentos em suas versões originais pertencem ao acervo da Universidade Federal de Sergipe, localizado em São Cristóvão/SE;
- c) De que as cópias dos documentos objetos deste termo não podem ser repassadas a terceiros;
- d) Das restrições a que se referem os art. 4 e 6 da Lei nº 8.159, de 08.01.1991 (Lei de Arquivos); da Lei nº 9610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais); dos art. 138 e 145 do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação; bem como da proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e à imagem de terceiros;
- e) De que a pessoa física ou jurídica, responsável pela utilização dos documentos, terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir da divulgação das informações contidas nos documentos, bem como do uso das cópias fornecidas, eximindo, conseqüentemente, de qualquer responsabilidade, da Universidade Federal de Sergipe, localizada em São Cristóvão/SE.

**DECLARA**, igualmente, que as informações e as cópias fornecidas serão utilizadas exclusivamente por Cândida Luísa Pinto Cruz para fins de pesquisa no âmbito do Projeto “**DOCÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DESVELAR**

---

**A INCLUSÃO DOS INCLUÍDOS**”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS).

São Cristóvão/SE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Cândida Luísa Pinto Cruz

Mestranda em Educação pelo PPGED/UFS

---

## APÊNDICE E



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED ROTEIRO DE ENTREVISTA AO ACOMPANHANTE

#### Questões:

1. Qual o tipo de deficiência tem o (s) discente(s) que você acompanha?
2. Como concebe a sua atividade de acompanhante, no processo de inclusão de discentes com deficiência na CECH/UFS?
3. Como percebe as possibilidades do aluno com deficiência incluso na CECH/UFS?
4. Qual(ais) dificuldade(s) o discente que você acompanha encontra na sala de aula para garantir a aprendizagem?
5. Qual sua formação (inicial ou continuada). Fez algum curso na área de inclusão de pessoas com deficiência? Em caso positivo, em que contexto ocorreu essa formação? Que temáticas foram abordadas? Você gostaria de receber alguma formação específica?
6. O estudante com deficiência encontra alguma dificuldade na disciplina que você o acompanha? Em caso positivo, o que foi feito para sanar essas dificuldades?
7. Houve adaptação no planejamento, na metodologia e na elaboração de recursos didáticos, pelo docente? É disponibilizado tempo a mais para a realização da avaliação pelo discente com deficiência?
8. Como ocorre o processo de acompanhamento do discente com deficiência na disciplina e na UFS?
  9. Em sua opinião, a UFS/CECH tem propiciado a inclusão de discentes com deficiência, proporcionando a aprendizagem e conclusão do curso pelo mesmo?
  10. O que a UFS favorece aos discentes para desenvolver o processo de inclusão?
  11. Existe algum setor na UFS que organize os acompanhantes no favorecimento do processo de inclusão?

12. Qual (ais) sugestão (ões) gostaria de dar/apresentar sobre o processo de inclusão na UFS?  
A entrevista será realizada pela pesquisadora, momento em que a ela esclarecerá quaisquer dúvidas ou sinais de não entendimento da pergunta, por parte do entrevistado, de forma que haja coerência nas respostas.

---

## APÊNDICE F



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED ROTEIRO DE ENTREVISTA AO DISCENTE COM DEFICIÊNCIA

#### Questões:

01. Como concebe a sua inclusão nas atividades do CECH/UFS?
02. A acessibilidade na UFS possibilita sua participação efetiva e sua locomoção?
03. O seu ingresso na UFS foi através do Enem ou POR outra prova escrita? Houve provas específicas e adaptadas a sua deficiência?
04. Durante as aulas, a ida à biblioteca, ao restaurante necessita de acompanhante?
05. Você tem dificuldade nas aulas, nas leituras e nas pesquisas para o andamento das disciplinas?
06. Percebe dificuldade do docente em conduzir seu planejamento e sua metodologia na elaboração de recursos didáticos, no processo avaliativo ou no tempo disponibilizado para a realização da avaliação?
07. Se sente estigmatizado em algum momento na UFS?
08. Em sua opinião, a UFS/CECH tem propiciado a sua inclusão na aprendizagem e conclusão do curso?
09. O que foi feito e o que poderá ser feito pela instituição para favorecer o seu processo de inclusão?
10. Existe algum setor na UFS que oriente os discentes?
11. Qual (ais) sugestão (ões) gostaria de apresentar sobre o processo de inclusão na UFS?

A entrevista será realizada pela pesquisadora, momento em que a ela esclarecerá quaisquer dúvidas ou sinais de não entendimento da pergunta, por parte do entrevistado, de forma que haja coerência nas respostas fornecidas.

---

## APÊNDICE G



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED ROTEIRO DE ENTREVISTA DOCENTE

#### Questões:

01. Qual o tipo de deficiência tem o(s) discente(s) a quem você leciona?
02. Como concebe a sua atividade docente, no processo de inclusão de discentes com deficiência na CECH/UFS?
03. Como percebe as possibilidades de cada aluno com deficiência incluso na CECH/UFS?
04. Qual dificuldade encontra na sala de aula para garantir a aprendizagem do discente com deficiência?
05. Na sua formação (inicial ou continuada) fez algum curso na área de inclusão de pessoas com deficiência? Em caso positivo, em que contexto ocorreu essa formação? Que temáticas foram abordadas? Você gostaria de receber alguma formação específica?
06. O estudante com deficiência demonstra dificuldades na disciplina que você leciona? Em caso positivo, o que foi feito para sanar essas dificuldades? Quais as estratégias utilizadas?
07. Houve mudanças no seu planejamento, na metodologia, na elaboração de recursos didático, no processo avaliativo ou no tempo disponibilizado para a realização da avaliação pelo discente com deficiência? Como avalia?
08. É avisado (a) que terá um aluno com deficiência, antes do início da disciplina?
09. Em sua opinião, a UFS/CECH tem propiciado a inclusão de discentes com deficiência proporcionando a aprendizagem e conclusão do curso por elas?
10. O que já foi feito e o que poderá ser feito pela IES para favorecer os docentes no sentido destes desenvolver em uma prática pedagógica para a inclusão?
11. Existe algum setor na UFS que oriente os docentes pedagogicamente?
12. Qual (ais) sugestão (ões) gostaria de colocar sobre o processo de inclusão na UFS?

A entrevista será realizada pela pesquisadora, momento em que ela dirimirá dúvidas ou sinais de não entendimento da pergunta por parte do entrevistado, de forma que haja coerência nas respostas fornecidas.

---

## APÊNDICE H



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED ROTEIRO DE ENTREVISTA DISCENTE

#### Questões:

01. Conviveu com colegas com deficiência no CECH/UFS?
02. A acessibilidade na UFS possibilita a participação efetiva dos alunos com deficiência?
03. O ingresso na UFS foi através do Enem ou por outro processo seletivo?
04. Durante as aulas percebe dificuldade do colega com deficiência na ida à biblioteca e ao restaurante?
05. Você percebe dificuldade dos alunos com deficiência nas aulas, nas leituras e nas pesquisas para o andamento das disciplinas?
06. Percebe dificuldade do docente em conduzir seu planejamento e sua metodologia na elaboração de recursos didáticos, no processo avaliativo ou no tempo disponibilizado para a realização da avaliação quando há alunos com deficiência na aula?
07. Percebe se o aluno com deficiência se sente estigmatizado em algum momento na UFS?
08. Em sua opinião, a UFS/CECH tem propiciado a inclusão durante a aprendizagem e conclusão do curso do aluno com deficiência?
09. O que foi feito e o que poderá ser feito pela instituição para favorecer o processo de inclusão?
10. Existe algum setor na UFS que oriente/acompanhe os discentes com deficiência?
11. Qual (ais) sugestão (ões) gostaria de apresentar sobre o processo de inclusão na UFS?

A entrevista será realizada pela pesquisadora, momento em que ela dirimirá quaisquer dúvidas ou sinais de não entendimento da pergunta, por parte do participante, de forma que haja coerência nas respostas dadas.

---

## APÊNDICE I



### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS DOCENTES QUE INICIARAM A INCLUSÃO NA UFS**

#### Questões

1. Como ocorreu a implantação de disciplinas relacionadas ao processo de inclusão na UFS?
2. Quais ações foram estabelecidas para efetivação da inclusão na UFS?
3. Quais as dificuldades enfrentadas nesse processo?
4. Atualmente, como percebe o processo de inclusão na UFS?

---

**ANEXOS**

---

**Anexo 01:**

Aceite institucional para realização da pesquisa na UFS.



Ministério da Educação  
Universidade Federal de Sergipe  
Av. Marechal Rondon S/N, Rosa Elze.  
CEP: 49100-000  
[www.ufs.br](http://www.ufs.br)

#### ACEITE INSTITUCIONAL

O Dr. Angelo Roberto Antonioli, Reitor da Universidade Federal de Sergipe, localizado em São Cristóvão/SE, está de acordo com a realização da pesquisa “**DOCÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DESVELAR A INCLUSÃO DOS INCLUÍDOS**”, de responsabilidade da pesquisadora Profa. Cândida Luísa Pinto Cruz, aluna de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS), realizada sob a orientação da Profa. Dra. Rita de Cácia Santos Souza, após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe.

O estudo envolve a realização de: a) Análise de documentos oficiais (documentos institucionais, e outras informações a serem consideradas); b) Entrevistas Semi estruturadas; e, c) Análise de Conteúdo. Os sujeitos da pesquisa serão os docentes com alunos deficientes inclusos em suas aulas e discentes com deficiência regularmente matriculados na UFS. A pesquisa terá a duração de 08 semanas/02 meses, com previsão de início em Novembro/2015 e término em dezembro/2015.

Eu, Dr. Angelo Roberto Antonioli, Reitor da Universidade Federal de Sergipe Universidade Federal de Sergipe, declaro conhecer a Graduação e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

São Cristóvão/SE, 06 de Agosto de 2015.

Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli  
Reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O CONHECIMENTO TRANSPÕE OBSTÁCULOS

---

**Anexo 02:**  
Aprovação pelo Comitê de Ética.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE  
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** DOCÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DESVELAR A INCLUSÃO DOS INCLUÍDOS

**Pesquisador:** Cândida Luísa Pinto Cruz

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 49747515.0.0000.5546

**Instituição Proponente:** FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.370.677

**Apresentação do Projeto:**

O Projeto é uma dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS), São Cristóvão/SE; e pretende estudar a docência inclusiva na graduação da UFS, em relação ao processo de aprendizagem dos alunos com deficiência na prática diária, na sala de aula, enfocando o papel da Universidade no atendimento às necessidades destes alunos.

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência na Universidade Federal de Sergipe- UFS, sob a ótica dos docentes, discentes e acompanhantes.

**Objetivo Secundário:**

- 1 Conhecer as praticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas no CECH- Centro de Educação e Ciências Humanas;
- 2 Identificar as percepções dos docentes a respeito da inclusão das pessoas com deficiência;
- 3 Compreender o que há em comum e divergente na narrativa dos docentes, discentes e acompanhantes sobre o processo de inclusão no ensino superior;
- 4 Conhecer o processo de inclusão dos alunos com deficiência na UFS;
- 5 Identificar como as políticas acadêmicas da UFS abordam ou orientam as práticas pedagógicas

**Endereço:** Rua Cláudio Batista s/nº

**Bairro:** Sanatório

**CEP:** 49.060-110

**UF:** SE

**Município:** ARACAJU

**Telefone:** (79)2105-1805

**E-mail:** cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE  
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.370.677

para a inclusão.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Nesta pesquisa existe o risco de constrangimento por ser abordado, e ter sua voz gravada e sua imagem filmada, a respeito de sua vida pessoal, acadêmica, e profissional; este risco é considerado mínimo, e será atenuado pela garantia do sigilo; e do direito a só responder questões que não lhe causem constrangimento. Também, a própria oferta do benefício, se constitui em fator de aceitação do risco, por um bem maior. Portanto, existem dois benefícios nesta pesquisa: o direto e o indireto. O direto é a oportunidade da discussão do tema de interesse próprio, tanto para os alunos como para os docentes; e o indireto é referente à contribuição que ambos darão para melhoria na qualidade do ensino inclusivo na UFS. Visto que a inclusão visa acesso a espaços, locais, e metodologias diferenciadas que proporcionem ao portador de deficiência o direito a estudar, progredir na vida, ter uma profissão, família, trabalho e ser um cidadão.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

É uma pesquisa relevante, de caráter exploratório, com estudo de caso, por meio de entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo, com abordagem fenomenológica que leva em consideração a subjetividade do pesquisado e pesquisador. Será realizada com 5 docentes, 5 discentes e 5 acompanhantes( monitor, tradutor e interprete de libras, leitor, transcritor de braille). Além das entrevistas, serão utilizados gravadores e filmadoras.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termos adequados.

**Recomendações:**

Não se aplicam.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não se aplicam.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_594564.pdf	08/12/2015 21:53:12		Aceito

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE  
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.370.677

Outros	termoresponsabilidade.docx	21/09/2015 19:01:49	Cândida Luísa Pinto Cruz	Aceito
Outros	termoautorizacao.docx	21/09/2015 19:00:26	Cândida Luísa Pinto Cruz	Aceito
Outros	Termoorientadora.pdf	21/09/2015 18:54:23	Cândida Luísa Pinto Cruz	Aceito
Outros	pesquisadora.docx	21/09/2015 18:52:16	Cândida Luísa Pinto Cruz	Aceito
Outros	COLETANA O INICIADA.docx	21/09/2015 18:47:35	Cândida Luísa Pinto Cruz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	21/09/2015 18:45:13	Cândida Luísa Pinto Cruz	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetoatual.docx	21/09/2015 18:36:33	Cândida Luísa Pinto Cruz	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AceiteInstitucional.pdf	21/09/2015 18:35:02	Cândida Luísa Pinto Cruz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CARTAPESQUISADORES.doc	21/09/2015 18:32:32	Cândida Luísa Pinto Cruz	Aceito
Folha de Rosto	frostopbrasilassinado.pdf	21/09/2015 18:30:08	Cândida Luísa Pinto Cruz	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

ARACAJU, 16 de Dezembro de 2015

Assinado por:  
Anita Hermínia Oliveira Souza  
(Coordenador)

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

**Anexo 03:**

**Autorização para efetuar a Pesquisa em tela no CECH-UFS**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGED/UFS)  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Ofício Circular SIN

Aracaju, 22 de dezembro de 2015

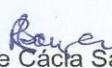
À Senhora Diretora do CECH,

Vimos através deste solicitar a Vossa Senhoria autorização para realizar a pesquisa: **"DOCÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DESVELAR A INCLUSÃO DOS INCLUÍDOS"**, tendo como lócus da pesquisa o CECH, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, com o CAAE: 49747515.0.0000.5546 e com Parecer consubstanciado do CEP sob o Número: 1.370.677.

O estudo envolve a realização de entrevistas Semi estruturadas com os docentes e discentes com deficiência inclusos na UFS. A pesquisa será realizada entre dezembro/2015 e março de 2016. Certos do deferimento do pedido, aguardamos a autorização.

Atenciosamente,

  
Cândida Luísa Pinto Cruz  
Mestranda em Educação  
(PPGED/UFS)

  
Dra. Rita de Cácia Santos Souza  
Orientadora da Pesquisa  
(PPGED/UFS)

À Profa. Dra. Iara Maria Campelo de Lima  
Diretora do Centro de Educação e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Sergipe (UFS).

*Recebido em 05.01.16*  
*funda*

## Anexo 04:

### Relatório quantitativo de alunos matriculados no Centro de Educação e Ciências Humanas- CECH–Por departamento, no período 2016-1.

22/06/2016 Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS**

EMITIDO EM 22/06/2016 15:26



Graduação

**RELATÓRIO QUANTITATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS POR CENTRO/DEPARTAMENTO**

**Ano/Período:** 2016.1

---

**Total de Registros: 13**

	<b>Quantidade de Alunos</b>
<b>CECH - CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS E DESIGN	460
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	612
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	210
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	458
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA	279
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA	873
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA	1022
DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS	1426
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS	955
DEPARTAMENTO DE MÚSICA	251
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA	239
NÚCLEO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	173
NÚCLEO DE TEATRO	203
<b>Total Geral:</b>	<b>7161</b>

SIGAA | Copyright © 2006-2016 - Superintendência de Informática - UFRN - cardeal.cpd.ufs.br

[https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/graduacao/relatorios/form\\_curso.jsf](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/graduacao/relatorios/form_curso.jsf) 1/1

## Anexo 05:

### Relatório quantitativo de alunos ativos na UFS/Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, no Período 2016-1.

22/06/2016 Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

 <b>Graduação</b>	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE</b> <b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS</b> EMITIDO EM 22/06/2016 15:25	
---	--	---

#### Relatório Quantitativo de Alunos Ativos

Graduação	
Alunos Especiais ativos	259
Alunos ativos na educação a distância	3451
Alunos ativos na graduação presencial	27811
Alunos ativos na probásica	0
<b>Total:</b>	<b>31521</b>
Pós-Graduação	
Alunos Especiais de Pós-Graduação ativos	2249
Alunos ativos nos cursos de doutorado	693
Alunos ativos nos cursos de especialização	728
Alunos ativos nos cursos de mestrado	1556
<b>Total:</b>	<b>5226</b>
Técnico	
Alunos ativos no ensino técnico	0
<b>Total:</b>	<b>0</b>
<b>Total de Alunos: 36747</b>	

SIGAA | Copyright © 2006-2016 - Superintendência de Informática - UFRN - cardeal.cpd.ufs.br

[https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/portais/rh\\_plan/relatorios/form\\_ano\\_periodo.jsf](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/portais/rh_plan/relatorios/form_ano_periodo.jsf)

**Anexo 06:**

Solicitação para efetuar a pesquisa em tela à Divisão de Ações Inclusivas-DAIN/Universidade Federal de Sergipe-UFS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGED/UFS)  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Ofício Circular SN

Aracaju, 22 de dezembro de 2015

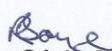
À Senhora Coordenadora do DAIN,

Vimos através deste solicitar a Vossa Senhoria auxílio no desenvolvimento da pesquisa: **"DOCÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DESVELAR A INCLUSÃO DOS INCLUÍDOS"**, tendo como lócus da pesquisa o CECH, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, com o CAAE: 49747515.0.0000.5546 e Parecer consubstanciado do CEP sob o Número: 1.370.677.

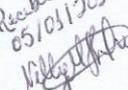
O estudo envolve a realização de entrevistas Semi estruturadas com os docentes e discentes com deficiência inclusos na UFS. A pesquisa será realizada entre dezembro/2015 e março de 2016. Certos do deferimento do nosso pedido aguardamos a autorização.

Atenciosamente,

  
Cândida Luisa Pinto Cruz  
Mestranda em Educação  
(PPGED/UFS)

  
Dra. Rita de Cácia Santos Souza  
Orientadora da Pesquisa  
(PPGED/UFS)

À Psicóloga Susana de Oliveira Santana  
Coordenadora da Divisão de Ações Inclusivas (DAIN\CODE\PROEST\UFS)  
Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Recebido  
05/01/2016  


---